



guia iab para a agenda 2030

para as 17
metas da onu de
desenvolvimento
sustentável

Copyright© 2021 by Editora IAB

Coordenação editorial
Cid Blanco Jr

Projeto Gráfico
Maria Claudia Levy

Projeto Gráfico e Diagramação
Emerson Fioravante

Ficha Catalográfica
Maria de Fátima Andrade Costa
Bibliotecária/Documentalista: CRB-11/453-AM

1ª edição
E-book (2021)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G943 Guia iab para a agenda 2020 : para as 17 metas da onu de desenvolvimento sustentável / Cid Blanco Jr, Coordenador. – Brasília : Editora IAB, 2021. 77 p. : il. 128 Kb : PDF. - (Coleção: Guia iab; v. 1).

ISBN: 978-65-00-18744-1

Livro eletrônico (e-book)
Modo de acesso: https://www.iabsp.org.br/guia_iab_agenda_2030.pdf

1 - Biodiversidade. 2 - Meio ambiente. 3 - Desenvolvimento sustentável.
4 - Proteção ambiental. I - Título. II - Blanco Jr, Cid. III - Série.

CDU - 574

Índices para catálogo sistemático: 1. Biodiversidade: Meio ambiente: 574



união internacional de arquitetos

Agenda 2030: a mudança que nosso mundo precisa

Os 3,2 milhões de arquitetos do mundo estão unidos no desejo de cuidar de nosso meio ambiente e de alcançar um desenvolvimento equitativo. Esta é a mensagem – e a promessa – deste belo guia preparado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil: Até 2030, podemos e devemos atingir os objetivos de desenvolvimento global sustentável adotados pelas Nações Unidas. Se falharmos, nosso planeta e seus habitantes enfrentarão danos irreparáveis.

Podemos acabar com as práticas nocivas de construção e tomar medidas mais fortes para conservar os recursos por meio da arquitetura e do design urbano. Podemos deter a destruição indiscriminada de habitats naturais e terras agrícolas, implementando controles de desenvolvimento mais fortes, fazendo maiores investimentos em trânsito de massa, e fazendo mais para regular o crescimento urbano.

Todos nós, em todos os lugares, podemos projetar e construir de forma mais responsável. A expansão urbana destrói o patrimônio, destrói o habitat, desperdiça recursos preciosos e perpetua os desequilíbrios socioeconômicos. Podemos tomar medidas mais fortes contra condições climáticas extremas e projetos urbanos para promover a segurança, caminhadas, ciclismo e recreação ao ar livre.

As cidades podem ser acessíveis a pessoas de todas as idades e de todas as habilidades. As cidades em todos os lugares podem proporcionar moradia decente, igualdade de oportunidades, ar limpo, água potável segura e até mesmo saneamento básico. Os arquitetos do Brasil conhecem bem estes desafios e estão trabalhando para enfrentá-los.

Como os maravilhosos projetos aqui mostrados demonstram, a arquitetura e o design podem trazer vidas melhores para todas as pessoas. Obrigado, IAB (e obrigado, Brasil) por este grande trabalho, por sediar o Congresso Mundial de Arquitetos da UIA em 2021, e por fazer do Rio de Janeiro a primeira Capital Mundial de Arquitetura da UNESCO/UIA.

Thomas Vonier Faia Riba
Presidente, União Internacional de
Arquitetos

A União Internacional de Arquitetos (UIA) é uma organização não-governamental com sede em Paris. Fundada em 1948, é a única organização que representa os 3,2 milhões de arquitetos do mundo. A UIA tem três objetivos básicos: unificar arquitetos em todo o mundo, influenciar as políticas públicas de construção e fazer avançar a arquitetura em serviço à sociedade. Em seu Congresso Mundial de 2017 em Seul, a UIA elegeu Thomas Vonier, um arquiteto com sede em Paris e Washington DC, como seu presidente..

instituto de arquitetos do brasil

Por um futuro comum

Há quase trinta anos o Brasil sediava a Eco-92, a segunda conferência mundial sobre meio ambiente. As promessas contidas no documento síntese, a Agenda 21, eram uma esperança ao indicar nossas tarefas e apontar saídas para a crise ambiental e social mundial. Pela primeira vez, os países reunidos sob a bandeira da solidariedade concordavam que o mundo era finito, e o tempo, muito pouco. Algo que os povos originários já nos diziam há muito, e o planeta sinalizava de modo cada vez mais visível.

Não sabemos se poderá existir uma tal coisa como o desenvolvimento sustentável, pois a ideia mesma de desenvolvimento infinito está na raiz de nossos problemas ambientais, sociais e econômicos. Mas estabelecer metas e combinar estratégias é um passo importante na busca de soluções das quais depende, cada vez mais, nosso futuro comum.

A arquitetura e as cidades são parte preponderante na apropriação e no desgaste do que o capitalismo chama de recursos naturais, como se a Terra estivesse à nossa disposição para gastá-la como nos aprouver. Os muitos modos de ocupação do território – para dele extrair os motores que movem a civilização, para nele buscar a sobrevivência, para nele depositar nossas esperanças de um mundo futuro, e para nele viver em harmonia – são desafios que os arquitetos e os urbanistas brasileiros enfrentam, e, como vemos nesses exemplos aqui reunidos, enfrentam com galhardia.

Esse guia, ao elencar respostas aos objetivos de desenvolvimento sustentável adotados pelas Nações Unidas –resultado do trabalho de muitas equipes, em muitas frentes – demonstra o papel central que a arquitetura e o urbanismo têm na salvaguarda da vida no planeta. Em tempos obscuros e preocupantes, essa coletânea reacende a esperança e reanima o compromisso do IAB com nossa casa comum, lado a lado com todos aqueles que compartilham nossa luta por um mundo melhor.

Maria Elisa Baptista
Presidente, Instituto de Arquitetos do
Brasil

O Instituto de Arquitetos do Brasil IAB é entidade de livre associação de arquitetos e urbanistas brasileiros, que se dedica a temas de interesse do arquiteto, da cultura arquitetônica e de suas relações com a sociedade. Fundado no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1921, o IAB é a mais antiga das entidades brasileiras dedicadas à arquitetura, ao urbanismo e ao exercício da profissão. O IAB não tem fins lucrativos e seus dirigentes não são remunerados.

comissão organizadora da publicação

Durante o ano de 2019, a Comissão de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da União Internacional de Arquitetos (UIA) coordenou a publicação do primeiro guia internacional com projetos arquitetônicos vinculados aos 17 ODS. Os integrantes da Comissão - representantes de diferentes regiões e diversos países - estimulados pelo sucesso do guia, começaram a trabalhar em seus próprios institutos de arquitetura com versões nacionais.

Aqui no Brasil não foi diferente e no começo de 2020, inspirados no Congresso que se aproximava e seria realizado no Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalho da Agenda 2030 da Comissão de Política Urbana e Habitação Social do IAB lançou um chamamento de projetos e planos para compor uma publicação totalmente brasileira.

Pouco tempo depois, com o avanço da pandemia de COVID-19 e a transferência do UIA2020 para o próximo ano, tomamos a decisão de manter a publicação visando dar ainda mais voz ao debate que se ampliava em torno dos temas da agenda global do desenvolvimento sustentável.

Com o apoio de diversos parceiros, montamos uma Comissão Editorial ampla, com a participação de especialistas de vários setores ligados ao tema e representando as diferentes regiões do nosso país. Após alguns adiamentos de prazo de entrega, fechamos as inscrições e totalizamos 81 projetos.

Numa primeira análise realizada pela Comissão Organizadora do Guia, 10 projetos foram desclassificados, por não se enquadrarem nos quesitos projeto arquitetônico ou plano urbanístico, deixando a difícil tarefa para a Comissão Editorial de selecionar 3 projetos por ODS.

Ao final de algumas semanas de muita leitura e análise, 51 projetos/planos foram selecionados, garantindo assim a meta de publicar 3 exemplos por ODS. O critério de seleção foi o número de votos recebidos por cada projeto/plano. Entretanto, a seleção não foi simples, uma vez que muitos receberam votos em mais de 4 ou 5 ODS, acirrando a definição final e dificultando o trabalho de definição da lista final. Na publicação é possível ver todos os ODS em que o projeto/plano selecionado recebeu votos, comprovando a integração e multisetorialidade de nossa atuação como profissionais.

Várias foram as surpresas durante a revelação do(a)s autore(a)s, pois houveram casos de seleção em mais de um ODS e até mesmo casos onde os 3 projetos selecionados eram de autoria do mesmo grupo de profissionais! A vontade de conhecer melhor essas equipes e profissionais levou a construção da série de 9 eventos que foram realizados durante o Circuito Urbano 2020 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) no mês de outubro. Durante duas horas, os projetos e planos selecionados foram apresentados ao público, debatendo não somente sua interação com a Agenda 2030, mas também sua relação com a questão da pandemia de COVID-19.

Ao final desse processo, chegamos a essa linda publicação. Um Guia para que todos compreendam que, como profissionais da arquitetura e urbanismo, nossos trabalhos colaboram diretamente com as metas da Agenda 2030 na construção de um mundo menos desigual, mais justo e sustentável. Esperamos que aprendam com o Guia o tanto quanto aprendemos organizando ele e se preparem, pois a segunda edição virá muito em breve e será lançada no Rio de Janeiro durante o Congresso UIA2021.

agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os membros do IAB que acreditaram que essa publicação seria possível, especialmente a nossos parceiros e parceiras institucionais que nos apoiaram durante todo o processo: Federação Nacional de Arquitetos (FNA), Confederação Nacional de Municípios (CNM), Observatório Metropolitano ODS (METRODS), Rede ODS Brasil, Cities Alliance, Casa Fluminense, Aplanet e Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA).

Importante lembrar e destacar todos que trabalharam incansavelmente para que nossos eventos no Circuito Urbano 2020 fossem realizados. Um muito obrigado a nossos voluntários, apresentadores, debatedores e palestrantes, e também às equipes do ONU-HABITAT e da área de comunicação da Diretoria Nacional do IAB.

Agradecemos também a Comissão Julgadora: Cadu Nunes Ferreira - ABEA; Camila Amaro - IAB Centro-Oeste; Carolina Baima Cavalcanti - COSU/DF; Daniela Sarmento - CAU/BR; Eleonora Mescia - FNA; João Antonio de Sousa e Silva - Aplanet; Juliette Anna Fanny Lenoir - IAB Centro-Oeste; Kaisa Isabel da Silva Santos - IAB Sudeste; Karla França - CNM; Lisandra Krebs - IAB Sul; Marcela Marques Abla - IAB Sudeste; Patricia Menezes - Rede ODS Brasil; Patricia Vieira Trinta - IAB Nordeste; Patryck Carvalho - FNA; Pedro Paulo Barbosa Cordeiro - IAB Norte; Renata Dantas Rosário Sachs - IAB Nordeste; Victor Mihessen - Casa Fluminense.

Um agradecimento especial a Maria Claudia Levy, Emerson Fioravante e a equipe no IABsp que nos apoiou com sua arte e criações durante todo o processo.

Carla Veras IAB-MA, Cid Blanco Jr. IAB-SP, Claudia Pires IAB-MG, Marcela Abla IAB-RJ e Rossella Rossetto IAB-SP.

Comissão Organizadora da Publicação

Grupo de Trabalho da Agenda 2030 Comissão de Política Urbana e Habitação Social

projetos selecionados

01 Erradicação da Probresa

Projeto 58

Todos sob o mesmo Teto
Tipologias Sustentáveis para a cdhu

Projeto 67

Plano Integrado de
Desenvolvimento Local (PIDL) - 2018

Projeto 77

Condomínio Moradas da Saúde

02 Fome Zero e Agricultura Sustentável

Projeto 11

Escola no Malawi

Projeto 60

Parque Natural Municipal da Romaria

Projeto 70

Centro Cultural Veras

03 Saúde e Bem-Estar

Projeto 01

CASA de todo dia / everyday HOUSE

Projeto 22

Praça4

Projeto 39

Olhe o Degrau

04 Educação de Qualidade

Projeto 05

Implantação de 12 CEUs na Cidade de
São Paulo

Projeto 26

CEDEI SESC – Centro de
Desenvolvimento Infantil do SESC

Projeto 30

Escola Padre Arrupe

05 Igualdade de Gênero

Projeto 04

Casa da Interação Afetiva - O Refúgio da
Mulher Vítima de Violência

Projeto 43

Banheiro público feminino em uma
perspectiva feminista

Projeto 47

Praça Livre para as Crianças

06 Água Potável e Saneamento

Projeto 25

Sistema de Tratamento de Efluentes por
meio de Alagados Construídos no Centro
de Manejo e Conservação de Animais
Silvestres localizado na Unidade de
Conservação do Parque Anhanguera

Projeto 55

Unidade Hidráulica Pré-Fabricada para
Reabilitação de Edifícios

Projeto 59

Casa CSV

07 Energia Limpa e Acessível

Projeto 07

Casa da Sustentabilidade de Campinas

Projeto 15

Morada YDU

Projeto 20

Casa Hauer

08 Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Projeto 09

Centro Municipal de Inovação
COLABORE

Projeto 46

Coabitar, partilhar, gerar renda,
caminhar - a quadra como referência e
elo transformador da cidade saudável
para pessoas, em sua diversidade e
possibilidades de usos. Habitação de
Interesse Social

Projeto 65

Construção Coletiva de Caiçaras de
Pescadores na Praia do Amor

09 Indústria, Inovação e Infraestrutura

Projeto 27

Innovative Bus Shelter for Greener Cities

Projeto 40

Casa das Birutas

Projeto 81

Projetos em aldeias da terra indígena
Tupiniquim - Guarani

10 Redução das Desigualdades

Projeto 32

Integrando Bairros através da Mobilidade e
Paisagem: Uma nova Rota para Laguna – SC

Projeto 44

Bem Viver General Jardim

Projeto 62

ARARÁ-GUÁ: Cooperativismo
Socioeconômico

11 Cidades e Comunidades Sustentáveis

Projeto 13

Projeto de Vizinhança Hospitalar

Projeto 68

Urbanização Núcleo Piratininga

Projeto 72

Mobilize São Sebastião

12 Consumo e Produção Responsáveis

Projeto 10

ModHaus_02

Projeto 18

Refeitório Tarauacá
Instituto Federal do Acre

Projeto 64

Bosque do Tatu

13 Ação contra a Mudança Global

Projeto 06

Sede Administrativa do Parque Natural
Municipal Fazenda do Carmo

Projeto 54

Parklets

Projeto 63

Parque Municipal Nair Bello

14 Vida na Água

Projeto 33

International Competition
The Future Park Design Ideas
Competition - Melbourne

Projeto 35

Espaço Caleidoscópio

Projeto 36

Ecoparque Ver-a-Vida – Parque Ecológico
Industrial

15 Vida Terrestre

Projeto 16

Pavilhão Ecológico - Reserva Barba Negra

Projeto 37

Projeto Doce_SSA, Rede de Meliponários
Polinizadores Urbanos da Cidade de
Salvador

Projeto 38

Trilha-Escada-Parque em Mata Escura,
Salvador/BA - Ações Participativas para
Implementação do Parque Theodoro
Sampaio: Acessibilidades e Marcos
Visuais

16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Projeto 29

Preservação, Conservação e Visitação
Turística do Parque da Floresta de
Teresina (PI) e Museu de Paleontologia de
Teresina

Projeto 50

Usinas da Paz

Projeto 66

Território CEU Novo Mundo

17 Parcerias e Meios de Implementação

Projeto 03

A Casa Suspensa

Projeto 31

Estação Principal de Integração
Tamandaré

Projeto 56

Urbanismo Caminhável

sumário

Apresentação—11	Projeto 32_____86
Projeto 58_____14	Projeto 44_____88
Projeto 67_____16	Projeto 62_____90
Projeto 77_____18	Projeto 13_____94
Projeto 11_____22	Projeto 68_____96
Projeto 60_____24	Projeto 72_____98
Projeto 70_____26	Projeto 10_____102
Projeto 01_____30	Projeto 18_____104
Projeto 22_____32	Projeto 64_____106
Projeto 39_____34	Projeto 06_____110
Projeto 05_____38	Projeto 54_____112
Projeto 26_____40	Projeto 63_____114
Projeto 30_____42	Projeto 33_____118
Projeto 04_____46	Projeto 35_____120
Projeto 43_____48	Projeto 36_____122
Projeto 47_____50	Projeto 16_____126
Projeto 25_____54	Projeto 37_____128
Projeto 55_____56	Projeto 38_____130
Projeto 59_____58	Projeto 29_____134
Projeto 07_____62	Projeto 50_____136
Projeto 15_____64	Projeto 66_____138
Projeto 20_____68	Projeto 03_____142
Projeto 09_____70	Projeto 31_____144
Projeto 46_____72	Projeto 56_____146
Projeto 65_____74	Circuito Urbano_148
Projeto 27_____78	Expediente_____152
Projeto 40_____80	
Projeto 81_____82	

apresentação

Que venha 2030!

Vivemos em um mundo onde mais da metade da população já mora em cidades. Cada dia que passa o mundo se torna mais urbano e os acontecimentos recentes têm evidenciado que nem todos têm acesso as mesmas oportunidades ou vivem nas mesmas condições. Somos bombardeados por dados e informações diariamente que apontam ser imprescindível a redução das desigualdades no mundo e que não podemos mais deixar que diversos problemas sejam resolvidos no futuro. Temos que agir agora!

Debates sobre cidades sustentáveis e como planejar as cidades pós pandemia do COVID-19 lotam nossas redes sociais. Pode ser que os temas desenvolvimento sustentável e redução de desigualdades tenham passado a fazer mais parte de nosso cotidiano nesse momento, mas já faz algum tempo que esse debate acontece e é nas nossas cidades que essas questões se expressam de maneira mais evidente e é nesse território que precisamos planejar como resolvê-las. Afinal de contas, estudamos para isso e escolhemos essa profissão.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pelas Nações Unidas em 2015 são um exemplo de ferramenta que pode orientar esse processo. Eles não são uma regra, uma lei a ser seguida, mas sim são um compromisso de nossas nações para melhorar o mundo em que vivemos até o ano de 2030. Incrivelmente, nós arquitetos e urbanistas muitas vezes nos equivocamos ao acharmos que isso é exclusivamente papel de nossos governantes e que nossa contribuição se dá única e exclusivamente no ODS que fala de cidades, afinal de contas, somos nós que as planejamos.

Na verdade, nosso papel como arquitetos e urbanistas vai muito além de cidades e comunidades sustentáveis. Nosso trabalho nos permite melhorar a saúde das pessoas, o espaço onde são educadas e disfrutam o lazer, temos como garantir equidade de gênero em nossas equipes e proteger o meio ambiente com nossos planos e projetos. Geramos empregos e usamos novas tecnologias em nossas obras e garantimos que muitas famílias

tenham o que comer e onde morar. Acreditamos e trabalhamos em parceria com diversas profissões e instituições e temos responsabilidades no combate ao cambio climático e na universalização do saneamento básico. Em poucas palavras, nossa profissão nos permite passear livremente por todos os dezessete ODS e contribuir com essa agenda global.

A cidade talvez seja o principal lócus onde nosso trabalho é desenvolvido e é nela, mas não somente, que as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável devem ser atingidas. Sabemos que muitas dessas metas parecem inalcançáveis, mas sua adaptação às realidades locais e seu uso como instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas governamentais tem permitido que pequenos passos sejam dados rumo a melhoria da qualidade de vida e ao bem estar da população mundial.

Portanto, temos um papel fundamental na construção de cidades mais justas e igualitárias e um compromisso em transformar nossas cidades em espaços que garantam o desenvolvimento sustentável para nós e as gerações futuras. Pensem nisso quando se sentarem em suas pranchetas ou na frente do seus computadores. Estejam certos de que nosso trabalho é fundamental para que ninguém seja deixado para trás! Estamos prontos para colaborar nesse processo e cumprir nosso papel como agentes da transformação. Que venha 2030!

Cid Blanco Jr, arquiteto e urbanista, membro da Comissão de Acompanhamento dos ODS da União Internacional dos Arquitetos, e coordenador do Grupo de Trabalho da Agenda 2030 da Comissão de Política Urbana e Habitação Social do Instituto dos Arquitetos do Brasil e do Observatório Metropolitano ODS (METRODS).

1



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1

Erradicação da pobreza

Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.



Projeto 58 CDHU “todos sob o mesmo teto”

Arquitetura: Autores: Guilherme Ortenblad, Fernão Morato e Augusto Aneas, **Consultoria Pesquisa:** Aline Ollertz, **Equipe:** Kathleen Chiang, Mariane Takahashi, Fabiano Reis e Samira Rodrigues, **Projeto Estrutural, Elétrica e Hidráulica:** Paulo Roberto Amaral, **Consultoria Ambiental:** Werner Sobek; Jörg Spangenberg e **Orçamento:** Nova Engenharia; Mauro Zaidan.

Cliente: CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

Data: julho 2010.

Local: Campos do Jordão - São Paulo - SP - 21° 49' S 49° 12' W.

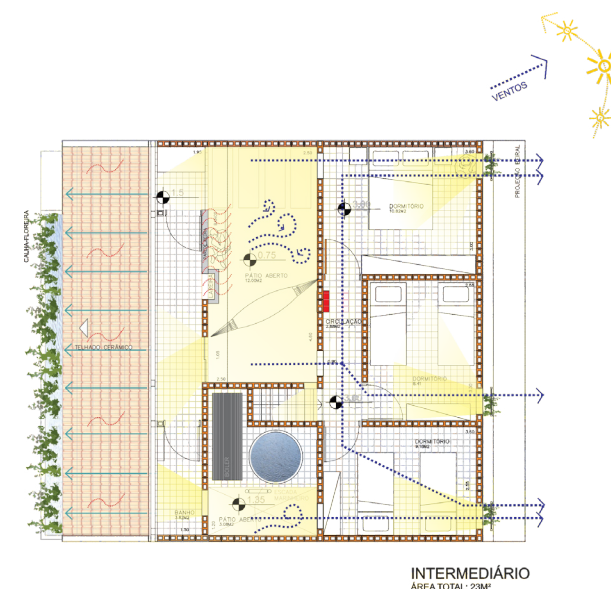
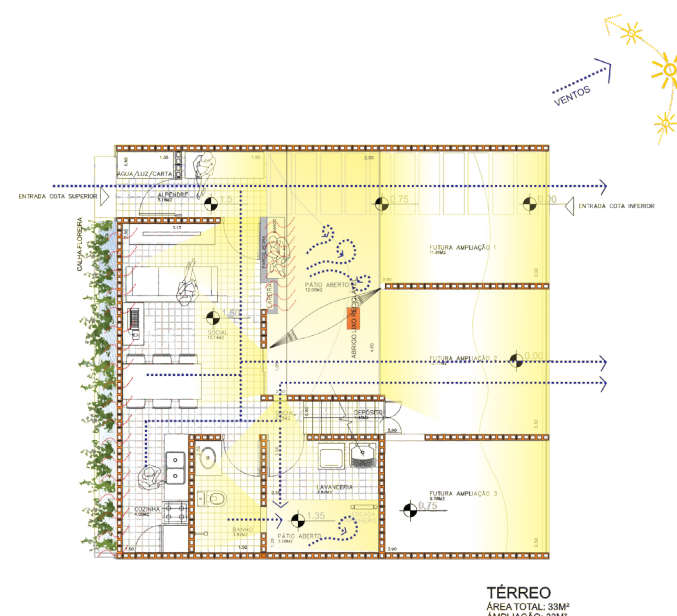
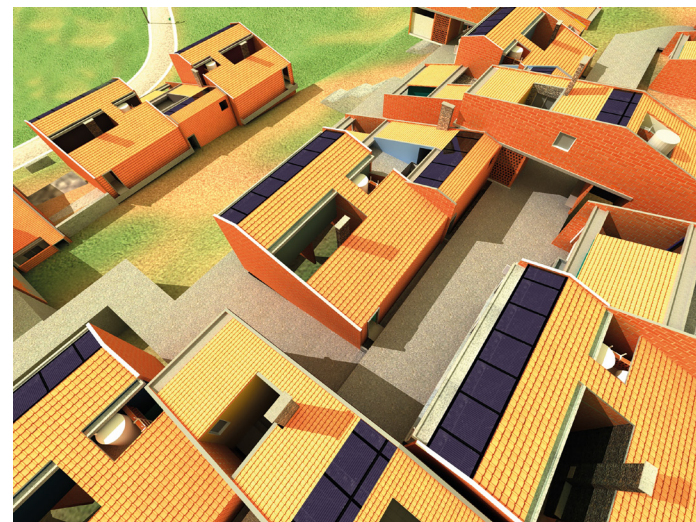
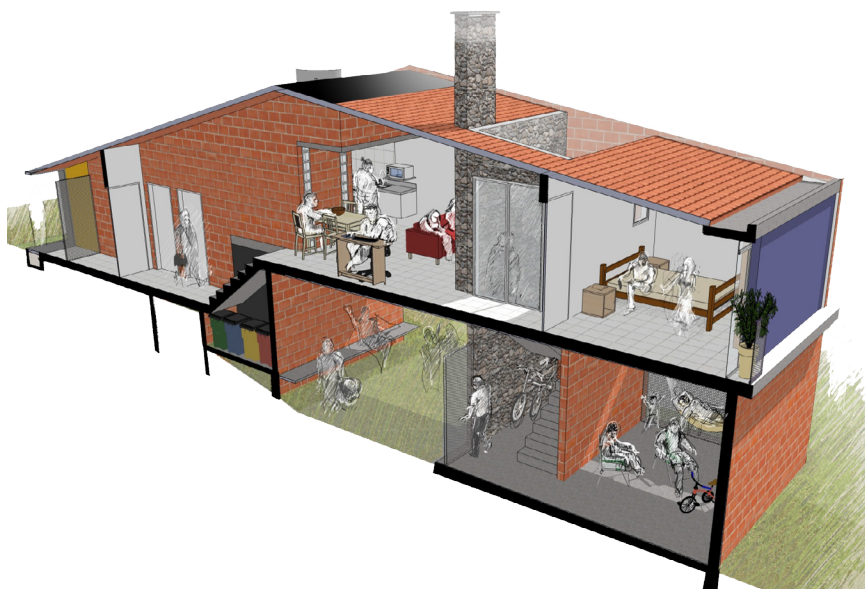
Status: Aguardando implantação pela CDHU.

A proposta “Sob o mesmo Teto” consiste no projeto vencedor do Concurso Público Nacional de Arquitetura para Tipologias de Habitação de Interesse Social Sustentável, na categoria “Casas Escalonadas”. O objetivo dessa proposta foi traduzir de forma ampla a Sustentabilidade para as tipologias de habitação do CDHU. A tipologia sustentável não é apenas aquela com desempenho energético eficiente, é aquela que faz parte de um organismo maior, ela também é cidade. Sendo assim, é necessário que essa tipologia sustentável seja dinâmica e flexível. Para desenvolver essa lógica, é necessário um rompimento com as estratégias habitacionais predominantemente correntes: tipologias monofuncionais, estáticas e ausentes do conceito de lugar e identidade.

O projeto apresenta 3 tipologias de casa: a casa aactive, a casa declive e a casa-ponte. São tipologias adaptadas a diferentes situações topográficas. Todas são acessíveis por duas cotas de nível. Esses dois níveis geram adaptações das tipologias a diferentes topografias, com escada adaptável para o desnível necessário. Através das permutações entre as tipologias, é gerado um desenho urbano dinâmico, uma paisagem com situações singulares e que se adapta fácil a contextos diferentes.

As tipologias contam com espaços flexíveis que permitem um programa aberto à ampliações futuras com usos distintos, como moradia, comércio e serviços. Ao inserir o conceito de espaços flexíveis rompemos com a banalização da paisagem monofuncional em prol de uma paisagem dinâmica e diversificada e fornecemos um espaço de oferta para a comunidade: uma oportunidade de gerar manifestações de lugares específicos, adequados a situações específicas. Sendo assim, a ampliação admite a interpretação e assume sua identidade pelo uso.

cdhu “todos sob o mesmo teto”





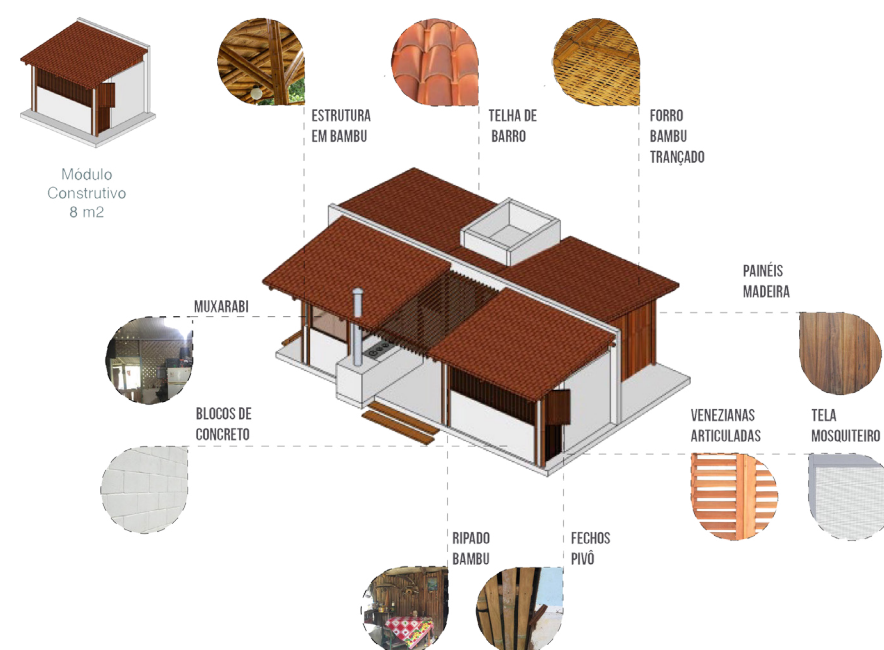
Projeto 67
Plano Integrado de
Desenvolvimento Local (PIDL) - 2018

Equipe: Breno Zylbersztajn, Bruna Aydar, Julia Reis (Estúdio Lava) e Lucas Bueno (Estúdio Lava).

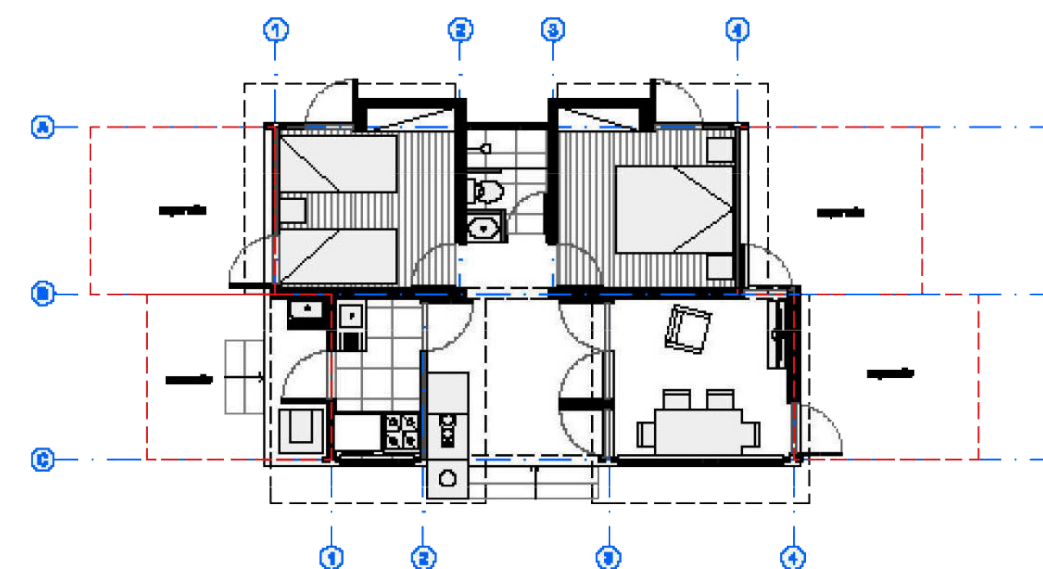
Cliente: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado (RDSD).
Área: 3.953,00 ha.
Local: Municípios de Iguape - Pedro de Toledo - Miracatú - São Paulo - SP - Latitude: 24° 41' 51" Sul, Longitude: 47° 34' 16" Oeste.
Status: Em Execução.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Local (PIDL) é um plano de escala territorial que abarca a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado, Unidade de Conservação que possibilita a manutenção dentro de tais áreas, de comunidades tradicionais que pratiquem usos sustentáveis do solo, a partir de critérios estabelecidos por lei. O plano estabelece as bases para a comunidade tradicional ter acesso aos serviços básicos, como o direito à moradia digna, ao saneamento básico e à energia. Trata diretamente da relação entre comunidade e meio ambiente, tendo como uma das principais premissas a relação com o solo e com o sistema hídrico que irriga o território.

O PIDL busca a integralidade das soluções baseadas na natureza a fim de responder de maneira concreta às problemáticas colocadas e indo de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trabalha no combate à pobreza e à fome (ODS 1) com o incentivo ao desenvolvimento de uma economia de gestão de recursos atrelada ao programa de Turismo de Base Comunitária e à produção local de alimentos. Define oficinas de capacitação da comunidade para o conhecimento e uso das ferramentas propostas através de assessoria técnica, garantindo a participação social e a apropriação do processo de desenvolvimento. Estruturando-se em três eixos estratégicos, Vida, Meio Ambiente e Economia, o projeto se apoia em estratégias de combate às mudanças climáticas, contribuindo para a criação de comunidades mais sustentáveis e comprometidas com práticas de consumo e produção que colaboram para a recuperação e manutenção dos nossos oceanos e florestas (ODS 11).

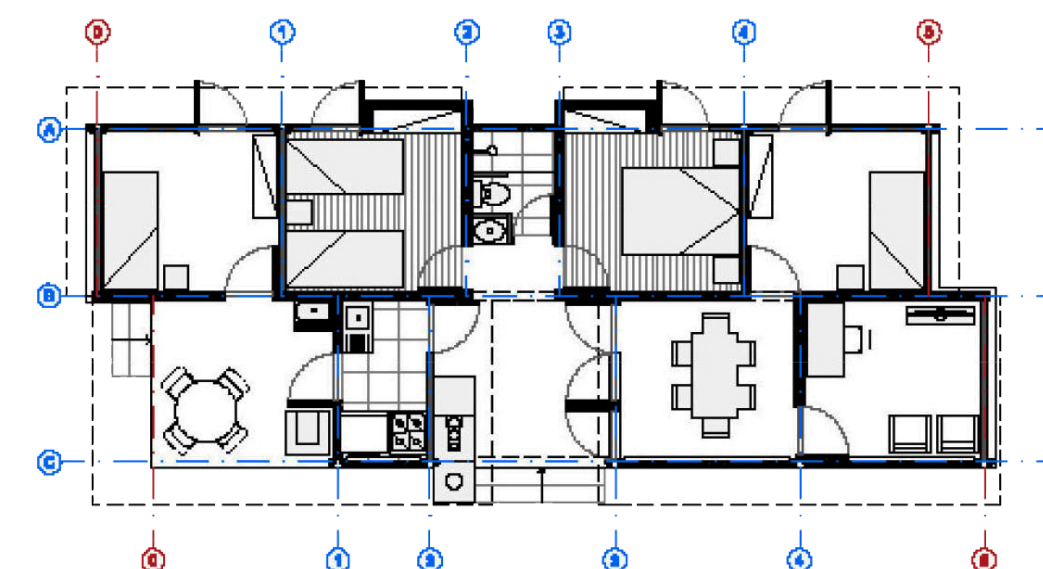


UNIDADE DE HABITAÇÃO MÍNIMA



52 m2 (5 módulos)

UNIDADE DE HABITAÇÃO EXPANDIDA



92 m2 (8 módulos)



Projeto 77 Condomínio Moradas da Saúde

Equipe: Demetre Anastassakis, Claudia Mello e Antonio Cerqueira da Cruz.

Construção: Bauer Edificações, Construtora Aravia e Construtora Novolar.

Projeto: 1996.

Local : Rio de Janeiro - RJ.

Status: Concluído em 2008.

É um condomínio residencial de baixo custo com 150 apartamentos de cinco tipos, primeiro empreendimento da Revitalização do Porto do Rio de Janeiro, concebida pela equipe do então Secretário de Urbanismo do Rio, arquiteto Luiz Paulo Conde, mais tarde encampada – e modificada – pelo Porto Maravilha.

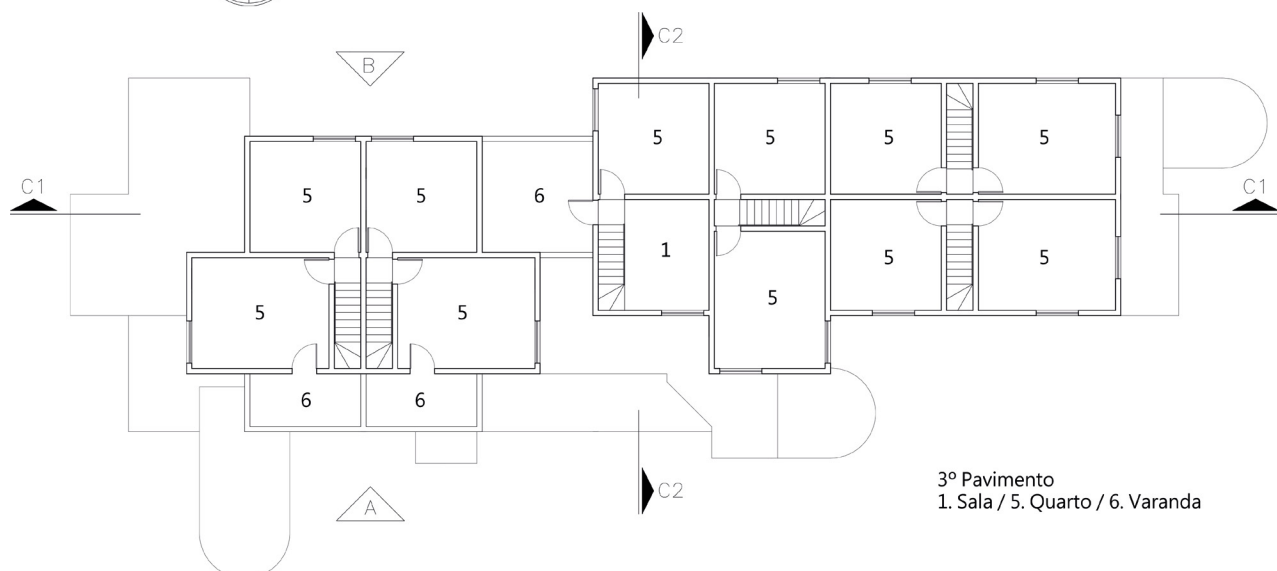
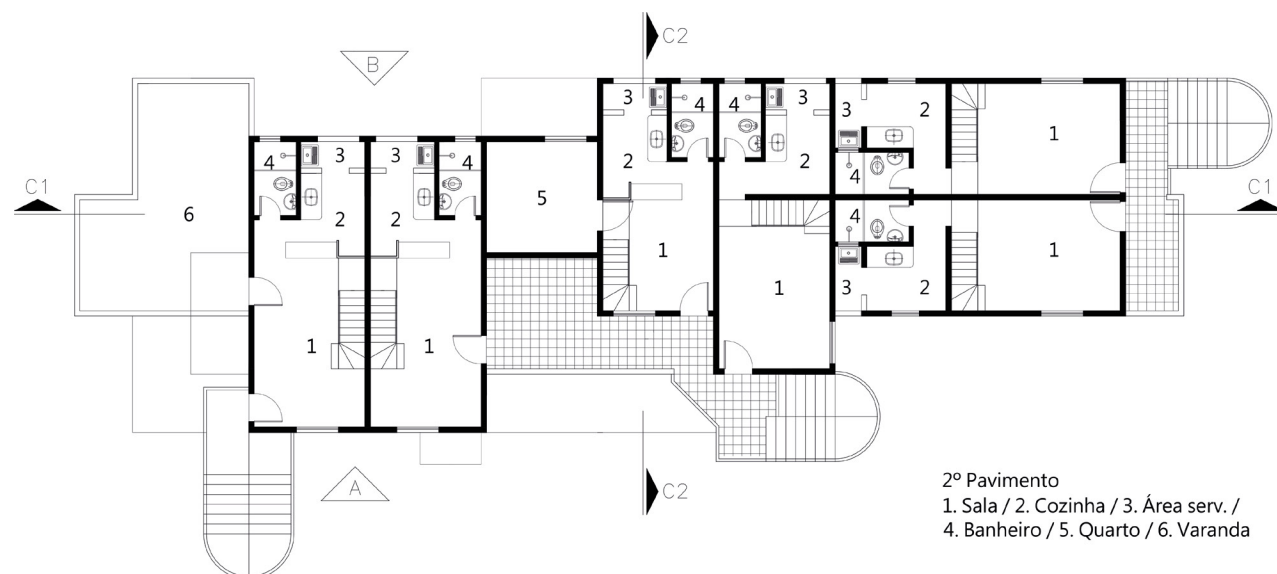
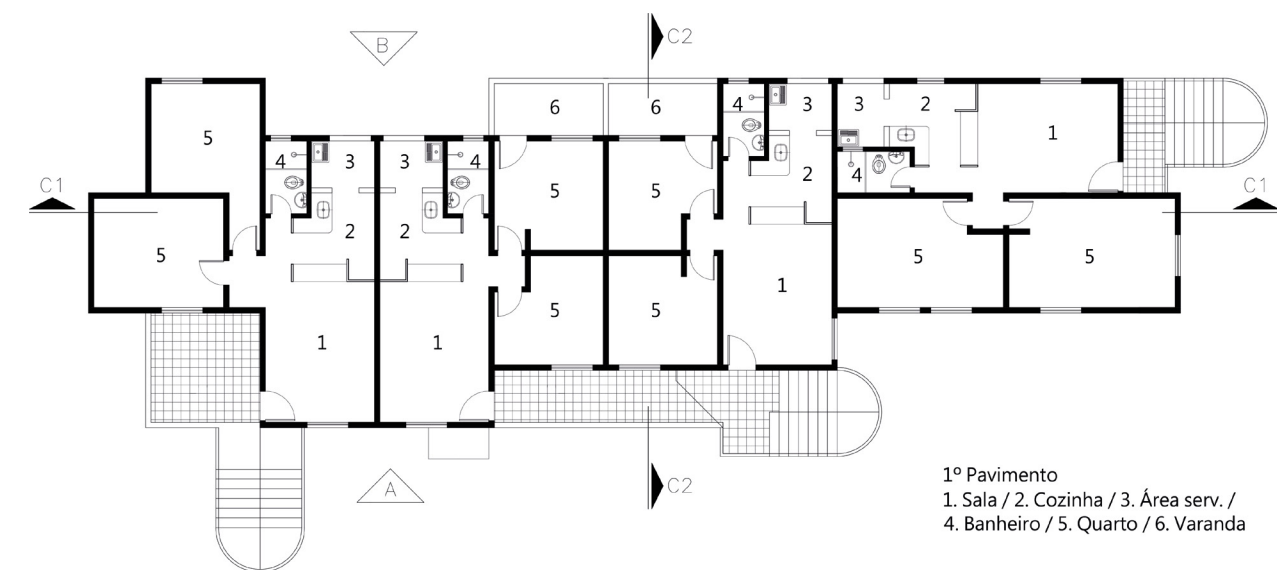
Em 1994 foi encomendado à Cooperativa de Profissionais do Habitat um levantamento das Oportunidades Habitacionais no Porto, abstraídos o que fosse favela-no caso o Morro da Providência ou Morro da Favela – e a parte plana de aterro do bairro, onde seriam destinadas posteriormente as torres.

Levantou-se 138 terrenos-micro vazios urbanos-podendo abrigar cerca de 4.300 unidades contextualizadas, em ruas sob controle rígido dos órgãos de Patrimônio, Federal, Estadual e Municipal. O terreno logo identificado como o de melhor potencial, havia sido uma ilha, tem ainda uma capela desta época, e pertencia à Casa da Amizade Rotária do Rio de Janeiro, que o vendeu aos mutuários, a R\$ 3.000,00 a fração ideal/família. Não havia registro de transações imobiliárias na região, visivelmente degradada, embora habitada, com comércio e pequenas indústrias.

O empreendimento, totalmente privado, sendo um dos três primeiros a usar o Crédito Associativo (os outros dois também foram nossos, Colinas de Campo Grande para a Gafisa, e Portus, para a Prefeitura do Rio), mas foi fomentado e gerenciado pela Coordenadoria de Fomento da Secretaria de Habitação da Cidade do Rio, com o arquiteto Sérgio Magalhães à testa, que insistiu para que mantivéssemos uma densidade tal, que oferecesse uma área verde à cidade, de entorno árido.

A demanda, de renda baixa, até 5 S.M. mensais, foi captada e organizada pela Coordenadoria de Fomento, aberta a qualquer cidadão, embora tenha um grande número de servidores públicos, militares, taxistas e arquitetos.

condomínio moradas da saúde



2



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2

Fome zero e agricultura sustentável

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.



Projeto 11 Escola no Malawi

Autor: Leonardo Bachiega.

Cliente: Active Africa.

Área: 5.580 m².

Local: Cidade de Benga - Distrito de Nkhotakota – 13.366529, 34.273342.

Data: 2019.

Status: Em Execução.

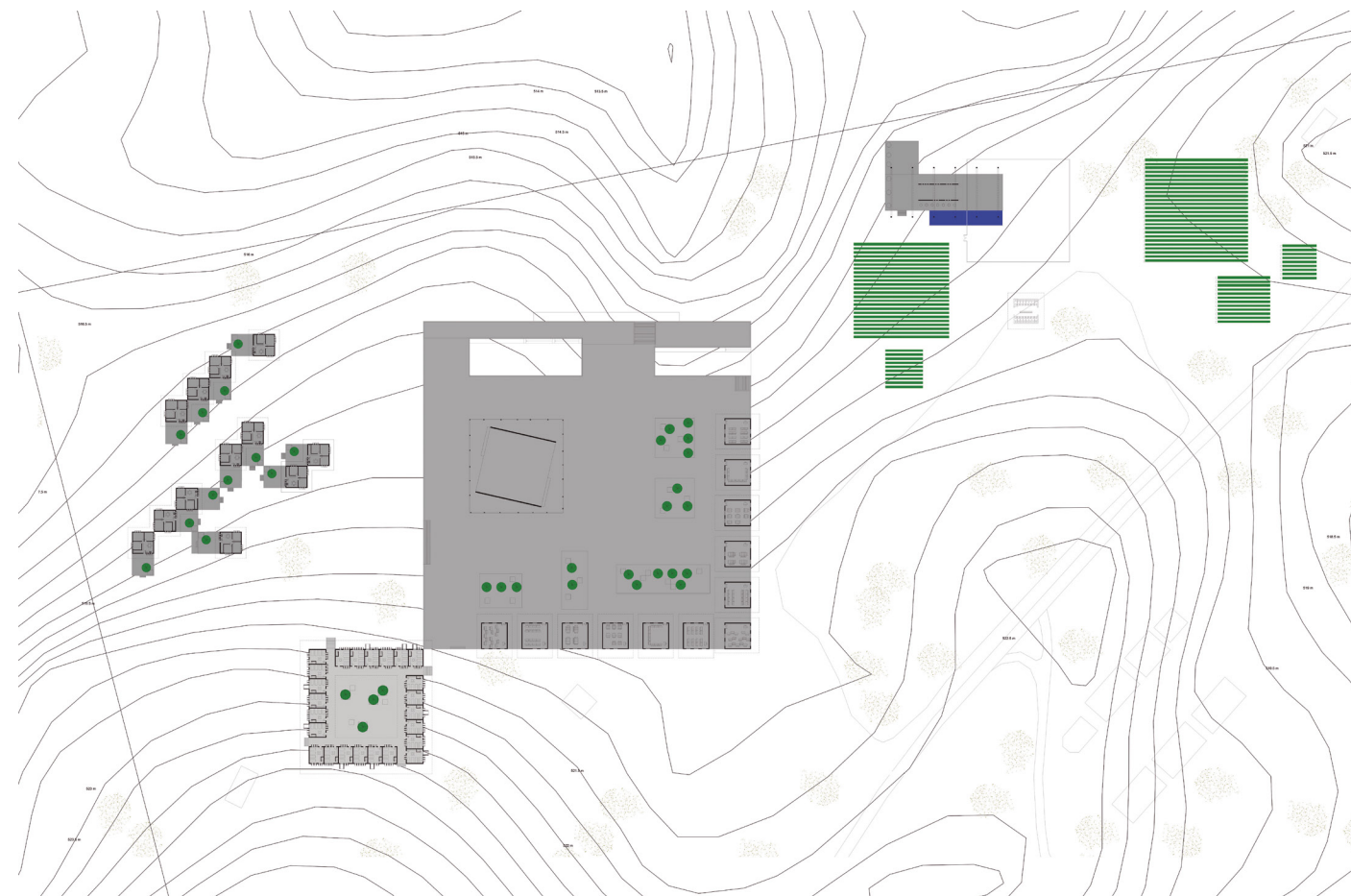
A escola a ser proposta, tem como princípio entre outras coisas incentivar a atividade agrícola, principalmente para uso doméstico, incentivando a pequena produção agrícola inclusive para os povos oriundos da própria região e povos nativos.

Incentivando a prática agrícola resiliente e ajudando a produção e produtividade do ecossistema.

Uma pequena contribuição ao combate à desnutrição no mundo.

As latrinas foram pensadas na forma de banheiros rurais, isso por se tratar de uma zona longe do saneamento básico, nós utilizaremos os sistemas de banheiros rurais da Embrapa, nesse sistema as fezes passam por três tanques onde são limpas através da biogestão, eliminando agentes nocivos, antes de irem para o solo, onde funcionarão como adubo.

escola no malawi



**Projeto 60**

Parque Natural Municipal da Romaria

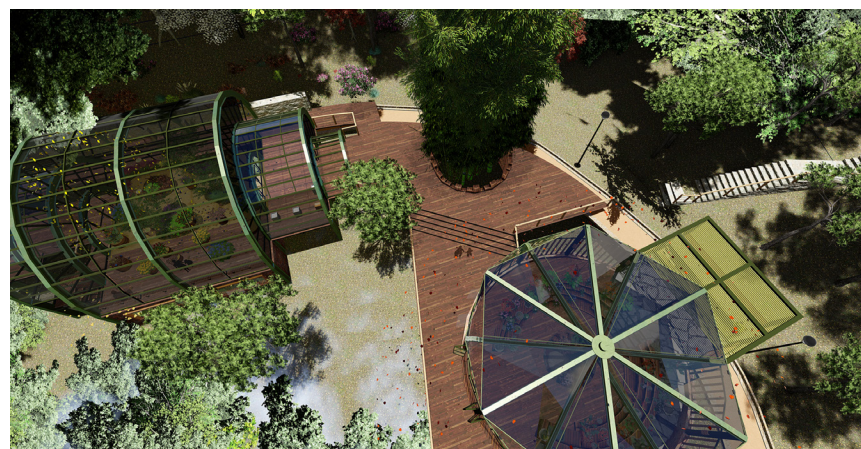
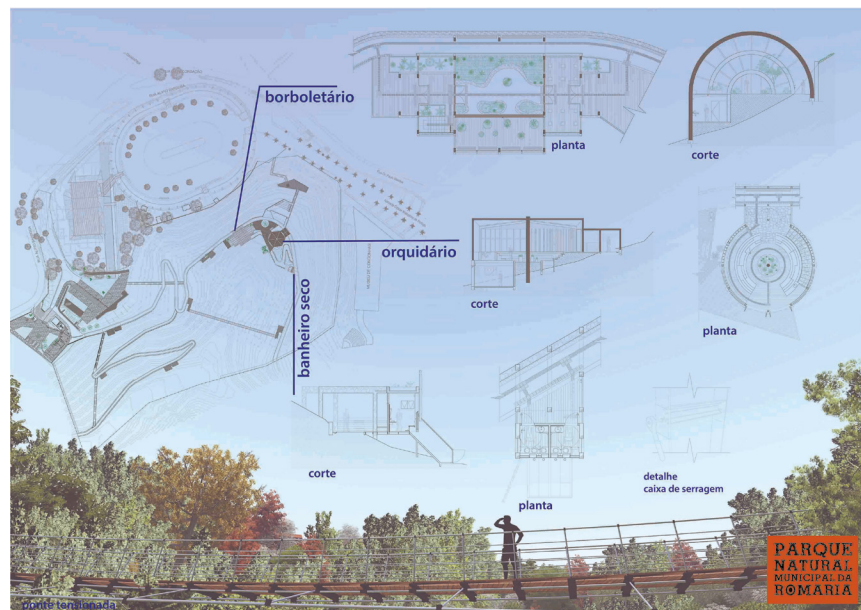
Equipe: Douglas Montes Barbosa (coord.), Raquel Hellich e Dalvan Campos.**Estagiárias:** Patrícia Oliveira, Rafaela Sabará, Thaiane Souza, Leticia Dias e Thaís Diniz.**Local:** Congonhas – MG.**Área:** 30.447,50m².**Status:** Em Execução

O Parque Natural Municipal da Romaria (PNMR) integra sítio reconhecido como Patrimônio Mundial (UNESCO), o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. Deverá se configurar como elemento de diálogo entre meio natural e edificado, além de garantir a manutenção das paisagens integradas às ambiências dos monumentos.

O projeto estabelece sinergia entre soluções que vão do urbanismo ao design. As trilhas se desenvolvem com pouca intervenção no terreno, respeitando requisitos de acessibilidade. Edificações se inserem ao longo dos percursos apresentando técnicas tradicionais, regionais e sustentáveis, conjugadas com espécies como o Cedro (usado nas esculturas de Aleijadinho) e a Planta Congonha (que nomeia a cidade) em um processo interativo de educação patrimonial e ambiental.

O PNMR, contempla metas de diversos objetivos da Agenda 2030, cabendo destaque o ODS 02. A começar pela própria Congonha (do tupi, “o que sustenta”), outras ações como a implantação de horta PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) irão estimular a diversificação nutricional e contribuir com a segurança alimentar, sendo previsto treinamento e divulgação das PANCs em parceria com entidades locais. Serão cadastrados moradores vizinhos para retirada de material lenhoso caído, prática recorrente no local, e de grande importância para o preparo de alimento. A flora será manejada em benefício dos polinizadores, (previsão de locais para a nidificação, planejamento de irrigação e podas), estimulando a polinização em área urbana, ação vital para a produção de alimentos, combinada com a adoção de outras espécies comestíveis para a recomposição vegetal. Nestes termos, o equipamento urbano contribuirá em diversas ações apontando caminhos em escala local para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

parque natural municipal da romaria



Borboletário (esquerda) e Orquidário (direita) integrados pelo deck vazado por touceira de Bambu Brasil preservada no local
Crédito: Douglas Montes



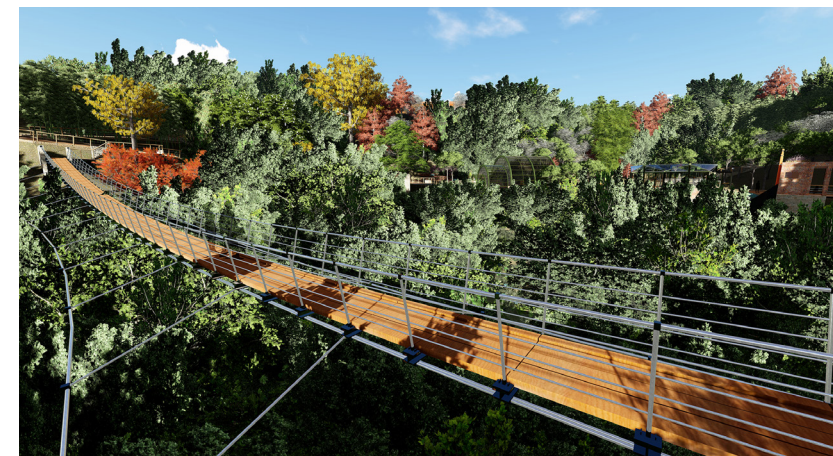
Conjunto Arquitetônico / Entorno
Crédito: Rodrigo Gouvêa



Área externa do orquidário (deck), ao fundo Banheiro Seco entremeado pela Horta Panc.
Crédito: Douglas Montes



Imagem aérea com destaque para a cobertura multiuso (em finalização), à esquerda Teatro Dom Silvério (em obras)
Crédito: Rodrigo Gouvêa



Ponte Tensionada, usada como travessia do vale sobre as nascentes e copas das árvores.
Crédito: Douglas Montes



Projeto 70 Centro Cultural Veras

Equipe: Projeto Arquitetônico: Terra e Tuma - Danilo Terra, Fernanda Sakano, Pedro Tuma e Juliana Terra.
Projeto de Paisagismo: Gabriella Ornaghi e Bianca Vasone.
Execução de obra: Bloco B Arquitetura - Camilla Ghisleni, Gabriela Favero e Julia de Favero.

Imagens do Projeto: Bloco B Arquitetura.
Fotos: Soninha Vill.
Cliente: Associação de Arte e Cultura Contemporâneas – AACC.
Projeto: 2016.
Obra: 2019-2021.
Área: 1139m².
Local: Florianópolis – SC - 27°35'54.3"S 48°29'55.0"W.
Status: Em Execução.

Uma obra para o mundo novo
O Centro Cultural Veras (CCV) será um espaço singular no Brasil. Edificado por uma associação sem fins lucrativos, suas atividades educativas, culturais e sustentáveis serão realizadas em edifício de 1.139m², situado em via estratégica, com acesso a todas as regiões da cidade. A iniciativa está entre as primeiras inteiramente construída na região sul do Brasil, o que contribuirá ativamente com seu desenvolvimento.

Com vocação para responder a demanda de espaços culturais na região, o CCV reforça sua singularidade com um programa estruturado sobre arte, yoga, educação e sustentabilidade. Cada um dos quatro pilares responderá pela realização de exposições de arte, debates interdisciplinares, práticas de yoga e meditação, residências de artistas, kirtans, cultivo de sistemas agroflorestais, cursos livres de educação alimentar e ambiental, além de iniciativas extramuros, que promoverão diálogos atemporais e valores inclusivos.

Espaço múltiplo e transdisciplinar, o Veras produzirá encontros entre arte contemporânea e práticas ancestrais, inscritas na milenar cultura do yoga. Entre suas ações comunitárias – a exemplo de VerasCidade, realizada em praias, praças e escolas da região – muitas aproximam o experimentalismo e a carga inventiva da arte com modalidades integrativas, difusas por ações de sustentabilidade e cidadania, o que equivale a contribuir com a estruturação de existências, a promoção de cuidado, a contemplação e o convívio com a essência da vida.

centro cultural veras



3



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3

Saúde e Bem-Estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.



Projeto 01 CASA de todo dia / everyday HOUSE

Equipe: Eduardo Pizarro e Joana Gonçalves.

Cliente: União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, Associação das Mulheres de Paraisópolis e Bistrô Mãos de Maria.

Apoio: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Pró-reitorias de Cultura e Extensão Universitária, Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Projeto: 2017-2018.

Obra: 2019.

Área: 200 m².

Local: Favela de Paraisópolis - São Paulo - 23°37'01.5"S 46°43'28.4"W.

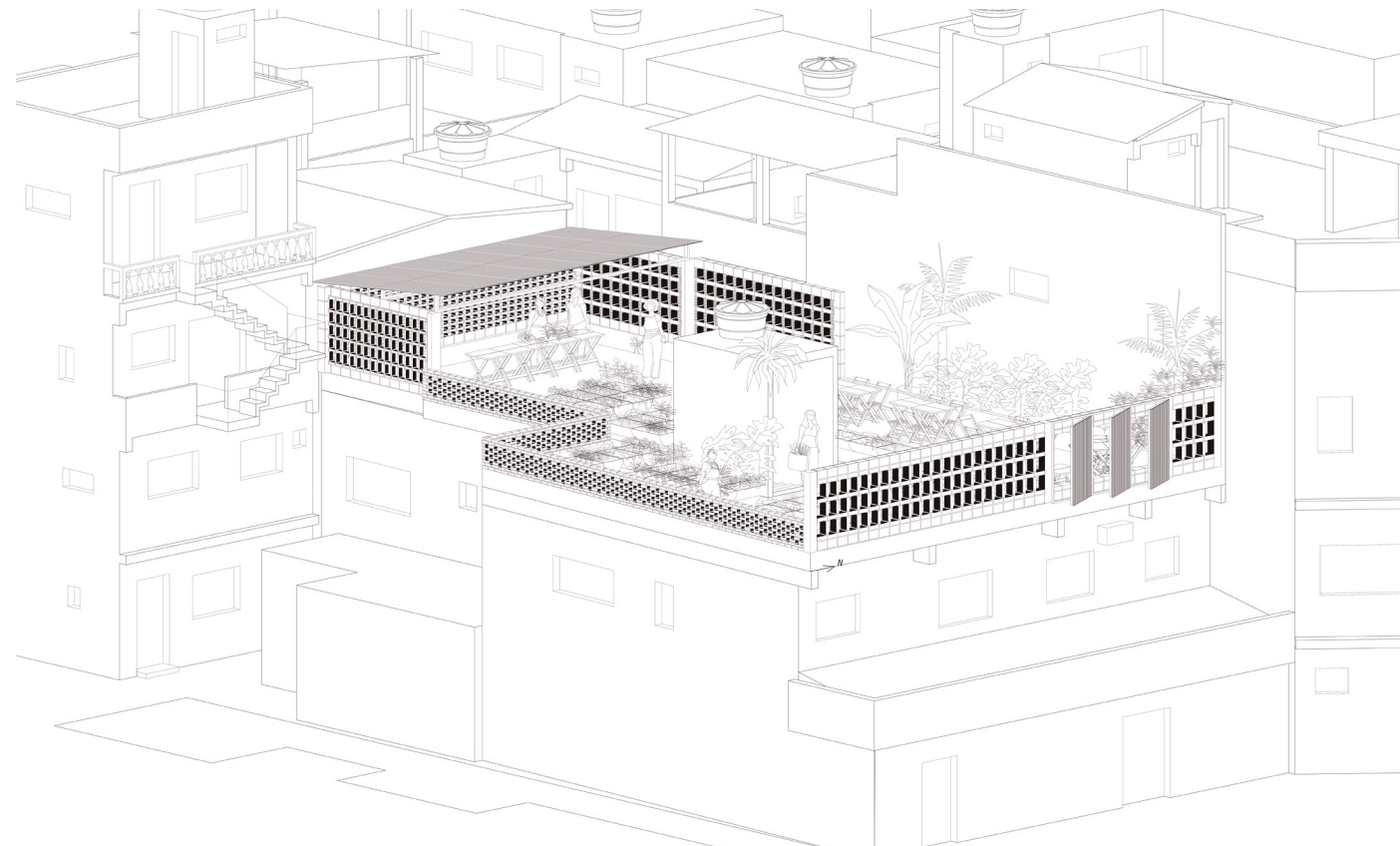
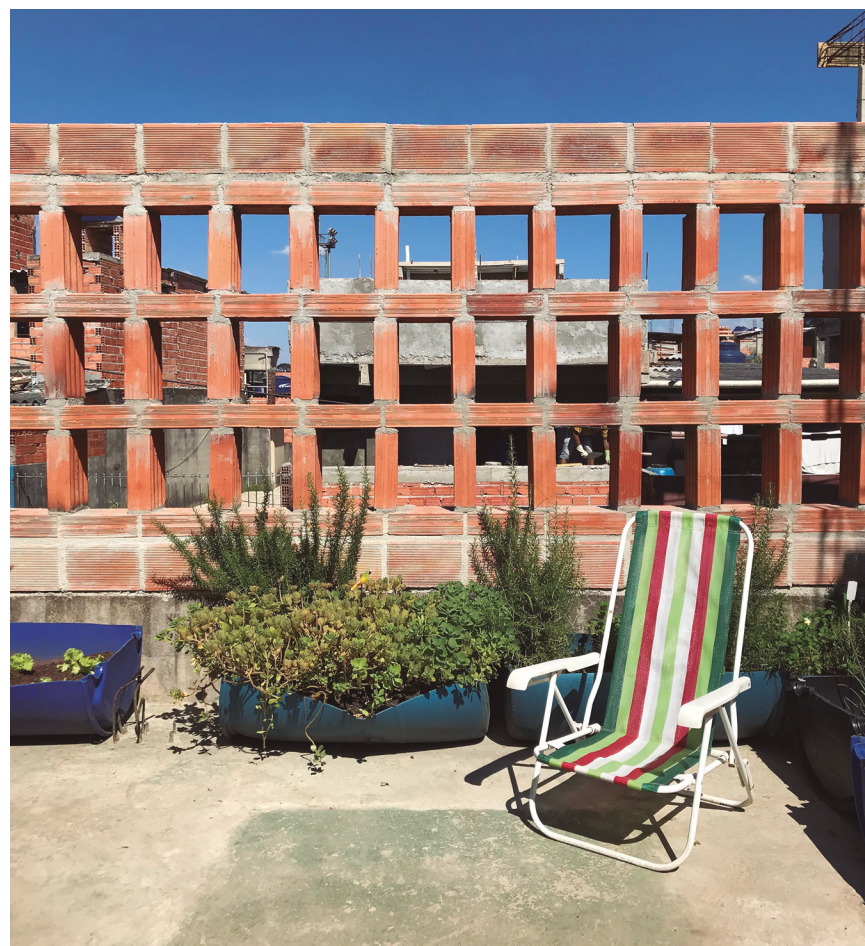
Status: Concluído.

A favela é uma realidade consolidada na cidade de São Paulo, Brasil, concentrando cerca de 10% de sua população. Na favela, a habitação constitui um tópico importante, tanto por suas dinâmicas sociais inerentes, quanto pela baixa qualidade ambiental dos espaços internos, principalmente causada pela superexposição dos envelopes construídos ao sol e pelas aberturas pouco eficientes à ventilação. A partir deste panorama, o projeto desenvolve estratégias simples e replicáveis para requalificar a habitação autoconstruída a partir do clima local e guiada, fundamentalmente, pelo ODS 3.

A “CASA de todo dia” foi construída como um protótipo 1:1 na laje da União de Moradores da Favela de Paraisópolis, segunda maior favela da cidade. O protótipo aplica mão-de-obra local e materiais comuns (blocos e tijolos) assentados de forma vazada, de modo a permitir a ventilação e o sombreamento de espaços internos, de acordo com a orientação solar da fachada. Consequentemente, as condições de saúde e habitabilidade das moradias são aprimoradas, assim como sua eficiência energética. O protótipo está associado a uma horta urbana e a um restaurante-escola criados pela Associação das Mulheres de Paraisópolis.

O projeto já vem sendo replicado em outros pontos da Favela de Paraisópolis, pelos próprios moradores, o que contribui, em escalas mais abrangentes, para a promoção do saber local, de oportunidades de aprendizagem e trabalho; para o combate às mudanças climáticas e seus impactos; para a diminuição da desigualdade de acesso à qualidade ambiental; e, enfim, para a melhoria da qualidade de vida em assentamentos urbanos frágeis.

casa de todo dia / everyday house





praça4

Projeto 22 Praça4

Líderes do Projeto: Jean Grivot e Luísa Konzen.

Autores: Fernando Balvedi, Jean Grivot, Maurício Santos, Luísa Konzen, Luis Bonilla, Naiara Forneck.

Equipe: Bruno Carvalho, Luis Bonilla, Flávia Maritan, Luciana Stinieski Pires, Belisa Peres, Marina Varante.

Projeto de Interiores: Hype Studio+Alta Arquitetura.

Projeto de Paisagismo: Hype Studio+Flo-ra.

Projeto Estrutural: Simon Engenharia.

Projeto Elétrico e Hidrossanitário:

Filippon Engenharia.

Projeto de Vedações: Gobbato.

Projeto de HVAC: Tr3z Tecnologia.

Projeto de PPCI e Orçamentação: Projeta BIM.

Imagens: Scopeo Media.

Cliente: Famcorp + Lugares com Alma.

Projeto: 2017 - 2018.

Construção: 2018 - 2020.

Área: 3,000m².

Local: Porto Alegre – RS.

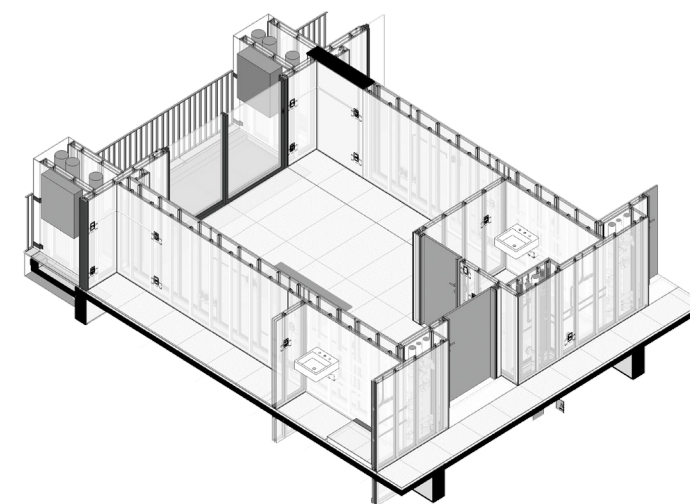
Status: Em Execução.

O Praça4 é um edifício que objetiva ser um habitat confortável, acolhedor, humano e eficiente no uso dos espaços e dos recursos naturais. Tem uma arquitetura pensada para a conexão das pessoas com a natureza, das pessoas com os seus vizinhos, das pessoas com a cidade.

O grande gesto formal do Praça4 é com o intuito de trazer mais ar, luz e natureza para dentro do edifício – e bem-estar para os seus moradores. Estudos científicos comprovam que, quando o ser humano está em contato com ambientes mais naturais, o corpo responde com uma pressão mais baixa e um sistema imunológico fortalecido.

O edifício foi projetado em uma grelha modular (cada módulo de 8 metros abriga dois apartamentos), e o resultado formal surgiu a partir da subtração de alguns desses módulos para a criação das três praças condominiais no centro do edifício.

Três praças do lado de dentro e uma do lado de fora, interligadas por escadas abertas e conectadas aos espaços condominiais; no Praça4, o percurso desde a calçada até a porta de casa é iluminado, cheio de verde e convidativo à caminhada.





Projeto 39

1. Olhe o Degrau Alves Guimarães - 2015;
2. Olhe o Degrau Jardim Ângela - 2016;
3. Olhe o Degrau Cotoxó - 2017;
4. Olhe o Degrau Ermelino Matarazzo - 2018;
5. Olhe o Degrau Jardim Nakamura, 2018;
6. Olhe o Degrau Escadario, 2019.

Equipe: Gabriela Callejas, Mariana Wandarti, Nathalie Prado, Rafaella Basile, Ramiro Levy.

Local: 1. Olhe o Degrau Alves Guimarães: São Paulo/SP, Brasil (23°33'20.8"S 46°40'41.6"W); 2. Olhe o Degrau Jardim Ângela: São Paulo/SP, Brasil (23°41'47.0"S 46°46'38.4"W); 3. Olhe o Degrau Cotoxó: São Paulo/SP, Brasil (23°32'16.2"S 46°41'20.4"W); 4. Olhe o Degrau Ermelino Matarazzo: São Paulo/SP, Brasil (23°29'56.3"S 46°29'31.2"W); 5. Olhe o Degrau Jardim Nakamura: São Paulo/SP, Brasil (23°41'50.7"S 46°46'27.8"W); 6. Olhe o Degrau Escadario: São Paulo/SP, Brasil (23°32'31.2"S 46°39'45.6"W).

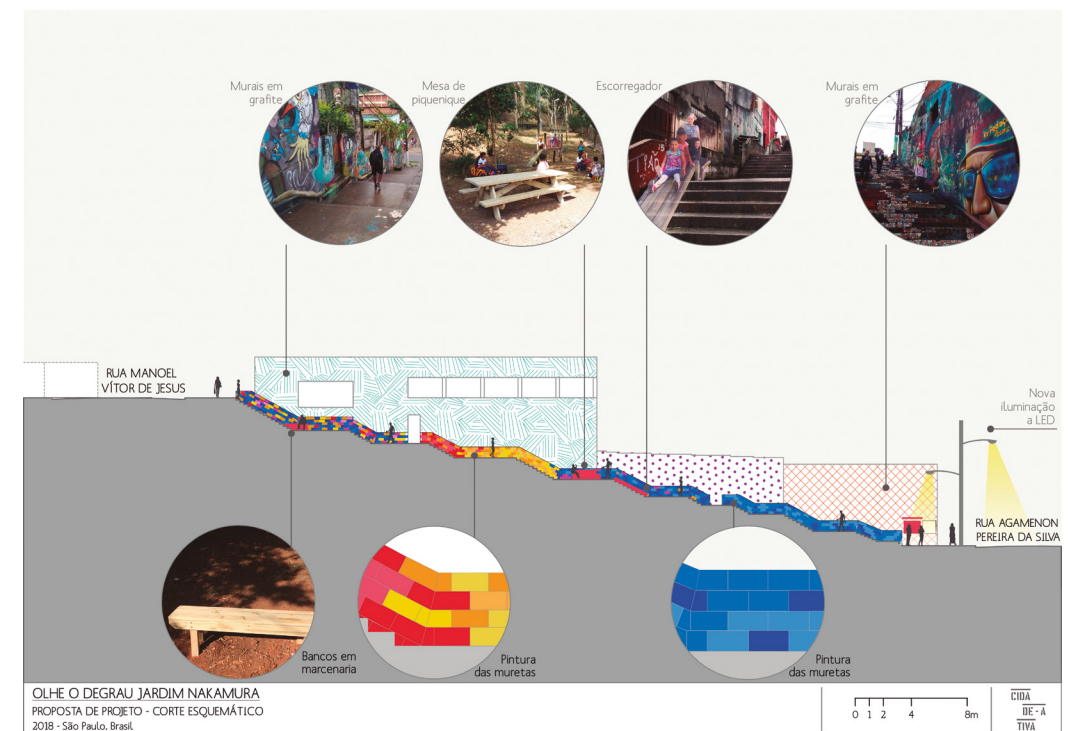
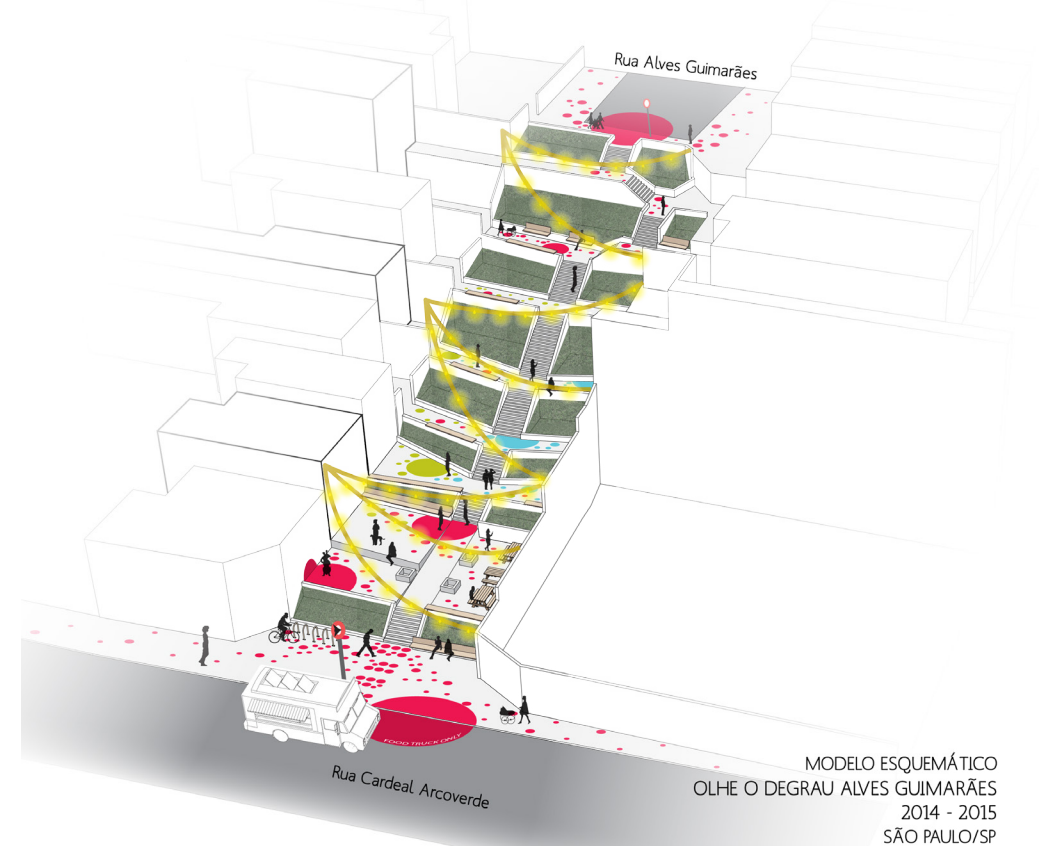
Área: aproximadamente 4000 m² de área requalificada.

Status: 5 ações concluídas e 1 em andamento.

O Olhe o Degrau tem como foco a transformação de espaços públicos - as escadarias - para promover o acesso e circulação adequada à todas e todos (especialmente usuária/os mais vulneráveis como mulheres, crianças e idosa/os) por meio de processos participativos para o desenho e implementação com a comunidade (Objetivo 11, metas 11.3 e 11.7); promoção da mobilidade ativa a pé em detrimento do transporte individual, como forma redução de emissão de gases de efeito estufa, melhorando a saúde e bem estar. Ao mesmo tempo promove a segurança viária através de implantação e/ou adequação de rotas e travessias (Objetivo 3, meta 3.6).

A iniciativa tem alcançado seu objetivo de criar espaços para pedestres que sejam seguros, confortáveis, sustentáveis e divertidos para as pessoas que moram nas cinco escadas reformadas até o momento. Ao potencializar as relações existentes entre a comunidade e o espaço, fomenta-se uma nova perspectiva de acontecimentos da vida urbana.

olhe o degrau



4



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

Educação de qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



Projeto 05

Implantação de 12 CEUs
(Centros Educacionais Unificados)

Equipe: Eduardo Dalcanele Martini, Hannah Arcuschin Machado, Helena Strada Nosek, Igor Rafael de Souza Carvalho, Igor Cortinove, José Oswaldo Vilela, Katia Canova, Leon Yajima, Rafael Pollastrini Murolo, Ricardo Aguillar da Silva, Tereza Beatriz Ribeiro Herling e Wanderley Ariza.

Cliente: Município de São Paulo.
Projeto: 2013-2016.
Obra: 2016-2020.
Área: 400.990 m².
Local: São Paulo - SP - Latitude: 23° 32' 56" Sul,
Longitude: 46° 38' 20" Oeste.
Status: Concluído.

O Projeto de Arquitetura para o programa Território CEU foi desenvolvido dentro da Prefeitura de São Paulo por arquitetos e técnicos da própria administração. A realidade financeira do município à época não permitia selecionar terrenos privados para desapropriação. Foram então analisados os terrenos que já pertenciam a Prefeitura e, de um conjunto de quase 100 terrenos, os mesmos foram organizados em 3 macro grupos: 1) terrenos planos e longilíneos para os quais se desenvolveu um edifício linear em 3 pavimentos, sempre com acesso pelo térreo; 2) terrenos planos com a forma próxima a um quadrado, para os quais se desenvolveu um edifício em lâminas paralelas também em 3 pavimentos, sempre com acesso pelo térreo; 3) terrenos com desnível e longilíneos, para os quais foi desenvolvido o edifício vertical com 5 pavimentos e um acesso intermediário pelo terceiro pavimento, além do acesso pelo térreo. Desses 100 terrenos, 14 tiveram seus projetos executivos desenvolvidos por escritórios de arquitetura, baseados no projeto básico fornecido pela equipe da PMSP, e 12 foram construídos.

Os edifícios abrigam desde uma escola para a primeira infância até uma universidade, passando pelo ensino fundamental, ensino médio e técnico e ainda atividades de cultura e esporte para a terceira idade, o que alinha perfeitamente o projeto ao OBJETIVO 4 da ODS e também o qualifica como importante agente para o alcance de todas as metas nesta mesma ODS.

Os pressupostos norteadores do partido arquitetônico adotado, bem como os preceitos técnicos utilizados, (estrutura em concreto pré-fabricado; horizontalidade do conjunto e escala condizente com o entorno predominantemente de baixo gabarito; ventilação cruzada nos ambientes de uso coletivo; fachada livre, cobertura plana, fluidez entre espaços internos e externos, etc.) se alinham com as características históricas dos projetos desenvolvidos no escritório público de projetos da PMSP, que em 2020 completou 70 anos, e já teve em seus quadros arquitetos de grande importância para a arquitetura escolar, tais como Hélio Duarte, Roberto Tibau, Eduardo Corona, José Oswaldo Vilela, Wanderley Ariza, André Takiya e Alexandre Delijakov.

implantação de 12 ceus na cidade de são paulo



CEU Cidade Tiradentes



CEU Cidade Tiradentes



CEU São Pedro



CEU Tatuapé-Carrão



CEU Tatuapé-Carrão



CEU Freguesia do Ó



CEU Parque do Carmo



CEU Parque do Carmo



CEU José de Anchieta



Projeto 26
CEDEI SESC – Centro de Desenvolvimento Infantil do SESC

Autora: Keila Costa (+K arquitetos)
Equipe: Luisa Mellis (paisagismo), Flávia Pagotti Silva (desenho de mobiliário), Cássia Buitoni (Comunicação Visual), Ana Carolina Tonetti (co-autora na etapa de Estudo Preliminar), arquitetos colaboradores: Thiago Mendes, Pedro Mauger, Mariana Hiroki, João Pasqua, Estela Alves, Bruno Futema, Bruno Zopolato, Luna Brandão, Natália Duran e Carolina Teixeira Pinto.

Cliente: SESC Serviço Social do Comércio.
Área: 3.305,70m².
Local: São Paulo – SP - 23 graus 32'48''S 46 graus 35'22''W.
Data: 2012 a 2019 - início obras 2020.
Status: Em Execução.

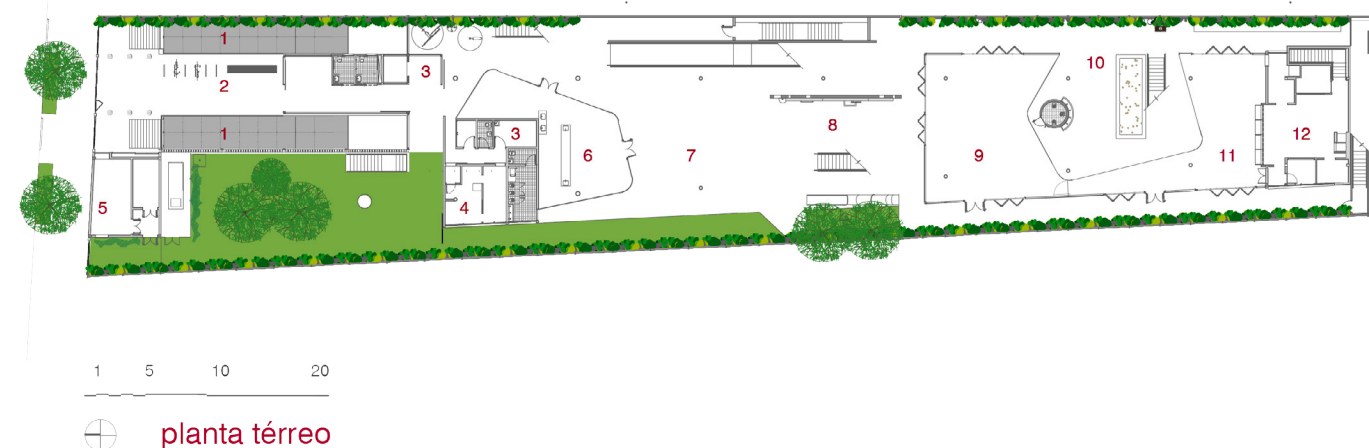
O SESC – Serviço Social do Comércio - de São Paulo é uma instituição mantida pelo empresariado que têm como missão prestar serviços aos trabalhadores do comércio de bens e serviços a partir de programas de lazer, cultura, educação, saúde e assistência. A instituição entende o lazer educativo como uma frente de ação para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e seus familiares.

Assim, o Centro de Desenvolvimento Infantil foi criado em 1980 como instrumento de valorização pessoal e melhoria das condições trabalhistas dos próprios funcionários com filhos entre 0 e 6 anos. A partir de 1996, a instituição sistematizou o atendimento educativo já prestado, ajustando didática e conceitualmente suas atividades a partir da experiência acumulada e a iniciação ao desenvolvimento cognitivo e psicomotor do ensino básico. Desde sua fundação, as instalações do CEDEI foram adaptadas às crianças. No entanto, a demanda por mais vagas se viu limitada pelas dimensões do atual edifício localizado no centro da cidade. Decidiu-se então construção de um equipamento mais condizente com as expectativas institucionais e sua política de recursos humanos, sintonizado com os fundamentos e princípios pedagógicos adotados e os valores do SESC.

O CEDEI dá ênfase à expressão cultural e artística das crianças, priorizando o desenvolvimento infantil com ênfase no lúdico e no simbólico. A proposta pedagógica e a arquitetura devem ajudar na transição da individualidade à sociabilidade, objetivo do desenvolvimento infantil nesta faixa etária.

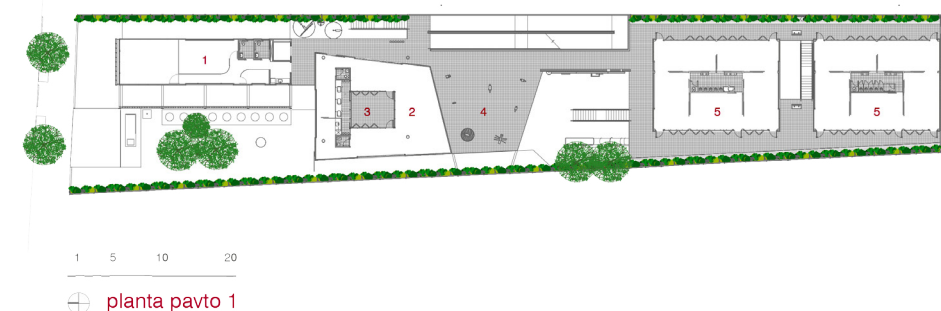
Do ponto de vista arquitetônico, os edifícios do SESC sempre se caracterizaram por servir como ponto de referência e qualidade arquitetônica nos bairros e na cidade onde estão inseridos.

cedei sesc – centro de desenvolvimento infantil do sesc



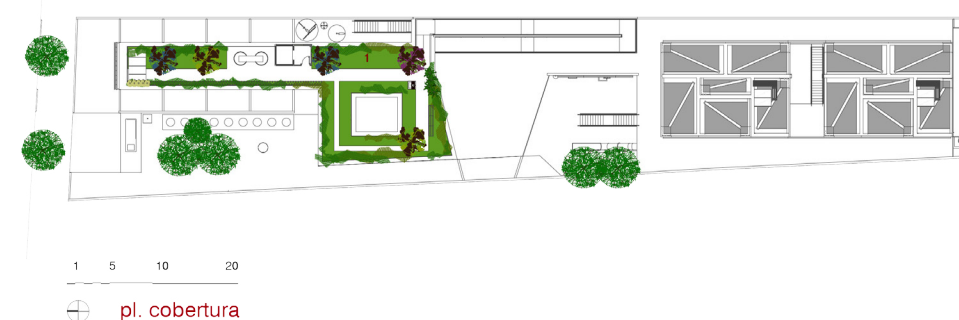
legenda

- 01_rampas de veículos
- 02 acesso alunos, familiares e funcionários
- 03_enfermaria
- 04 lactário
- 05 sala técnica
- 06_atelier
- 07_pátio coberto
- 08_pátio descoberto
- 09 uso múltiplo
- 10_tanque areia
- 11_refeitório
- 12_cozinha



legenda

- 01_ coordenação / administração
- 02_berçário
- 03_colário
- 04_praca
- 05_salas de atividades



legenda

- 01_horta



Projeto 30 Escola Padre Arrupe

Equipe: Autor principal: Bruno Felipe Ronchi, Co-autores: Rafael Augusto Soriano, Raphael Moreira Gobbo e Estagiários: Bruno Brugnolo e Regiely Gai.

Cliente: Associação Antônio Vieira.
Início do projeto: Julho/2018.
Início da construção: Agosto/2019.
Término da construção: Novembro/2020.
Área: 2.855,31m².
Local: Teresina - PI - 5.189035 - 42.747090.
Status: Em Execução.

A educação é de suma importância na formação das pessoas e a qualidade de ensino é influenciada também pelo meio construído. Existem estudos que comprovam o aumento na produtividade do ensino e no aprendizado com índices de até 15%. Entendendo isso, buscamos projetar espaços de qualidade para melhorar o rendimento dos estudantes e alcance de resultados mais eficazes através de estratégias projetuais como:

- Tipologia: As salas de aula remetem em sua volumetria as residências onde os alunos moram com suas famílias. O bairro é predominantemente construído com conjuntos habitacionais populares, dessa forma os alunos não perdem a sensação de escala.

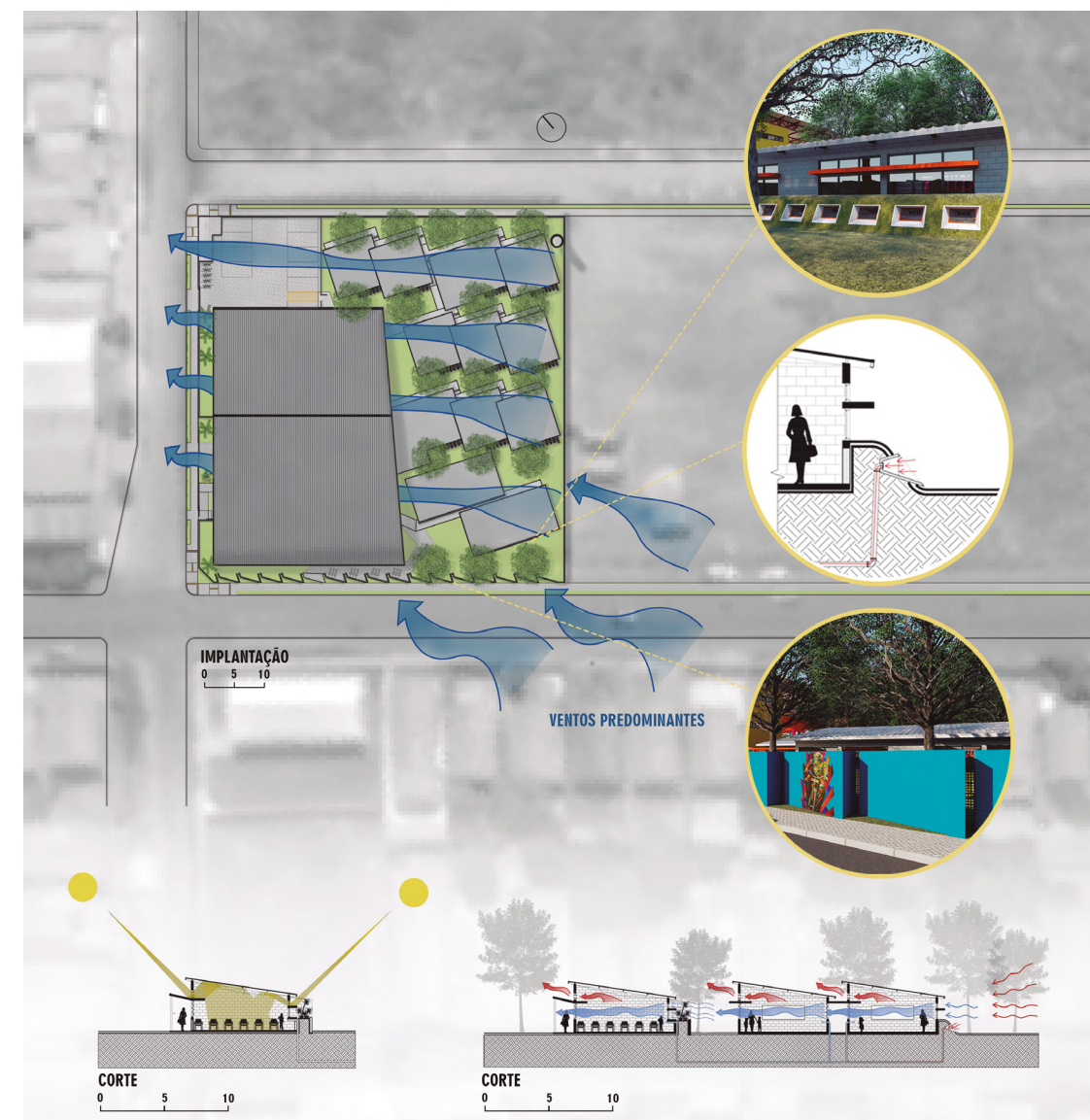
- Conforto interno: A escola como um todo foi projetada para garantir o conforto dos usuários, ventilação e iluminação natural, inclusive resfriamento por geotermia, foram estratégias utilizadas no projeto.

- Áreas verdes: Como o lote era pequeno, o projeto foi desenvolvido para que o paisagismo permeasse as salas de aula pois, além de sua função bioclimática, ajuda a regular a temperatura e ventilar o edifício, criando espaços verdes para as atividades das crianças, ajudando no aprendizado e socialização.

- Cores: Teresina é uma cidade próxima a Linha do Equador, o município recebe uma grande quantidade de luz solar anualmente. Através disso trabalhou-se uma composição de cores que, refletindo a luz natural, estimulasse os alunos às atividades.

- Mobiliário: O mobiliário especificado é condizente com a idade dos alunos e metodologia de ensino aplicada pela instituição, o que garante ergonomia e conforto para as crianças.

escola padre arrupe



5



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5

Igualdade de gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.



casa da interação afetiva o refúgio da mulher vítima de violência



Projeto 04

Casa da Interação Afetiva - O Refúgio da Mulher Vítima de Violência

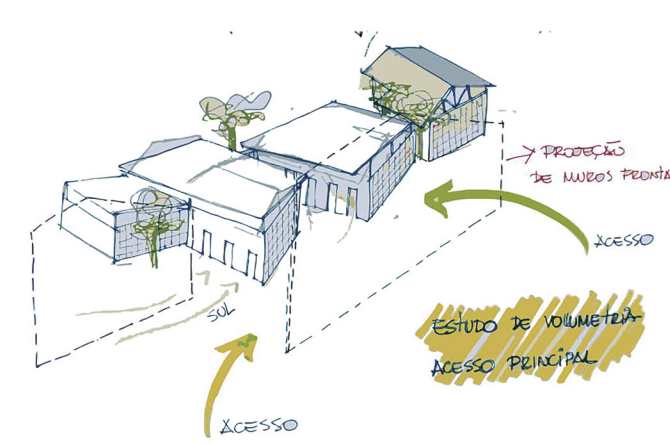
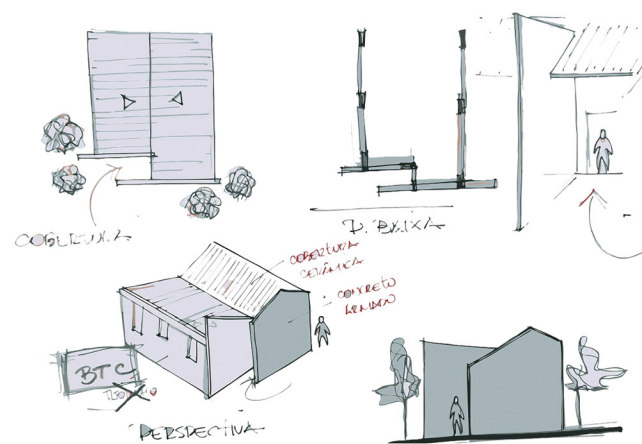
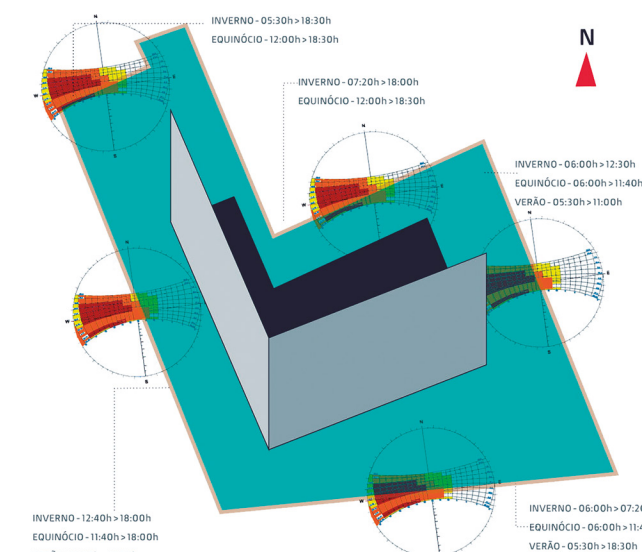
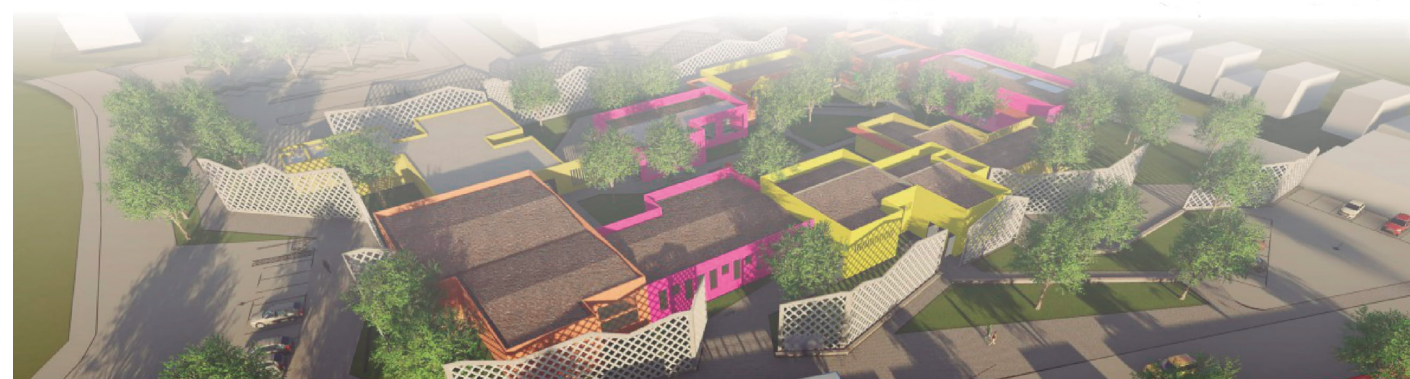
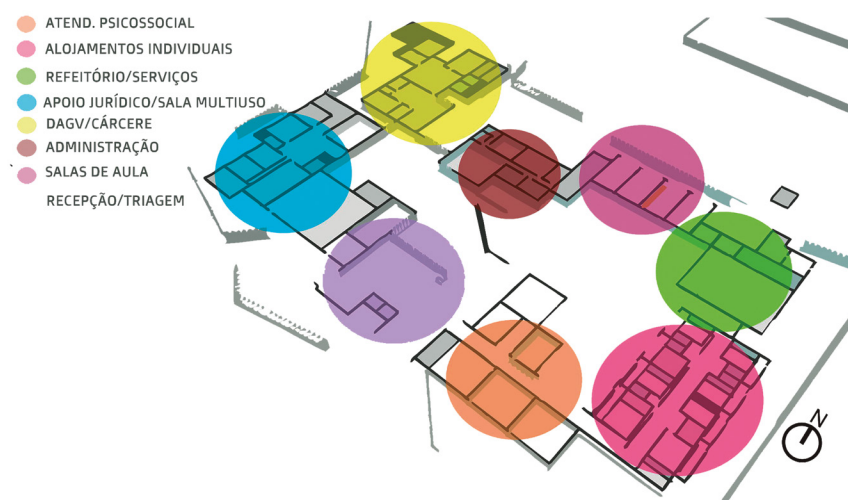
Autora: Acácia Regina Resende Setton.

Projeto de Conclusão de Curso em
Arquitetura e Urbanismo.

Data: Dezembro de 2018.

Proposta arquitetônica para construção de um centro de acolhimento à mulher vítima de violência no estado de Sergipe para a centralização da rede de enfrentamento como forma de inibir os índices de violência secundária e institucional por conta da atual polarização destes serviços.

A sustentabilidade está presente em termos sociais, ambientais e urbanos. Técnicas de conforto foram adotadas para otimizar ventilação e iluminação natural, assim como elementos construtivos para otimizar a percepção sensorial e o consequente bem-estar subjetivo na eficácia pela regeneração emocional das acolhidas.





banheiro público feminino em uma perspectiva feminista

Projeto 43
Banheiro público feminino em uma perspectiva feminista

Autora: Anna Cândida Valentim.

Projeto Acadêmico 2019.

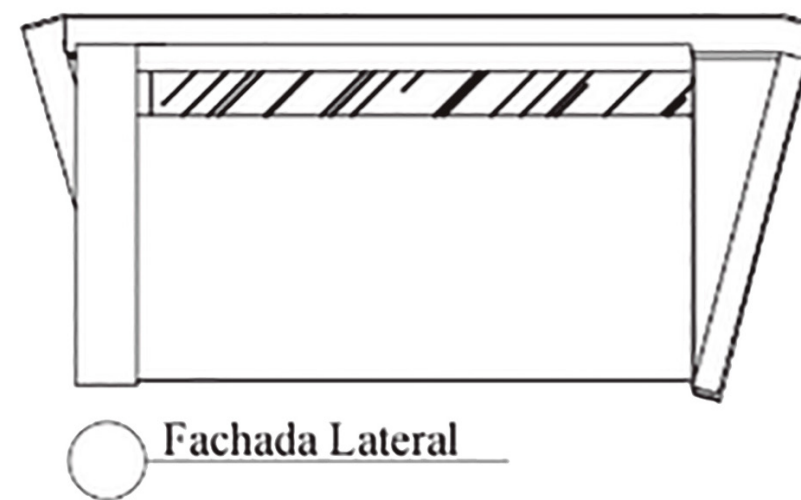
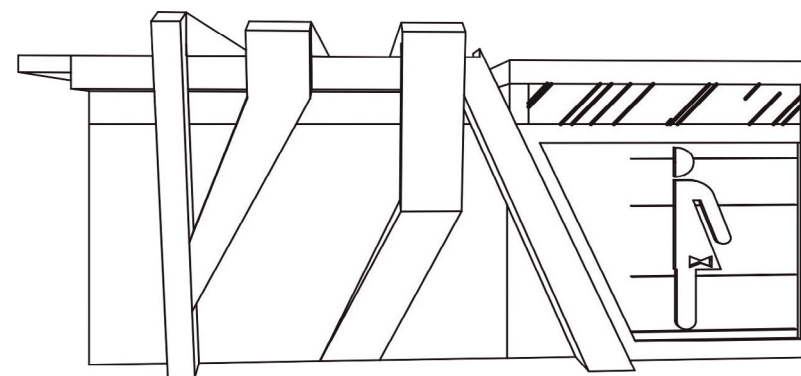
Área: 35.44 m².

Local: Manhauçu - MG - 20° 15' 26.406" S
42° 2' 11.328" W.

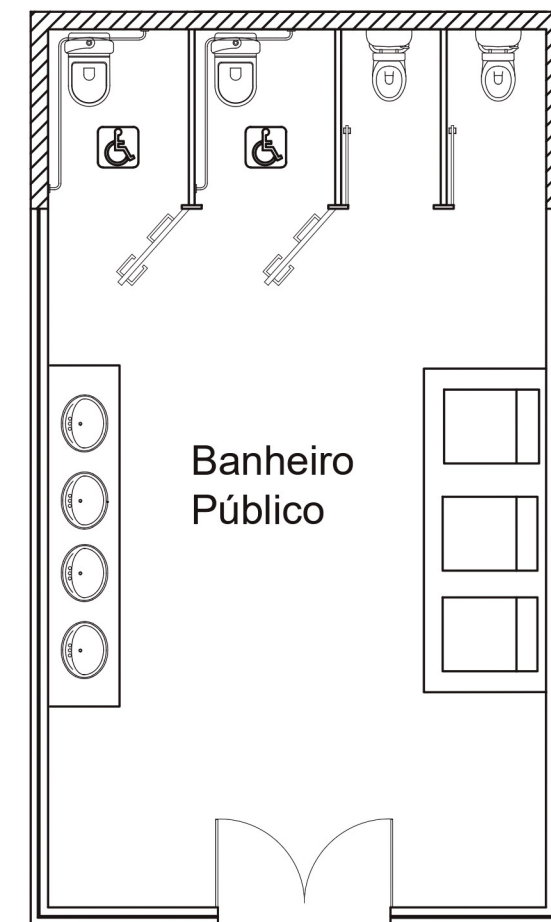
Status: - Em Execução.

Ainda que pareça uma luta, em realidade a igualdade de gênero não é outra coisa que a base necessária para conseguir um mundo mais produtivo, sustentável e pacífico. No entanto, apesar de ser um direito fundamental, ainda não existe uma igualdade de direitos legítima. As mulheres seguem sofrendo discriminação na representação política, econômica e pública, e seguem sendo vítimas de violência e abuso. Neste cenário de segregação e desigualdade, são apontados como questões do projeto, a distinção e dissimetria entre os gêneros e a violência urbana sofrida pelas mulheres, que acaba por segregá-las e as afastam dos espaços públicos. A fim de defender os direitos das mulheres à cidade, busca-se através do feminismo e do presente projeto estimular a criação de propostas para reduzir a desigualdade entre gêneros e que a médio e longo prazo transformem os espaços urbanos em lugares mais igualitários e seguros.

O projeto se dispõe a criar um banheiro público feminino, intuitivo e funcional partindo da necessidade de mulheres, mães, donas de casa e trabalhadoras que vivenciam a cidade durante todo o dia, carecendo de um ambiente adequado e seguro á elas, além de contribuir para a produção de conhecimento e reflexão crítica sobre o espaço através da perspectiva de gênero, buscando mapear narrativas sobre a cidade e espaços usualmente silenciados e invisibilizados, analisando como a cidade se mostra e é vista por essa parcela. E por fim apontar como a arquitetura e o urbanismo podem efetivamente contribuir no debate teórico e na prática para desenvolver espaços públicos de maior qualidade, tal como agir enquanto instrumento de legitimação de desigualdades.



Fachada Lateral



**Projeto 47**

Praça Livre para as Crianças

Equipe: CoCriança: Amanda Scotton, Andrea Amato Muner, Beatriz Martinez, Camila Audrey Ferrara, Camila Pinto de Souza Sawaia e Maria Teresa Santos Albardía.

Cliente: Crianças do CCA Elisa Maria.

Elaboração: 2017.

Implementação: 2019.

Área: 60,4m².

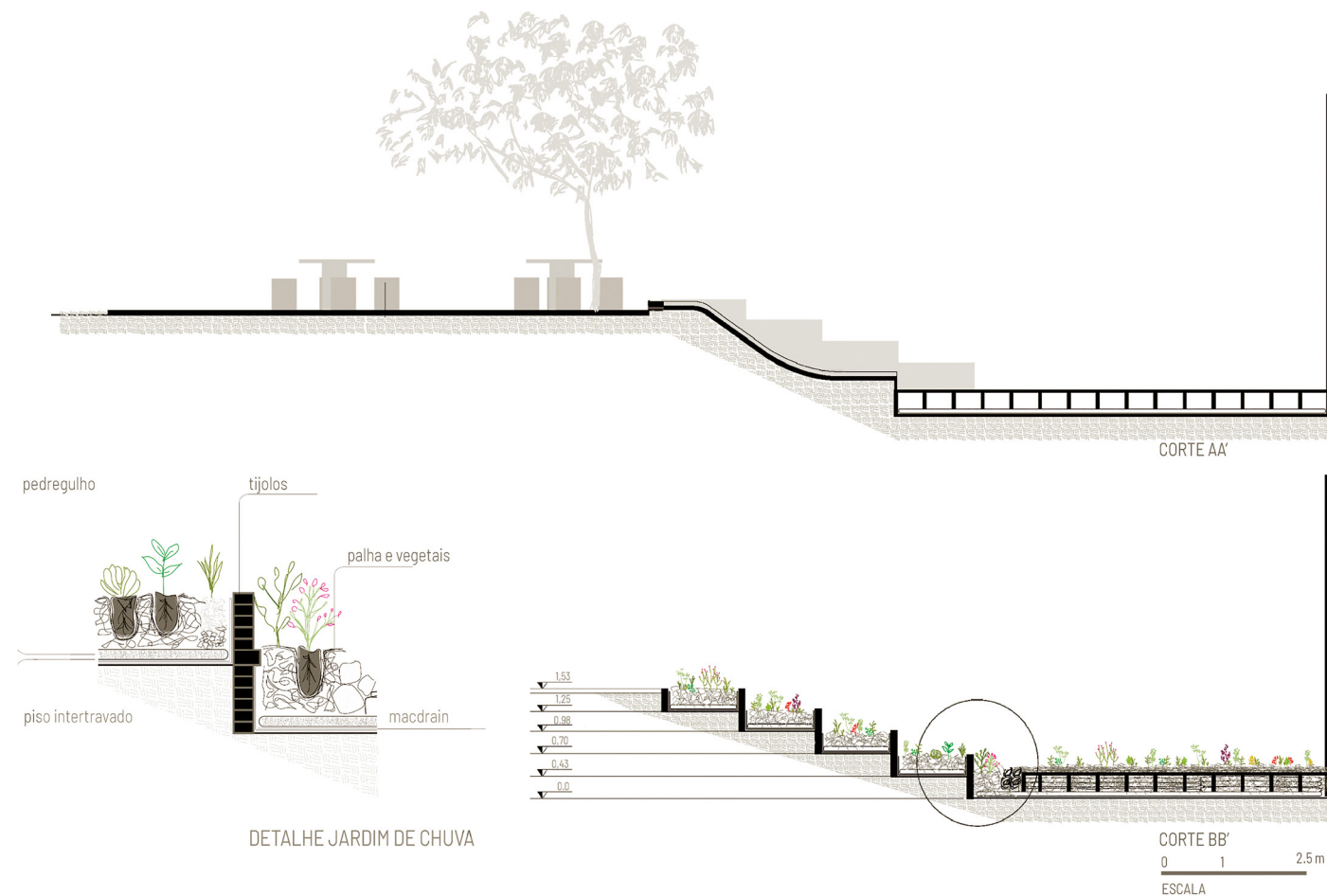
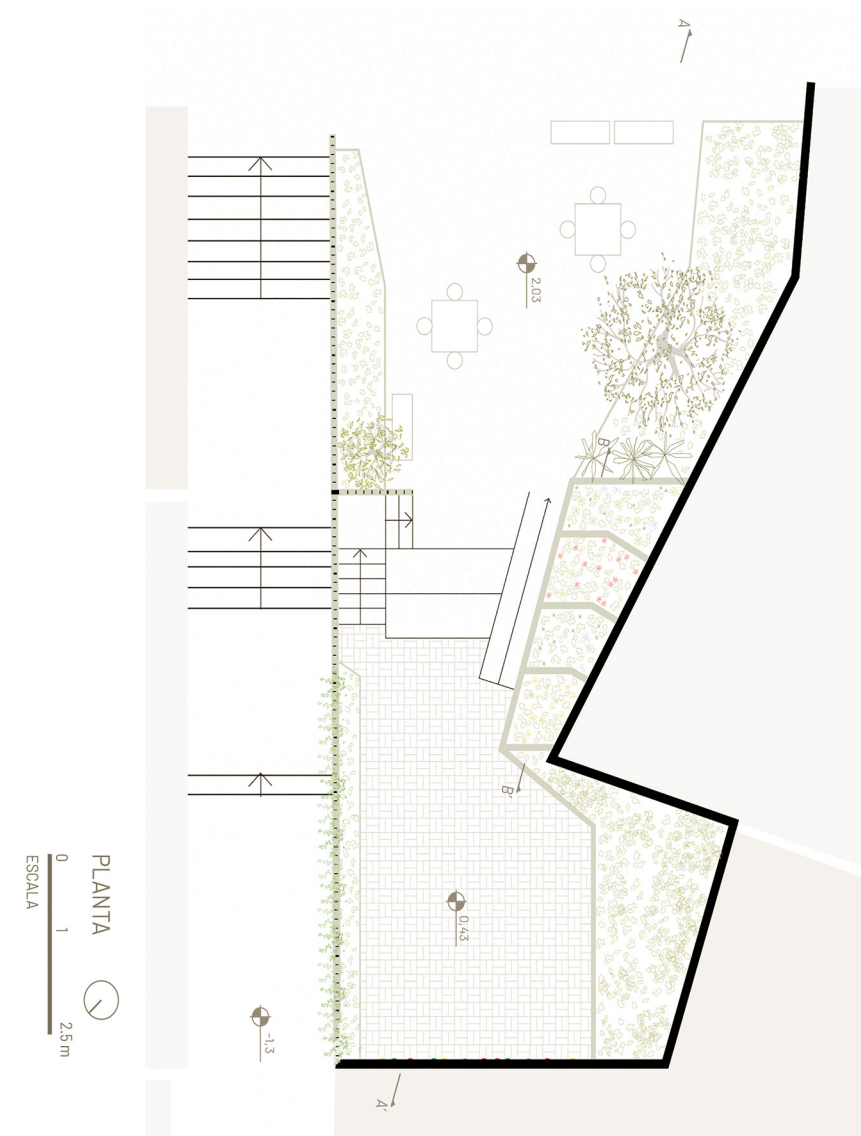
Local: São Paulo – SP - Coordenada

Geográfica: 23°27'21.2"S 46°41'01.7"W.

Status: Em Execução.

O CoCriança é um coletivo de mulheres que busca promover a igualdade de gêneros a partir da infância. Entendemos que viver em igualdade amanhã começa com brincar em igualdade hoje. Assim, por meio da cocriação de espaços de brincar na cidade junto com as crianças, buscamos inverter a lógica de planejamento que prioriza homens, adultos, motoristas, valorizando e colocando luz nos desejos das crianças e emponderando-as, desde pequenas, para participação plena e efetiva enquanto lideranças de transformação. Podemos mudar o lugar que ocupam as mulheres na sociedade, começando por mudar o espaço em que ocupam desde a infância, validando que a rua também é espaço delas por meio do fortalecimento de seu uso e ocupação. Por fim, pensar a partir da perspectiva da infância é também pensar pela perspectiva de gênero, já que, historicamente, e ainda hoje, são as mulheres que assumiram em maior medida as tarefas de cuidados com a infância.

praça livre para as crianças



6



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Água potável e saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

**Projeto 25**

Sistema de Tratamento de Efluentes por meio de Alagados Construídos no Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres localizado na Unidade de Conservação do Parque Anhanguera

Autores: Hidrobotânica e Divisão de Implantação, Projetos e Obras – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo.

Projeto: Itubanaia – Soluções Ambientais.

Cliente: Divisão da Fauna Silvestre – Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo.

Data: 2011, primeira fase de obras - 2011 e segunda fase de obras - 2020.

Obras: Fase 1: DB Construções, Fase 2: Construdaher.

Área: aproximadamente 26.000 m².

Local: Perus - São Paulo – SP - 23.412279 - 46.793035.

Status: Em execução.

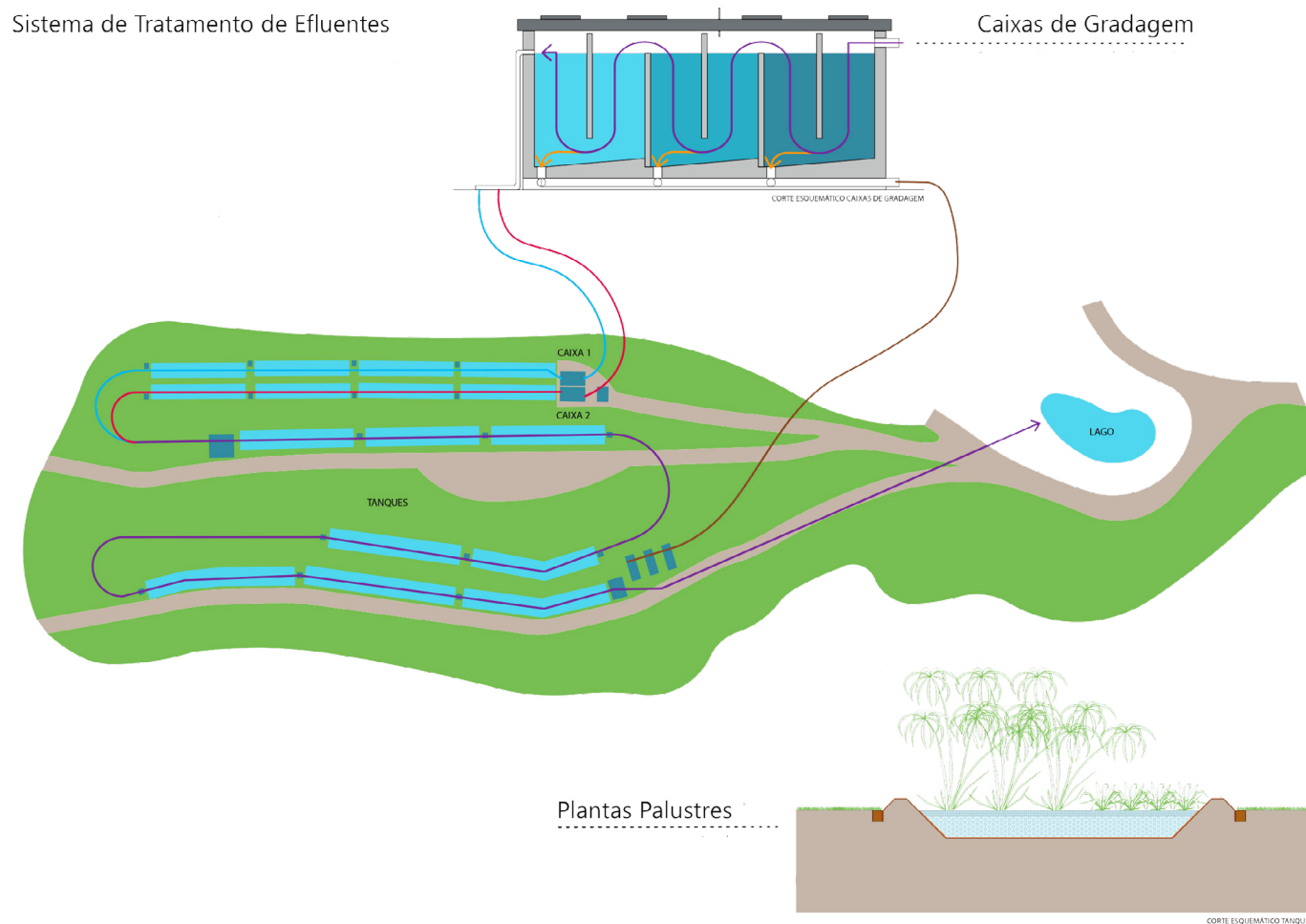
O presente projeto está sendo implantado com o intuito de tratar os efluentes do hospital veterinário do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres (CeMaCas) localizado na Unidade de Conservação Ambiental do Parque Anhanguera. O centro oferece atendimento veterinário a animais silvestres da cidade de São Paulo como garças, corujas, sabiás, gambás, macacos, cachorros-do-mato e lagartos teiú vítimas de atropelamentos, ataques por cães, choques elétricos, cortes por linha de pipa, etc.

Uma vez que o complexo está localizado em área que não dispõe de rede pública de esgoto, foi necessária a construção de um sistema que tratasse os efluentes no próprio local. A solução encontrada foi implantar um sistema de alagados construídos (SAC) o qual trata tanto o esgoto doméstico quanto clínico de maneira sustentável e aliada a um projeto paisagístico, uma vez que o tratamento é feito, basicamente, por plantas palustres, ou seja, plantas que se desenvolvem em solo encharcado. Inicialmente, os efluentes (domésticos e clínicos) passam por caixas de gradagem, onde é feita uma primeira filtragem por decantação (o esgoto clínico é tratado também com ozônio). Os resíduos gerados nessa etapa do processo vão ser secos para que, posteriormente, possam ser utilizados na adubação de áreas verdes na própria unidade de conservação. Numa segunda etapa, a água segue por tanques onde estão localizadas as plantas palustres, as quais são responsáveis por auxiliar na filtragem e proliferação de microrganismos benéficos no tratamento de esgoto. Após passar pelos diversos tanques, a água já tratada é mantida em um reservatório, um lago ornamental, e pode ser utilizada para irrigação dos jardins do complexo. Tal intervenção está alinhada com o objetivo de desenvolvimento sustentável nº 6, da agenda 2030 da ONU uma vez que faz uma gestão sustentável da água.

sistema de tratamento de efluentes para o centro de manejo e conservação de animais silvestres (cemacas)



Sistema de Tratamento de Efluentes





Projeto 55
Unidade Hidráulica Pré-Fabricada para Reabilitação de Edifícios

Equipe: Autora: Natália Maria Gaspar e Orientação: Paulo Eduardo Fonseca de Campos.

Trabalho Final de Graduação / Ambiente Acadêmico.

Data: 2009.

Área: Variada: Unidade A=5,30m², Unidade B=4,95m², Unidade C=7,30.

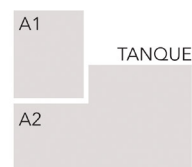
Local: Projeto Conceitual.

A Unidade Hidráulica Pré-Fabricada para Reabilitação de Edifícios é um projeto conceitual pensado para a promoção de habitação popular produzida a partir da reabilitação de edifícios ociosos localizados nos grandes centros urbanos brasileiros.

As Unidades foram projetadas para serem produzidas em painéis de Microconcreto de Alto Desempenho, cuja característica é o baixíssimo índice de porosidade (quando comparado às técnicas de argamassa armada) permitindo acabamento final em pintura ou a aplicação de revestimento cerâmico convencional, portanto adequado aos hábitos construtivos em voga. Também foram projetadas para serem compactas, o que reduz os custos com transporte para o canteiro de obras e aumentam a área adjacente do apartamento; possuem dispositivos para manutenção horizontal e mínima intervenção na estrutura do edifício existente (tais como shafts visitáveis com fechamento em PSAI — poliestireno de alto impacto, tubulações PEX e bacia sanitária com saída horizontal), garantindo a salvaguarda estrutural do edifício e permitindo que as unidades sejam removidas e o edifício possa ter seu uso renovado futuramente.

Tendo em mente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para Água e Saneamento, a promoção de habitação popular a partir da reabilitação de edifícios ociosos localizados nos grandes centros urbanos brasileiros viabiliza o direito de acesso das populações mais pobres à infraestrutura urbana de qualidade, revertendo-se a lógica de expulsão dessas populações para as periferias de urbanização precária, colaborando com a preservação de áreas verdes e áreas de manancial.

unidade hidráulica pré-fabricada para reabilitação de edifícios



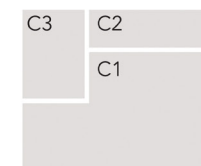
UNIDADE A [5,30m²]

A1 [bacia sanitária + lavabo]

A2 [chuveiro + lavabo + pia de cozinha]

Externo: tanque

UNIDADE A



UNIDADE C [7,30 m², acesso universal]

C1 [bacia sanitária + lavabo + chuveiro]

C2 [pia de cozinha]

C3 [tanque]

UNIDADE C





Projeto 59 Casa CSV

Arquitetura: Autores: Guilherme Gambier Ortenblad e Aline Ollertz Ortenblad e Equipe: Karin Kussaba, Pedro Borba, Ana Mamede, Kathleen Chiang, Mariane Takahashi, Mariana Poli, Ticiane Alencar e Rosa Clara Alves.

Cliente: Guilherme Gambier Ortenblad e Aline Ollertz Ortenblad.

Data: 2018.

Local: São Paulo - SP - 23°33'52.9"S 46°41'13.9"W.

Área: 225,00 m²

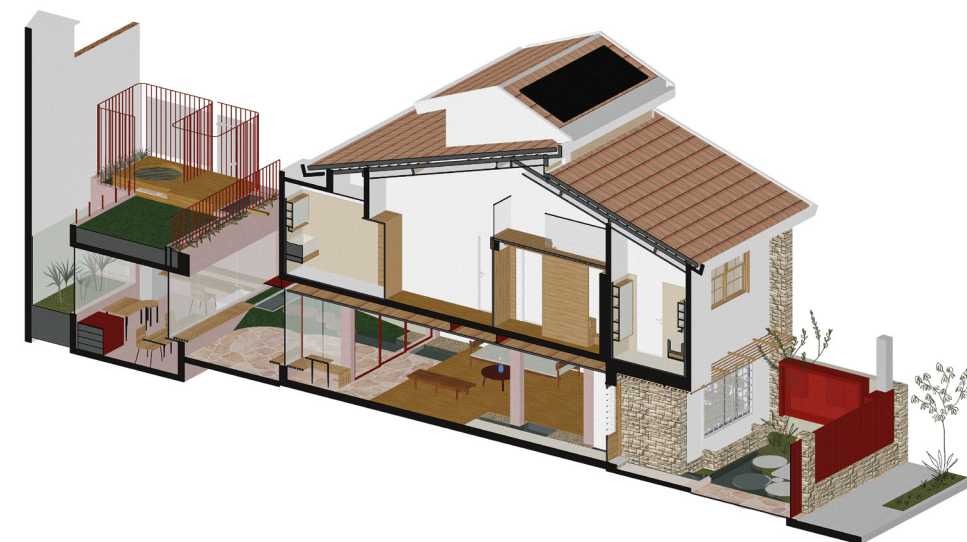
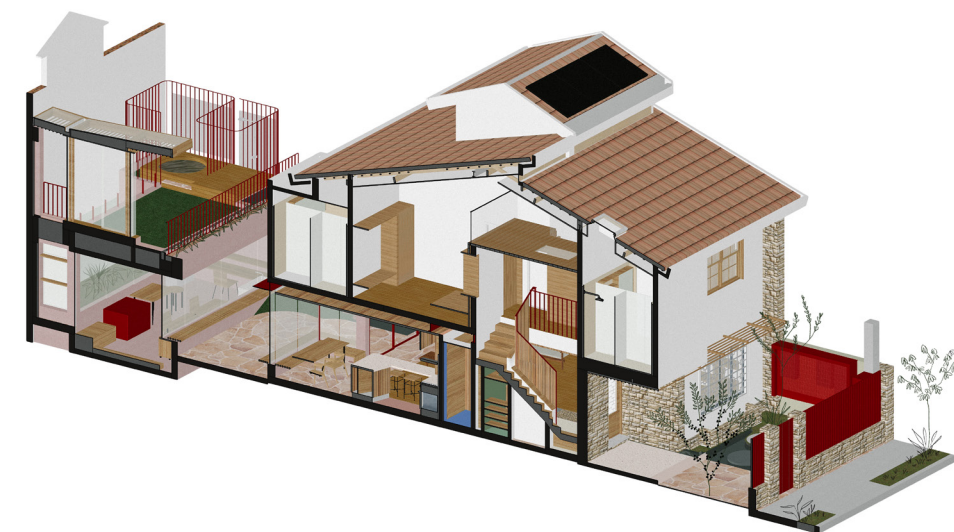
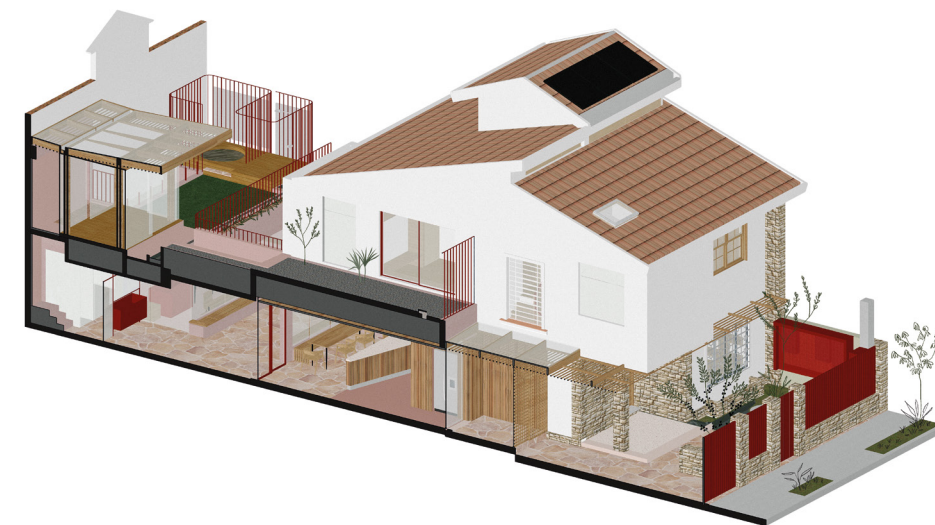
Status: Em Execução.

O projeto consiste na reforma de uma residência unifamiliar localizada em um conjunto de prédios e sobrados recentemente tombados devido ao “valor urbanístico e paisagístico do conjunto” e “valor simbólico e afetivo do quadrilátero reconhecido pela população local”. (RESOLUÇÃO Nº 01/CONPRESP/2018).

Se a expressão “cidades como as casas” aparece desde a Antiguidade, aqui colaboramos com a nossa compreensão a respeito da função das casas na metrópole contemporânea. A casa estabelece um papel direto e indireto com a cidade, através de sua relação comunitária e simbólica com o bairro e de seu papel ambiental.

Do ponto de vista ambiental, um novo ecossistema construído contribui localmente para o meio ambiente, especialmente através do Manejo Integrado de Água: uma abordagem sistêmica de planejamento e gestão que integra todos os aspectos do ciclo da água para atender objetivos econômicos, sociais e ambientais. O sistema conta com o aproveitamento de água da chuva, tratamento das águas servidas e aproveitamento do biogás através de tratamento primário, composta pelo conjunto biodigestor-caixa de compensação e de uma etapa de tratamento secundário, composta por uma zona de raízes de fluxo horizontal subsuperficial. As águas servidas da casa têm seu melhor aproveitamento e são devolvidas limpas e tratadas localmente para o sistema público. Associado ao manejo contamos com a ampliação das áreas verdes em jardins compostos por espécies nativas da Mata Atlântica; sistema de lagos ornamentais integrado que percorre a casa e promove conforto ambiental e o contato simbólico com a água; sistemas de energia limpa; e sistemas passivos de conforto ambiental.

casa csv





Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

Energia limpa e acessível

Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.



Projeto 07 Casa da Sustentabilidade de Campinas

Autor: Bruno Lopes Caetano .

Concurso Público Nacional de Arquitetura
“Casa da Sustentabilidade”

Data: 2016.

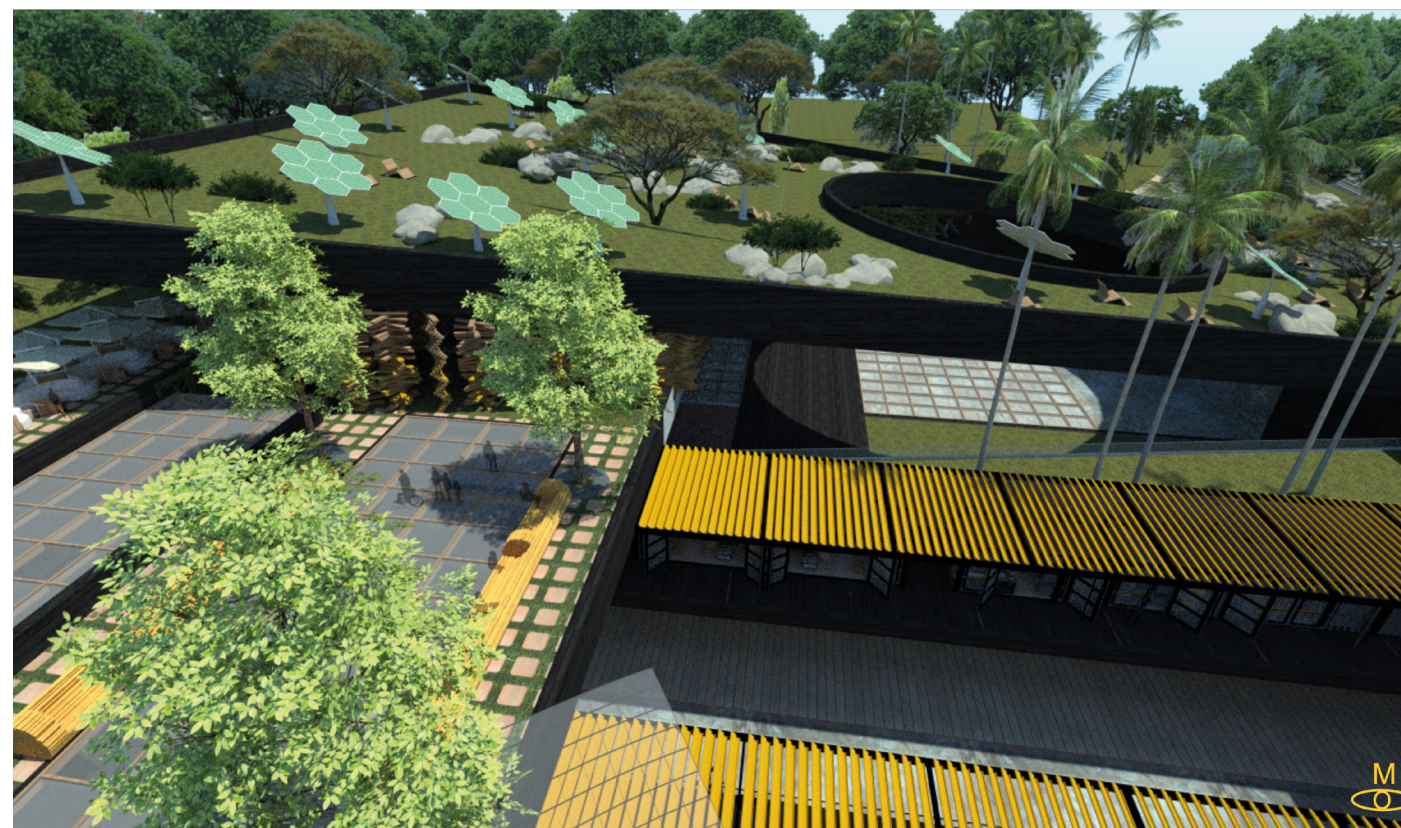
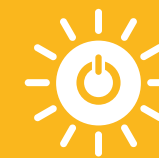
Local: Parque Taquaral – Campinas – SP.

A preocupação com a integração do novo centro ao parque fez com que a quadra de Patinação juntamente a estação de Trem leve (bondinho) do parque fossem incorporados à proposta. Na área de patinação um piso com placas geradoras de energia cinética, ou placas que transformam o movimento das pessoas patinando em energia, irão requalificar e dar uma função a um espaço antes apenas destinado aos esportes. Pode-se ser encarado como um protótipo para as outras quadras, onde a energia das luminárias do parque vai ser alimentadas em parte, através deste sistema de energia cinética. Uma turbina eólica vertical foi instalada no meio do espelho d'água para que possa ser vista em aulas práticas, porém em um espaço reservado do contato direto humano devido a sua periculosidade durante o funcionamento.

Placas para captação de energia fotovoltaicas serão instaladas no telhado inclinado verde, aproveitando a boa insolação e posição no terreno. Foi proposto um modelo e sistema que gira de forma autônoma juntamente ao sol, aumentando assim seu aproveitamento e eficiência, funcionará como um grande girassol que procura o a luz solar. Coberturas translúcidas serão propostas próximas a praça de patinação e acesso ao auditório. Serão úteis nos dias chuvosos, como também para captar a água pluvial e armazenar em tanques subterrâneo que ficam logo abaixo delas para alimentar os espelhos d'água e as áreas administrativa/ social da Casa da Sustentabilidade e o parque. Outras funções passíveis a estas coberturas translúcidas segundo estudo recentes, é a produção de energia solar aplicando-se uma película transparente com partículas fotovoltaicas sensíveis geradoras de energia.

O grande Pilar de sustentação do teto verde irá ter dupla função, além da sustentação seu interior oco será um grande reservatório de água de chuva. Esta medida irá garantir abastecimento de água, como também a melhoria e controle da temperatura no centro de exposições (na praça rebaixada) e no centro administrativo. Aliado a essa decisão de tornar o pilar uma grande reservatório e regulador de temperatura, foi proposto fios ou cortinas de água que descem da praça principal e que servirão como peças chave e reguladores na qualidade e maior umidade do ambiente.

casa da sustentabilidade





morada ydu

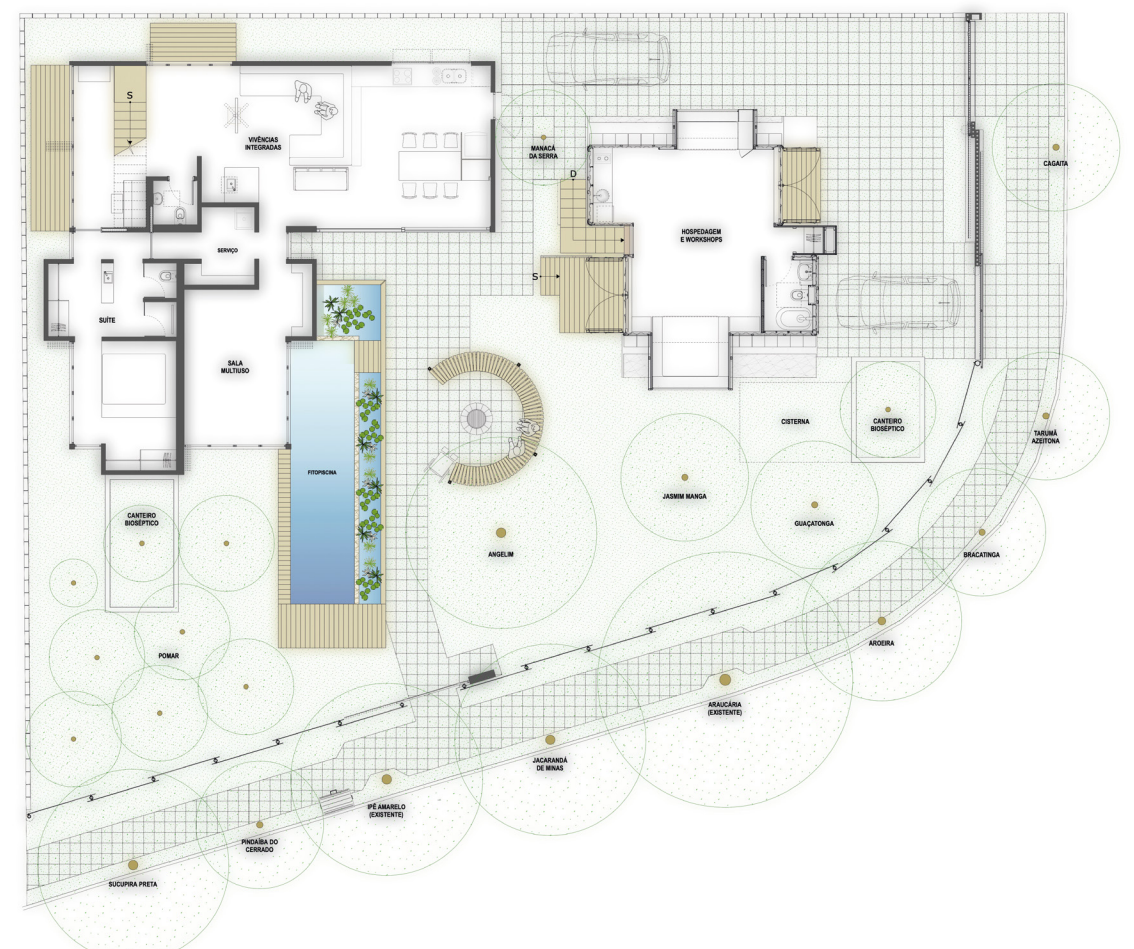
Projeto 15 Morada YDU

Autora: Yara Santucci Barreto

Cliente: Família Santucci Barreto
Área: 258 M2 (construída) 620 M2 (total)
Local: São Carlos-SP – Latitude 21° 59' 49" S - Longitude 47° 54' 34" W
Status: Em Execução.

Dentre outras ODSs, o projeto atende a Meta 7.2 da ODS 7, contribuindo para a ampliação da matriz energética renovável. Dimensionada a partir de um cálculo detalhado de consumo energético (kWh/mês/ano) sobre cada equipamento e luminária especificados no projeto, uma usina fotovoltaica foi distribuída pelos tetos verdes de ambas edificações do projeto, residência e anexo, e dará autonomia energética integral ao longo do ano, sem consumo da rede pública – o que permitiu a inscrição da Morada YDU no programa Zero Energy, GBC Brasil. A orientação solar foi considerada desde o princípio do projeto para favorecer não apenas o desenho arquitetônico bioclimático, mas também a geração de energia fotovoltaica. Um estudo 3D da trajetória solar nos solstícios e equinócios sobre os projetos arquitetônico e paisagístico, prevendo árvores do bioma local e frutíferas quando em porte adulto, orientaram a escolha do posicionamento seguro dos conjuntos de placas, sem comprometer a capacidade de captação do sistema.

O projeto transita por diversos outros ODSs com soluções que incluem piscina natural sem cloro que se utiliza de processo bioecológico de filtragem por meio de raízes, areia e pedras; tintas base d'água e livres de metais pesados; economizadores de água e metais sensorizados; saneamento bioecológico para 100% dos efluentes de águas cinzas e negras; prevê anexo multifuncional para minicursos de educação ambiental, arquitetura sustentável e bioecológica e workshops voltados ao desenvolvimento humano e o autoconhecimento, além de visitas do complexo por estudantes; cisterna de águas pluviais para irrigação de jardins que ocupam 53% do projeto; 100% de permeabilidade das áreas externas; sistemas construtivos a seco como steel framing, containers e painéis sanduíche em fechamentos verticais; protagonismo de materiais de origem reciclada na especificação de revestimentos e acabamentos; materiais de descarte como pedras arenito e bambu de sítio valorizados pelo design aplicado; projeção de mercado para empresas a partir da aplicação de seus produtos no projeto com inovação; materiais duráveis e de baixa manutenção; iluminação 100% LED e boa parte sensorizada; paisagismo com plantas do bioma local, arborização com espécies melíferas, atrativas à fauna e pomar para favorecer geração de microclima por evapotranspiração; horta e compostagens; resíduos aproveitados em obra ou com destinação para usina de reciclagem de entulho, de gesso, resíduos de madeira destinados à indústria moveleira, plásticos, metais, pvc, papelão destinados à cooperativa de reciclagem.





Projeto 20 Casa Hauer

Autor: Eron Costin – Estúdio 41.

Cliente: Mirian Oleszczyszyn e Eron Costin. Data: 2016-2017.

Área: 119,12 m².

Local - Curitiba – PR – 25°28'38"S - 49°15'18"W.

Status: Concluído.

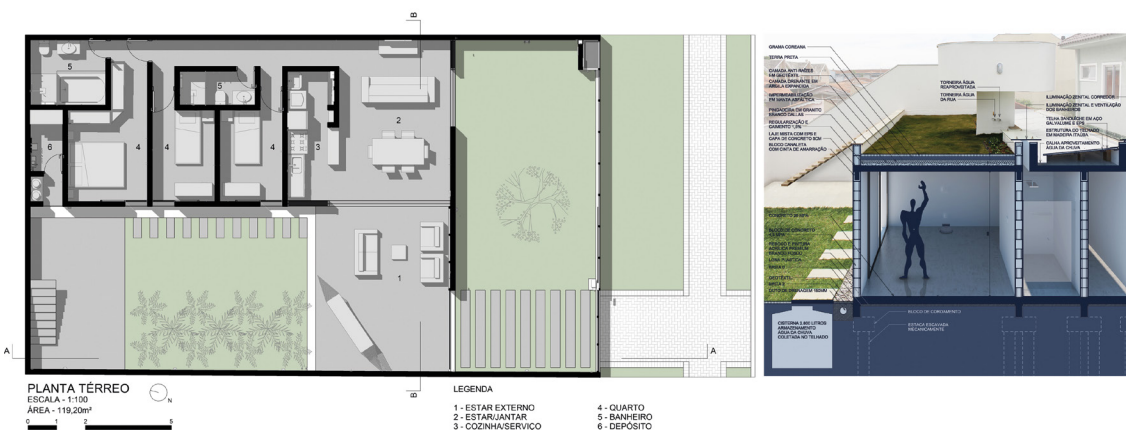
O projeto é uma pequena residência que se vincula à ODS 7 por ser sustentável também no ponto de vista energético, produzindo mais energia elétrica do que gasta.

É importante salientar que a palavra sustentabilidade na construção civil trata-se primordialmente de praticar responsabilmente a concepção de projetos e a execução de obras. Um projeto já deve nascer considerando todas as soluções que conferem ao edifício a eficiência esperada de uma obra dita sustentável, ao invés de se esperar que um projeto irresponsável possa contar com ferramentas paliativas e artifícios posteriores de mitigação. Neste sentido, as estratégias de eficiência energética e conforto ambiental foram pensadas desde a concepção inicial deste projeto.

O terraço ajardinado confere maior isolamento térmico, protegendo da ação direta do sol sobre a laje. Janelas com vidros duplos reduzem a transmissão do calor e a ventilação natural é garantida em todos os ambientes. As aberturas zenitais dos banheiros também produzem o “efeito chaminé”. Um rasgo de iluminação zenital traz luz natural moderada ao corredor. Estes artifícios possibilitaram uma casa confortável mesmo sem a utilização de ar condicionado e onde a iluminação artificial é praticamente desnecessária durante o dia, garantido assim a balança positiva com relação ao gasto de energia elétrica.

Por fim é importante salientar que os 8 painéis solares, de 270w cada, foram propositalmente deixados à mostra e fazem parte da composição da fachada, algo como um ato simbólico para contribuir com a disseminação de tecnologias mais inovadoras e menos agressivas ao meio ambiente.

casa hauer





Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8

Trabalho decente e crescimento econômico

Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].



Projeto 09
Centro Municipal de Inovação COLABORE

Autores: Diego Viana e Saul Kaminsky

Status: Concluído

Data: 2017-2019

Status: Concluído.

O Centro Municipal de Inovação COLABORE é um ambiente de trabalho compartilhado, favorável à criação e à interação entre a comunidade empreendedora. Os usuários do espaço terão acesso a escritórios compartilhados, auditório e salas de reunião. Para além dos benefícios da infraestrutura oferecida, os coworkings possibilitarão a convivência com profissionais de diversas áreas, a ampliação da rede de contatos entre empresas e a economia com a redução ou eliminação dos custos de manutenção de sedes próprias.

centro municipal de inovação colabore



Foto: Igor Santos



Foto: Igor Santos



Foto: Igor Santos



Foto: Max Haack/Secom



Projeto 46

Coabitar, partilhar, gerar renda, caminhar - a quadra como referência e elo transformador da cidade saudável para pessoas, em sua diversidade e possibilidades de usos. Habitação de Interesse Social

Equipe: Autora: Maria Joclei Steck - escritório: steck arquitetura, colaboradora: Irianna Steck e estagiária: Ana Julia Silva Ribeiro.

Concurso CAU/GO | Habitação de Interesse Social.

Data projeto: 2020.

Área: 7.933,30 m² (quadra).

Local: Quadra QR61 - setor conjunto Vera Cruz - Goiânia - GO - Coordenadas geográficas: -16.658086, -49.391928.

Status: Em Execução.

O ODS 8 consiste em promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e emprego digno. Gerar oportunidades, criatividade, micro empreendedorismo para todos e todas: pessoas com deficiência, jovens, pessoas mais maduras, ambiente de trabalho seguro e protegido, erradicando trabalho infantil, forçado, etc.

Na escala da quadra podemos apoiar atividades produtivas e oferecer, por meio do partido arquitetônico, oportunidades trabalho e geração de renda para pessoas dentro de suas próprias casas, com segurança, flexibilidade e privacidade, em consonância – inclusive – com as necessidades de isolamento social – como em tempos de covid-19.

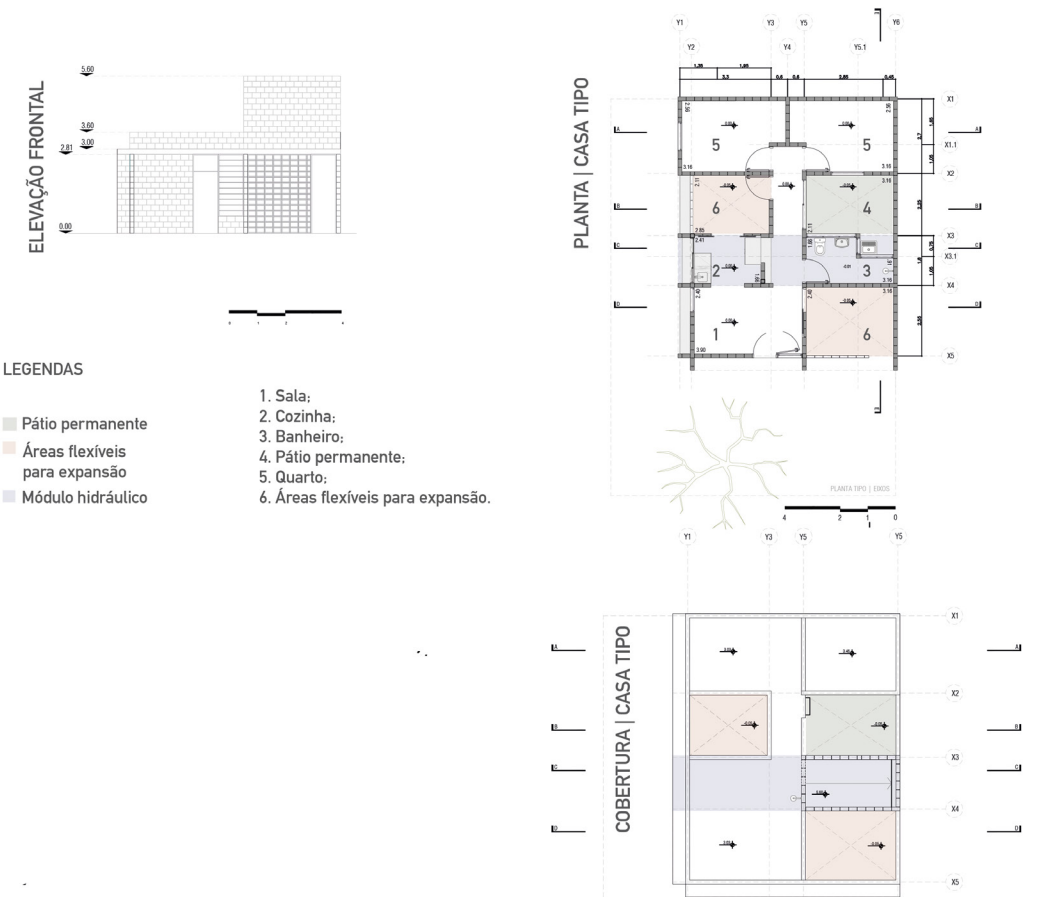
Por meio da destinação de espaços flexíveis como “oficinas” em todas as residências – com possibilidade de acesso independente tanto pela rua principal, quanto pelas “ruas-quintal” criadas entre os lotes – podemos promover a dinamização local e manter o dinheiro circulando dentro da própria comunidade.

As “ruas-quintal” foram concebidas a partir do loteamento da quadra – na qual implantamos 52 residências geminadas em blocos de quatro e sem muros, de forma que da união dos quintais laterais das casas nascem pequenas ruas compartilhadas e caminháveis, propiciando a maior interação, o cuidado mútuo entre os vizinhos e a oferta de comércio, serviço e pequenas oficinas que poderão ser criadas pelos moradores.

A privacidade das casas é garantida pelo pátio interno e cobertura verde, com espaço para produção de hortas além de conforto térmico (ventilação/insolação).

As ruas compartilháveis encurtam distâncias, incentivam mobilidade a pé-atendendo necessidades de deslocamento das mulheres, trazendo a mobilidade urbana na perspectiva de gênero), incentivando caminhada de bicicleta e transporte público.

coabitar, partilhar, gerar renda e caminhar



construção coletiva de caiçaras de pescadores na praia do amor



Projeto 65
Construção Coletiva de Caiçaras de Pescadores na Praia do Amor

Realizadores: Prefeitura Municipal de Conde (Secretaria de Planejamento - SEPLAN e Secretaria de Agropecuária e Pesca- SAP), Comunidade de Pescadores da Praia do Amor, Proyecto Travesía (Escola de Arquitectura e Diseño da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso), Oficina Espacial (Estúdio de Arquitetura e Design).

Cliente: Comunidade de Pescadores de Praia do Amor.

Local: Conde – PB - 7.2737° S, 34.8020° W.
Data: 2018.

Área total aproximada: 211 m²

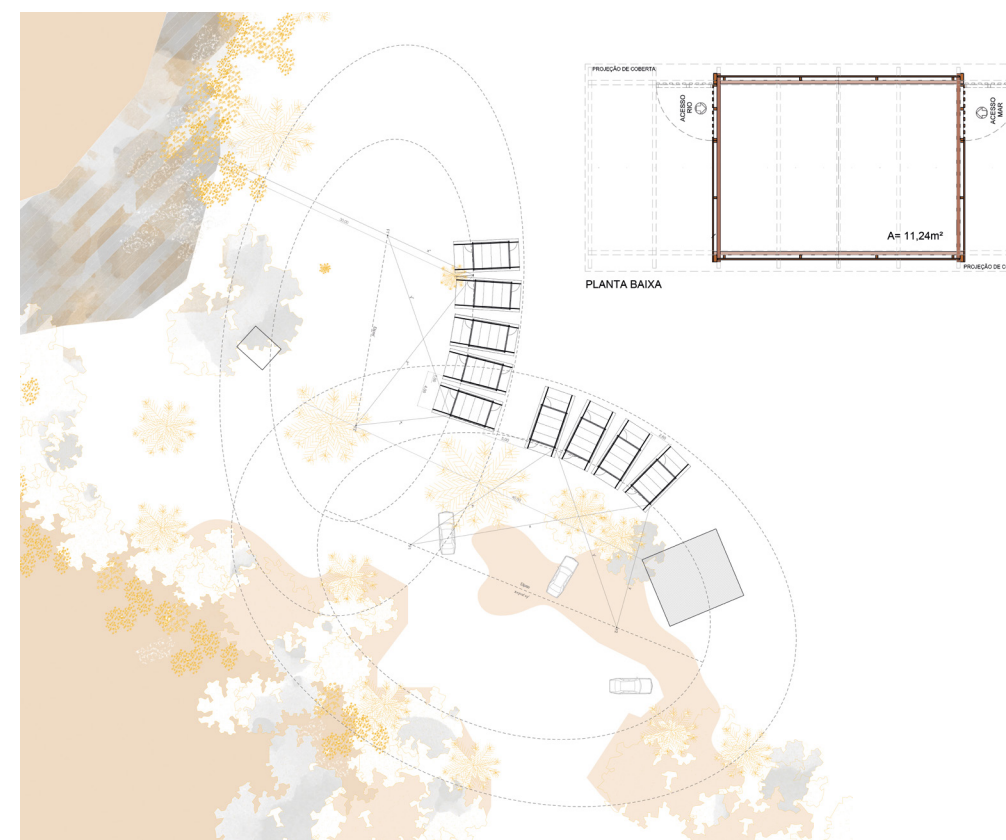
O avanço do turismo predatório no litoral nordestino é uma ameaça à permanência das comunidades tradicionais à beira-mar, onde historicamente se assentaram, local igualmente disputado para instalação de bares e comércios. Em razão dos danos ambientais causados pela construção não-formalizada dessas estruturas, ordens judiciais de demolição foram expedidas em diversas praias da região, dentre elas, a Praia do Amor, no município de Conde, destino turístico da Paraíba.

Visando restabelecer a comunidade pesqueira na Praia do Amor após o cumprimento da ordem judicial, a SEPLAN firmou uma parceria com os pescadores e com a Universidade Católica do Chile para planejar e executar nove caiçaras em forma de mutirão. O esforço conjunto dos parceiros resultou em uma arquitetura modular, de tecnologia replicável e simples, baixo custo e principalmente baixo impacto ambiental.

Entre a gestão pública e a comunidade pesqueira, as trocas fortaleceram a comunicação e a confiabilidade. No âmbito acadêmico, a experiência evidenciou que a cooperação entre poder executivo e extensão universitária é possível e positiva para os espaços de relevância socioeconômica e cultural de uma cidade.

A implantação das caiçaras também instaurou um processo inovador de diálogo e tomadas de decisões legais em prol da permanência dos pescadores na área de domínio da União, almejando que ele servisse como piloto para outras cidades litorâneas com a mesma problemática.

A iniciativa se encaixa no ODS 11, mais especificamente na meta 11.3, que visa promover urbanização inclusiva e sustentável e desenvolver capacidades em prol da gestão e do planejamento mais participativo, integrado e sustentável dos assentamentos humanos.



9



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9

Indústria, inovação e infraestrutura

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.



innovative bus shelter for greener cities

Projeto 27
Innovative Bus Shelter for Greener Cities

Equipe: Danielle Garcia, Cristina Cortes e Rayra Lira.

Cliente: O desenvolvimento do projeto foi uma iniciativa das autoras para a participação na Bienal de Arquitetura de Veneza 2021 com o patrocínio da Breton.

Data: 2019.

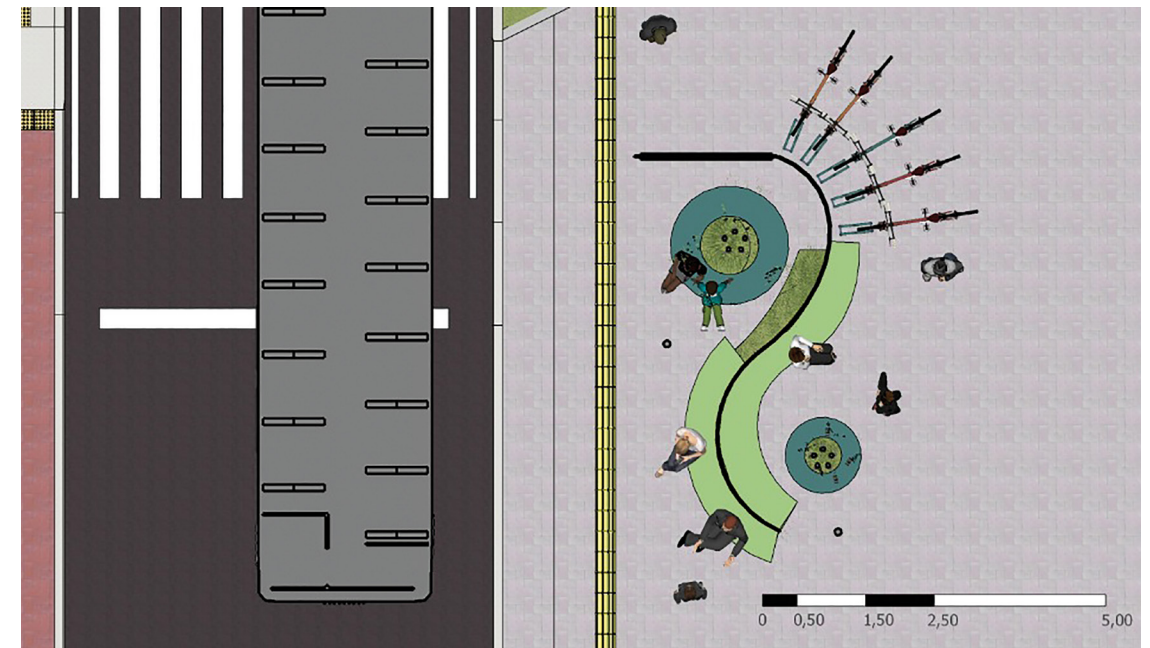
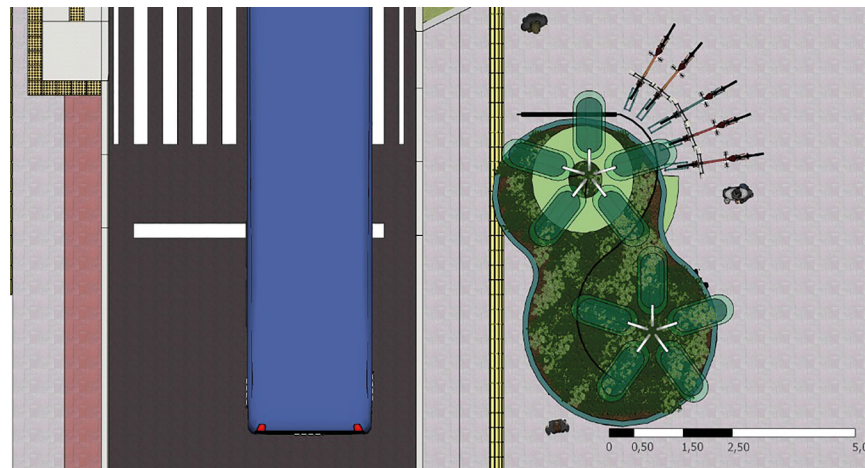
Área: 40m².

Local: Piloto a ser desenvolvido no Rio de Janeiro – RJ - 22°54'23" de latitude sul e 43°10'21" de longitude.

Status: Em Execução.

Mobiliários urbanos inovadores e inteligentes estão diretamente ligados ao planejamento urbano sustentável. De forma eficiente, podem contribuir para redução dos efeitos ilha de calor, geração de energia limpa, contenção de enchentes e bem-estar da população. Esses benefícios estão diretamente relacionados com o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, o qual diz que devemos, até 2030, "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

Ao inserirmos abrigos de ônibus inovadores nas cidades que não se restringem apenas a uma função, mas extrapolam suas funcionalidades a ponto de contribuírem para redução de impactos negativos no meio ambiente e em sua população, estamos falando de sustentabilidade nas cidades, de resiliência no momento das grandes chuvas, na manutenção de temperaturas mais baixas (redução de ilhas de calor). Ao serem replicados milhares de vezes, um projeto de pequena escala, torna-se de grande escala, gerando mais qualidade de vida a quem obrigatoriamente precisa usufruir desses espaços diariamente, mais acesso à tecnologia (organic fotovoltaic panels, wi-fi zone, IoT), mais tempo perto do verde (efeitos positivos da biofilia), além da estética e design modernos. Todas as características desse projeto culminam para cumprimento de algumas metas e ODS, principalmente os relacionados às cidades resilientes, seguras e sustentáveis e fomento da inovação (ODS 9 e 11). Indiretamente, o projeto também contribui para ODS 3, 7 e 13.





Projeto 40 Casa das Birutas

Equipe: Arquitetos responsáveis: Nilce Pinho, Karen Miyabe Ueda e Antonio Carlos Vissotto Jr. - Colaboradores: Arquitetas: Barbara Silva, Ana Gabriela Wilhelm, Evellyn Sales dos Santos e Sofia Farhat Fernandes - Estagiárias: Ana Morena Pinho e Beatriz Caon - Projetistas, Consultores e Fornecedores: Dra Juliana Cortez Barbosa, Alan Dias, Bruno Ghigiarelli, Gilberto Franco, Eng. Antonio Carlos Castellani, Eng. Hilário Javier Lacoma, Eng. Guilherme Castagna, Katia Crespo, Eng. Rodrigo Calisto e Eng. Jessica Dias, Eng. Bruno Sales, Danilo Candia, André Luiz Roberto Lopes, Bento Cruz, Eng. Paulo Doneux, Neto (Atibaia) e Grupo Escoteiro Caramuru. Fotografia: Bruno Chimenti

Cliente: Gil e Nilce Pinho.

Data do Projeto: 2016.

Data de Conclusão da Obra: 2019.

Área: Terreno: 2.000 m² – Edificação: 212 m².

Local: Piracaia – São Paulo – SP.

Status: Concluído

A CASA DAS BIRUTAS surgiu com o objetivo de ser uma edificação autossuficiente, mesclando técnicas vernaculares aliadas a tecnologias atuais. Este feito não seria possível sem as reuniões de projeto integrado entre as diversas especialidades, resultando na implementação em obra de soluções duradouras e sustentáveis, de baixo impacto ambiental. Para a execução da cobertura houve uma pesquisa científica feita por parte da UNESP ITAPEVA sobre as propriedades do bambu utilizado.

As técnicas aprendidas e executadas foram difundidas durante a obra em forma de cursos ministrados para os trabalhadores (maioria comunidade local), moradores da Ecovila Clareando e demais interessados.

Agradecemos a execução da obra e o resultado dos cursos às mulheres que predominantemente dirigiram a obra e lecionaram os cursos de Hiperadobe (terra ensacada) utilizado na contenção dos taludes, pisos em garrafa, banheiro seco, biodigestor (com fabricação de biogás), zona de raízes, telhado verde, captação de água de chuva, poço seco, sistema agroflorestal, jardim de chuva, círculo de bananeiras, cordwood (piso feito em toquinhos de madeira), segurança do trabalho e o correto descarte de materiais.

Aproximadamente 80% dos materiais de construção utilizados foram comprados do comércio ou artesãos da cidade de Piracaia e região, ajudando a movimentar a economia local.

É uma habitação autossuficiente em água, energia e alimentos, reciclando 100% dos seus resíduos e a devolvendo a água tratada para a natureza, sendo referência para um habitar saudável e resiliente através da permacultura, bioconstrução, sistemas agroflorestais, utilização de energias renováveis e geração de energia (elétrica, biogás e aquecimento das águas).

casa das birutas



Casa das Birutas Sistema estrutural e materiais

Gridshell em bambu

Sua força vem de uma treliça dupla, autopoente. Para ser executada, uma estrutura auxiliar em bambu é montada. Sobre ela vão se organizando e amarrando as varas que formam a treliça definitiva. Pouco a pouco esta estrutura preliminar vai sendo desmontada e assim que a estrutura toda se acomoda, a cobertura está pronta.

Tijolo aparente

Tijolos em barro produzidos localmente e em uma alaria familiar, a poucos quilômetros da obra

Estrutura e decks de madeira legalizada

Contribuindo para a redução do processo de devastação de florestas, todas as madeiras empregadas na obra possuem documento de origem florestal (DOF) e nota fiscal de compra, exceto as de demolição ou reuso

Telha Shingle Brasilit

Esta foi a única telha que nos atendeu nos quesitos beleza, leveza, flexibilidade, estanqueidade, rapidez na instalação e manutenção da cobertura por um período de 10 anos. Sob as telhas há um isolamento que garante a estanqueidade e conforto térmico do sistema.

Painéis de vidro Cebrace com película de controle solar

Assoalho de madeira sobre contrapiso

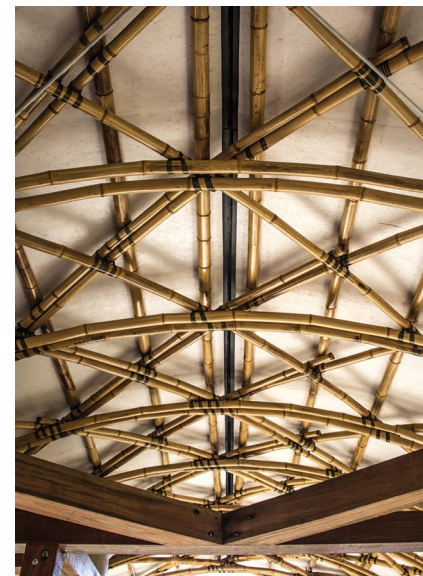
contrapiso em concreto e malha 15 x 15 cm

Painel SIP da LP e=9cm com acabamento em chapa cimentícia para laje

Piso em garrafa

Visando reduzir a extração de recursos naturais, utilizamos diversos produtos de conteúdo reciclado, como portas, janelas de demolição e mais de 6.000 garrafas que estão instaladas nas escadas e no piso inferior do imóvel (área de oficina).

Hiperadobe - terra ensacada executada com terra retirada das escavações





Projeto 81
Projetos em aldeias da terra indígena Tupiniquim - Guarani

Equipe: Autores: Anita Rodrigues Freire, Carolina Jéssica Domschke Sacconi, Luan Carone Martinelli e Otavio Helena Sasserone.
Colaboradores: Georgia Lobo, Tiago Testa, Vera Domschke e Vinicius Fais. Engenharia (elétrica, hidráulica, fundação e estrutura): Dominus engenharia Modelo eletrônico: Bhakta Krpa.

Cliente: Comunidades indígenas Guaranis e Tupiniquins localizadas no estado do Espírito Santo.

Ano de projeto: 2018.

Área: Total de 8 construções somando área de 2.613,50 m².

Local: Aldeia Piraqueaçu, Aldeia Areal, Aldeia Irajá, Aldeia Pau-Brasil, Aldeia Aracruz, aldeia Boa Esperança, Aldeia Três Palmeiras, todas inseridas na Terra indígena Tupiniquim Guarani localizada no município de Aracruz- ES.

Status: Concluído.

Os projetos foram elaborados por meio de um trabalho de consultoria técnica, no âmbito de um Plano Básico Ambiental (PBA), na Terra Indígena Tupiniquim Guarani, no município de Aracruz, ES. A partir de um processo participativo realizado em 7 aldeias indígenas, 3 da etnia Tupiniquim e 4 da etnia Guarani Mbya, compactuaram-se como seriam os programas para o desenvolvimento dos projetos de arquitetura. Com base nas informações obtidas nas oficinas participativas, foram elaborados os seguintes projetos: alojamentos para a aldeia guarani Piraqueaçu, uma cozinha comunitária para a aldeia guarani Olho D'Água, um centro comunitário para a aldeia guarani Três Palmeiras, uma farmácia natural para a aldeia guarani Boa Esperança, uma cozinha industrial para a aldeia tupiniquim Areal, outra cozinha industrial para a aldeia tupiniquim Irajá e, por fim, uma casa de mulheres e um galpão agrícola para a aldeia tupiniquim Pau Brasil. Importante ressaltar que nos projetos os materiais, os usos, as necessidades e eventualmente as formas e distribuições espaciais foram discutidas e decididas pelos próprios indígenas. Os projetos arquitetônicos foram integralmente elaborados e estão em fase de orçamento pré-obra e aprovação na FUNAI. Os projetos realizados buscaram sintetizar as demandas de cada uma das construções solicitadas nas Oficinas Participativas. O Objetivo foi propor construções com qualidade espacial que atendessem aos usos propostos e respeitassem a cultura de cada comunidade. O uso de técnicas e materiais tradicionais, assim como o baixo custo das construções e da manutenção dos edifícios foi também uma preocupação constante do desenvolvimento dos projetos.

As construções visam amparar as comunidades com infraestruturas que permitam tanto as atividades cotidianas como atividades relacionadas à geração de renda dessas comunidades (ODS 9). Todas as construções possuem sistema de tratamento de esgoto ecológico desenvolvido especificamente para cada projeto (ODS 6).

projetos em aldeias da terra indígena tupiniquim- guarani





Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10

Redução das desigualdades

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

**Projeto 32**

Integrando Bairros através da Mobilidade e Paisagem: Uma nova Rota para Laguna – SC

Autor: Laérte Béttega.

Data: 2017/2019.

Local: Laguna - SC.

Área do Parque: 175.000 m² - aproximadamente

Área da Ciclovia: 11,2 quilômetros.

Status: Em Execução.

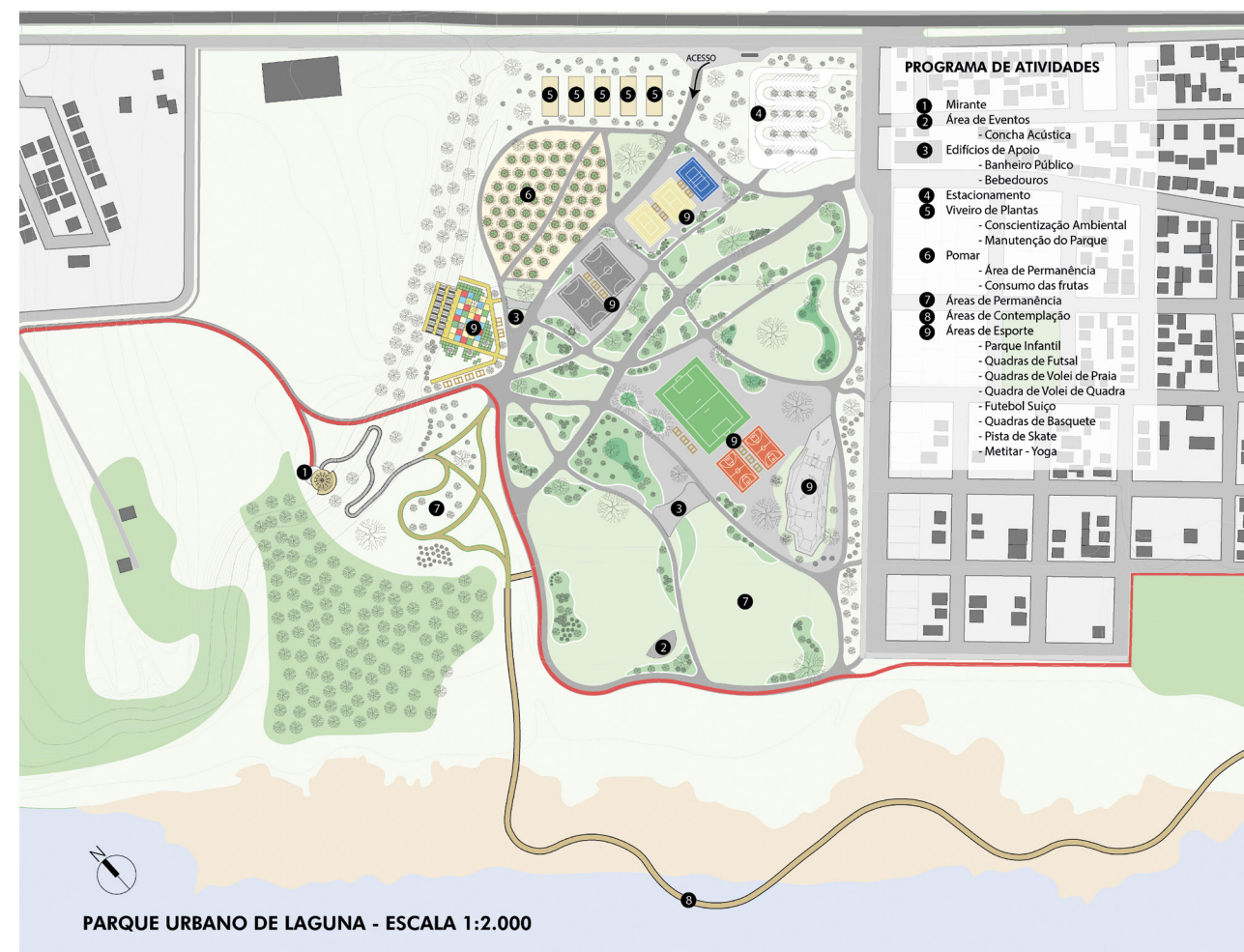
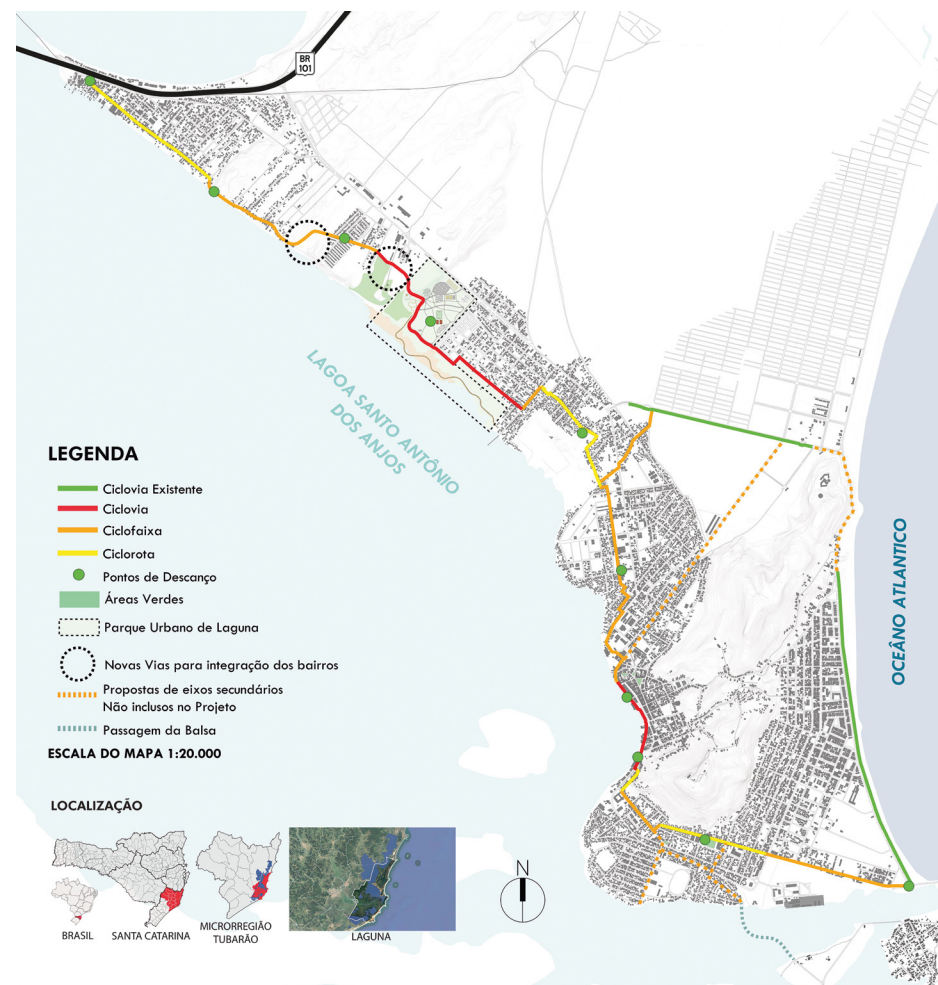
Nossas cidades se desenvolveram em sua maioria de forma desordenada e espaiada, prejudicando assim o direito de ir e vir devido à precariedade da mobilidade urbana, seja pela estrutura das vias, seja pelo transporte público disponibilizado.

Laguna tem essa característica. Com o passar dos anos, cresceu de forma alastrada em torno da lagoa Santo Antônio dos anjos, tornando os bairros distantes do centro comercial e dificultando o acesso das pessoas. Como alternativa, a bicicleta é muito utilizada pelos populares para se deslocar, já que a cidade não possui grandes aclives.

O projeto “Integrando bairros através da mobilidade e paisagem: Uma nova rota para Laguna/SC” se elabora através uma rota cicloviária por ruas secundárias, interligando todos os bairros dentro da área de estudo, abrangendo 29.866 habitantes, que representa 71,06% da população total de Laguna, “promovendo a inclusão social e reduzindo a desigualdade”(ODS10.3), e “melhorando a segurança e o acesso à cidade, priorizando o transporte ativo”(ODS11.2).

Com um percurso de 11,2 quilômetros, possui a cada 1000 metros aproximadamente uma área de descanso destinada a ciclistas e pedestres, disponibilizando água, bancos e sombra. Em meio ao trajeto foi proposto um Parque Urbano, aproveitando a área verde com acesso à lagoa. Este parque possui espaço para diversas atividades esportivas e áreas de contemplação, explorando seus visuais.

O projeto busca melhorar a mobilidade da cidade, criando um espaço seguro para a população se deslocar através do transporte ativo, pois o que sentimos ao se deslocar, permanecer e contemplar é o que define o Lugar para cada indivíduo.





Projeto 44 Bem Viver General Jardim

Equipe: SIAA (Equipe: Cesar Shundi Iwamizu, Eduardo Gurian, Leonardo Nakaoka Nakandakari, Paula Máximo, Júlia Dell'Acqua e Giovana Zuccas).

Cliente: Magik JC.
Data: 2018.
Área: 5.358,64m².
Local: São Paulo – SP - 23.544807 - 46.648625.
Status: Em Execução.

O edifício Bem Viver General Jardim faz parte de uma série de empreendimentos da incorporadora Magik JC voltada a produzir habitação no centro de São Paulo, realizada no âmbito do programa governamental Minha Casa Minha Vida. Respeitando os critérios obrigatórios definidos pela Caixa Econômica Federal, o projeto arquitetônico contribui para a democratização da moradia ao oferecer qualidade arquitetônica, preços acessíveis e boa localização. Assim, alinhada ao “ODS 10 - Redução das Desigualdades”, a iniciativa está de acordo com as seguintes metas:

10.2: instalado no centro de São Paulo, uma das áreas mais bem equipadas da capital, o edifício promove a inclusão social ao levar famílias de baixa renda para mais perto de infraestruturas públicas, de ofertas de emprego e de equipamentos culturais;

10.3: ao possibilitar a implementação de um programa público de moradia popular em áreas já adensadas da cidade, o edifício é um disparador para a discussão da oferta e distribuição da habitação na capital e promove ações voltadas para a construção de espaços urbanos mais democráticos;

10.4: vinculado a um programa de proteção social, o edifício oferece moradia de qualidade a partir de uma série de facilitadores fiscais, como juros reduzidos e parcelas acessíveis, para garantir à população de baixa renda o direito por moradia digna. As famílias atendidas fazem parte da Faixa 2 do MCMV - Renda de até R\$ 4.000.

bem viver general jardim





Projeto 62 ARARÁ-GUÁ: Cooperativismo Socioeconômico

Equipe: Acadêmica: Alessandra da Cunha Nardes / Orientador: Hugo Alfredo Nieto.

Projeto desenvolvido para o Trabalho de Conclusão de Curso (2018/2).

Data: 2018.

Área: Terreno: 3.165,00m² - Edificação: 645,00m².

Local: Blumenau – SC - 26°56'10.2"S 49°03'03.3"W.

No desenvolvimento sustentável, além de entender a desigualdade social, é necessário entender a importância da inclusão social no desenvolvimento econômico, e encontrar formas de enfrentar o sistema atual, para que seja possível reduzir a desigualdade de renda nas sociedades e, assim, possibilitar o desenvolvimento sustentável.

No atual sistema brasileiro, milhares de pessoas são deixadas para trás pelo "progresso" econômico e os menos favorecidos sofrem danos diretos resultantes da atividade humana. Em Blumenau (Santa Catarina / Brasil), a cidade em que nasci, não seria diferente.

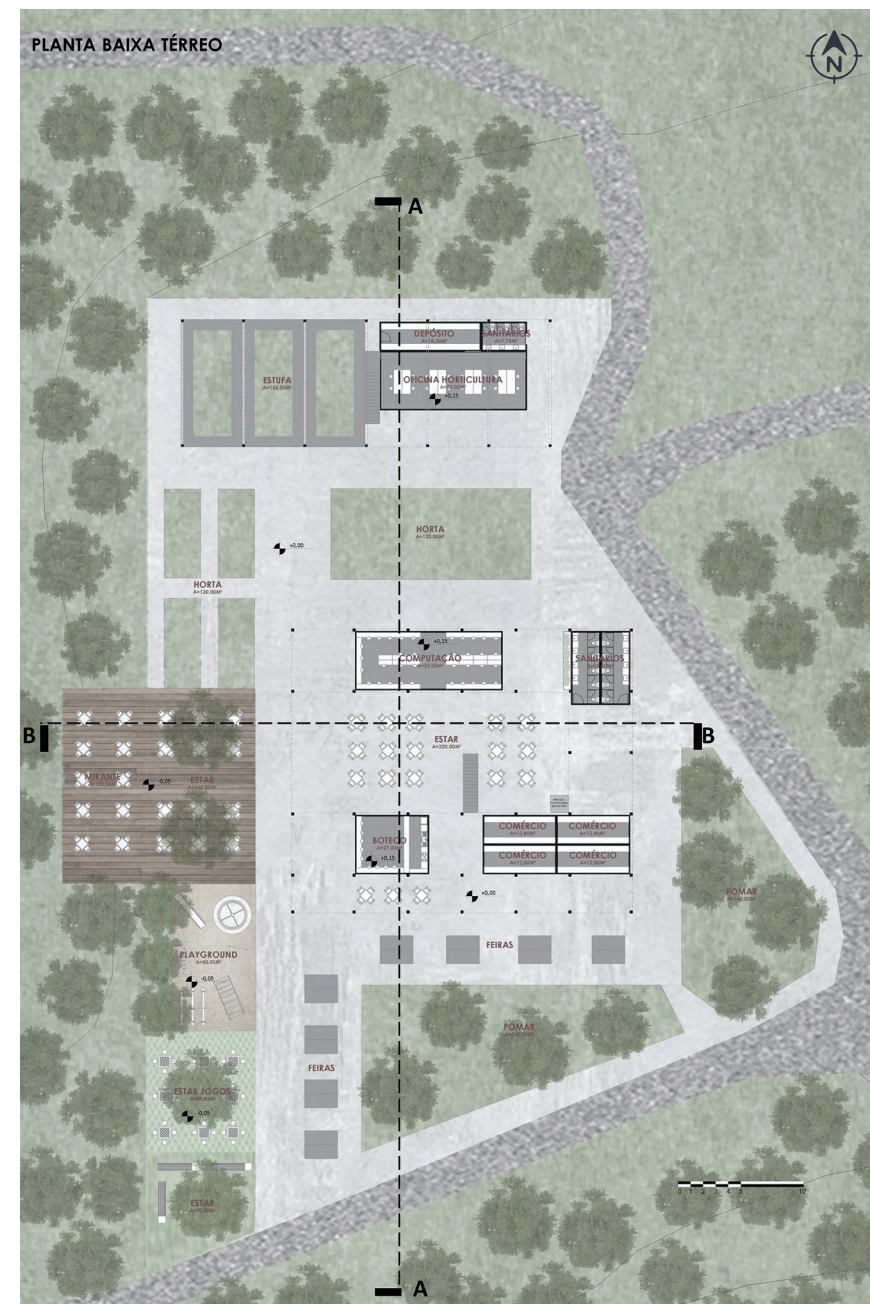
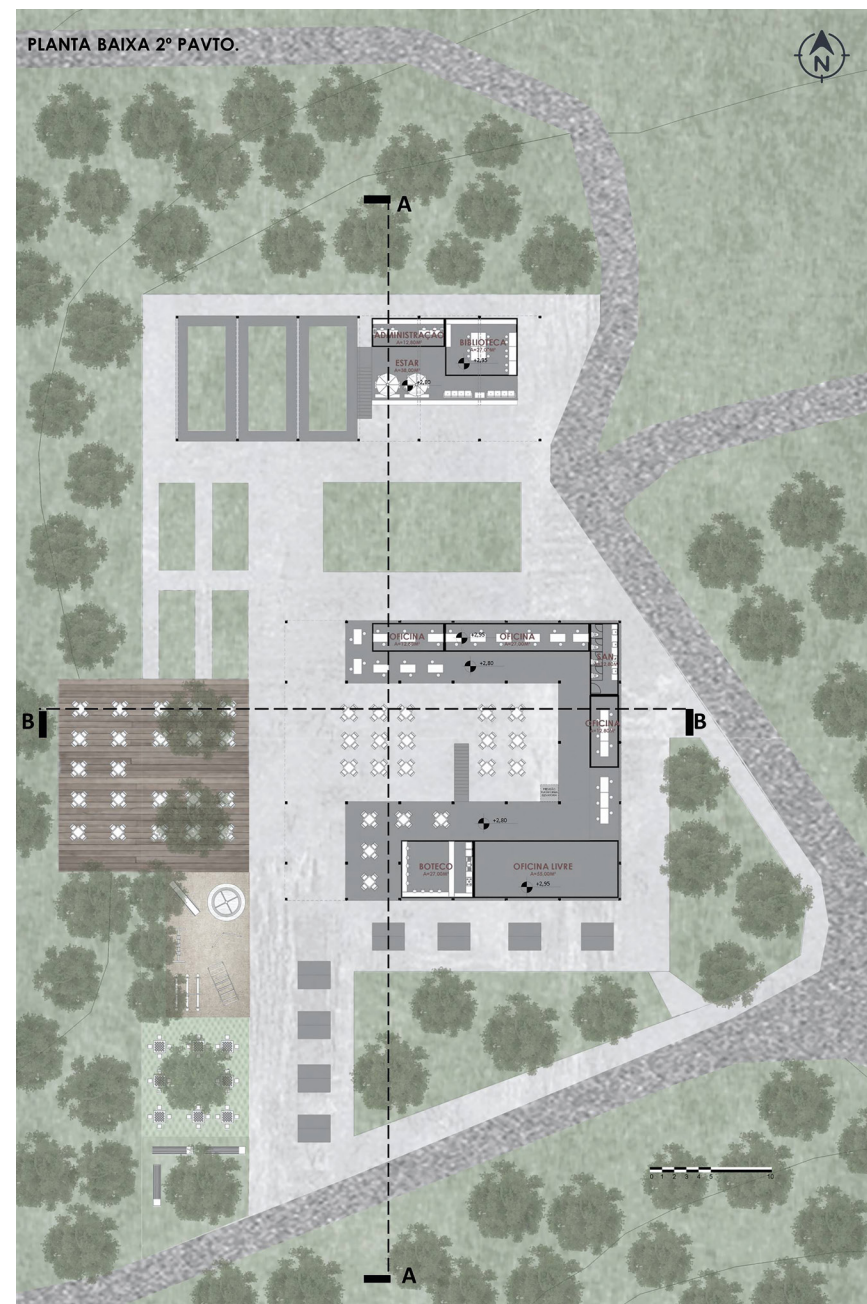
Referenciada por ser uma cidade rica e turística no Vale do Itajaí em Santa Catarina, por ser um polo industrial e com um dos melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, a cidade de Blumenau esconde outra realidade por trás das colinas.

A área analisada foi a Comunidade Araranguá, que é uma das 47 áreas de concentração de pobreza e o maior aglomerado subnormal de Blumenau.

Os objetivos do projeto são baseados no Objetivo 10 das Nações Unidas, que tem como tema a redução das desigualdades: 1 Aumentar o crescimento da renda dos moradores, por meio de horticultura, feiras e empresas locais; 2 Capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, por meio de atividades artísticas / culturais, espaços de reunião / sociais; 3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, por meio de oficinas intergeracionais e multiplicação de conhecimentos.

A arquitetura pode ser o caminho para a inclusão social, um dos pilares do desenvolvimento sustentável, e este foi o objetivo deste projeto.

ararã-guá: cooperativismo socioeconômico





Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11

Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.



Projeto 13 Projeto de Vizinhança Hospitalar

Equipe: Jeferson Tavares (responsável); Jeferson Tavares e Marcel Fantin (coordenadores); Grupo de Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo (PExURB/IAU-USP) (elaboradores); Hospital de Amor, Prefeitura Municipal de Barretos-SP, sociedade civil (colaboradores), Consultoria de Arquitetura da Paisagem: Luciana B. M. Schenk e Consultoria de Mobilidade: Daniela Vanessa R. Lara.

Cliente: Fundação Pio XII – Hospital de Amor de Barretos – SP.
Data: 2019.

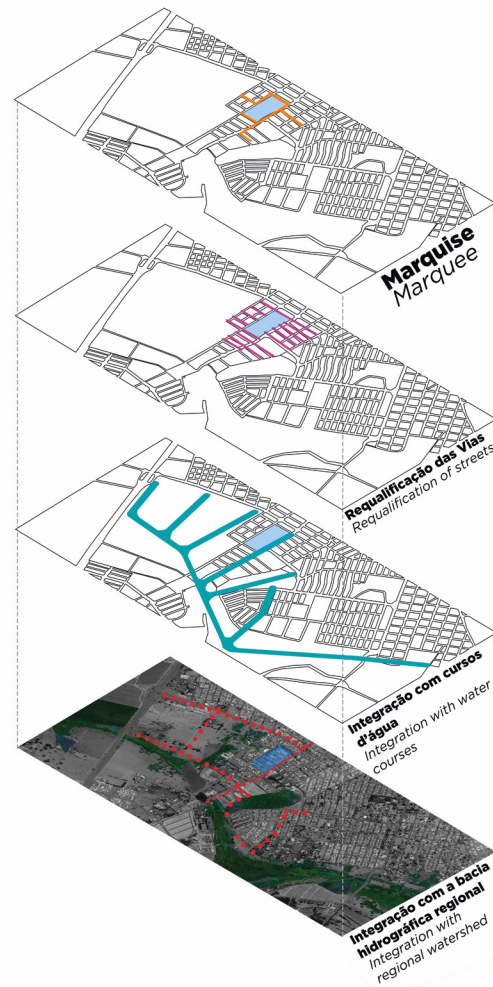
Área: Área de Urbanização: 639.409,50 m²; Área de Planejamento: 1.487.239,50 m²; Área de Paisagismo e Melhorias Ambientais: 2.109.763,05 m².

Local: Barretos – SP - 20o35'02"S 48o33'58"W.

Status: Em Execução.

A partir da implantação de uma marquise urbana, o projeto delimita uma vizinhança hospitalar e integra os espaços e equipamentos públicos para proporcionar melhorias nas escalas regional, urbana e de bairro. O projeto orienta-se pela ODS 11 pela ideia de cidade inclusiva, democrática, integrada ao meio ambiente e que se constitua como infraestrutura de saúde por meio de: a. assegurar condições para transportes seguros, acessíveis e sustentáveis pela valorização do pedestre, por trajetos seguros e por equipamentos de mobilidade; b. proporcionar aumento da urbanização inclusiva e sustentável pela constituição de um sistema de áreas de lazer segundo as demandas dos usuários (do bairro e da cidade) com praças, parques, alargamentos de calçadas com áreas de lazer e espaços para o comércio de rua como política econômica e inclusiva; c. fortalecer iniciativas de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural pela previsão de parques lineares junto aos cursos d'água e de preservação de áreas verdes; d. assegurar condições positivas de impacto ambiental, em especial à qualidade do ar, pelo planejamento regional integrando tecido urbano à bacia hidrográfica do Rio Pardo; e. valorizar os espaços públicos pelo acesso universal a todas as faixas etárias e gêneros e à incorporação da multifuncionalidade integrando os espaços públicos pela marquise urbana; e f. proporcionar habitação segura pela alteração das diretrizes de parcelamento, uso e ocupação do solo do bairro com foco à provisão habitacional temporária (hotéis, pousadas, pensões, etc.) para classes sociais mais vulneráveis, aos pacientes do Hospital de Amor e seus acompanhantes.

projeto de vizinhança hospitalar





Projeto 68 Urbanização Núcleo Piratininga

Equipe: Guilherme Moreira Petrella, Jordana Alca Barbosa Zola e Mariana Alves de Souza (Transversal Escritório de Arquitetura e Urbanismo).

Ciente: Prefeitura de Diadema/ Secretaria de Habitação e Obras.

Data: 2012.

Área: 15.000m².

Local: Diadema – São Paulo - SP - 23°41'48.93"S, 46°36'12.84"W.

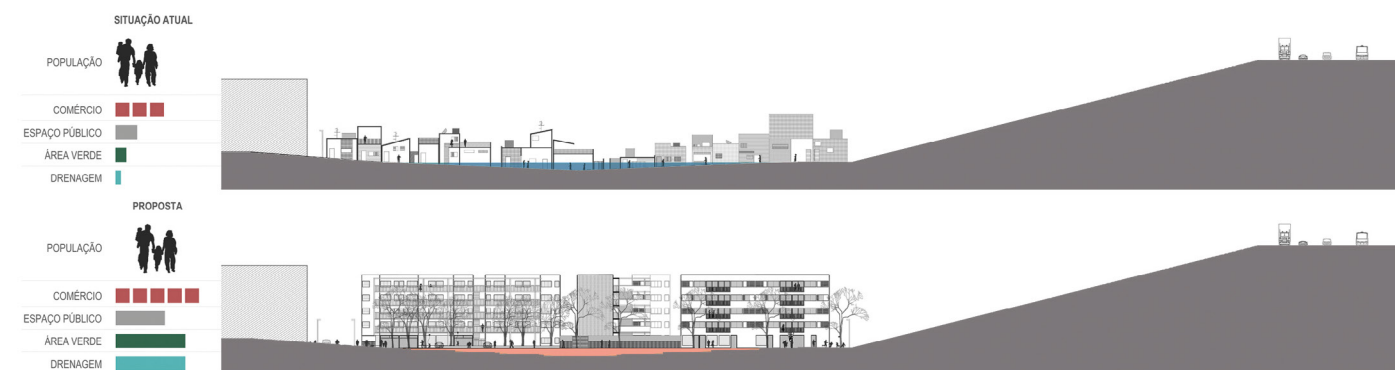
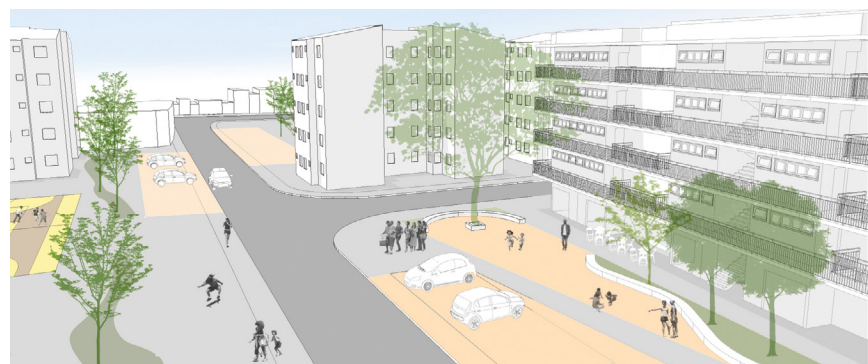
Status: Em Execução.

O Núcleo Piratininga é um assentamento de 250 domicílios, que sofre os impactos de alagamentos em função de sua situação topográfica. A periodicidade das cheias e o alcance das águas agravam a vulnerabilidade da população e comprometem eventuais ações para a melhoria das construções. A premissa de manutenção dos moradores no local condicionou o projeto de urbanização, que prevê a substituição das construções sujeitas a alagamentos e a consolidação das demais. A necessidade de substituição de parte da ocupação existente foi tomada como ponto de partida para a construção de um ambiente urbano mais integrado, no qual as edificações de uso misto (novas e existentes) são articuladas a novos espaços públicos de lazer e convívio e a novas áreas verdes de uso comum.

A matriz urbana partiu da proposta de um novo sistema de espaços públicos, acessíveis e inclusivos, no qual a organização de seus diferentes elementos eliminou os pontos obstruídos do tecido, reforçando a permeabilidade visual e de acesso da ocupação. A nova rua principal, eixo de conexão das infraestruturas novas e existentes integra o conjunto proposto ao entorno imediato e organiza a implantação das novas edificações.

A urbanização do Núcleo Piratininga é uma das ações necessárias para transformar as cidades brasileiras em lugares mais seguros e inclusivos. A ênfase ao espaço público é resultado de uma visão mais integrada e abrangente do espaço habitado, que extrapola a unidade habitacional.

urbanização núcleo piratininga





Projeto 72 Mobilize São Sebastião

Equipe: Coletivo MOB - Movimento e Ocupe seu Bairro; equipe: Ana Gama Dias, João Leite, Julia Sollero, Manuella Coelho, Mariana Reis e Natalia Magaldi.
Fotos: Coletivo MOB

Cliente: Comunidade de São Sebastião.
Data: 2019.
Área: 400m².
Local: São Sebastião - DF - 15.905363, -47.761626.
Status: Concluído.

Pautado no objetivo 11 dos ODS de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o projeto MOBilize! São Sebastião, consistiu em um processo comunitário participativo com o objetivo de construir um novo entendimento da relação do cidadão com os espaços públicos. E contou com o protagonismo da comunidade, a fim de aumentar a capacidade para o planejamento e gestão bairros participativos. O processo foi dividido em quatro fases: 1) observar; 2) despertar; 3) ativar; e 4) transformar.

A fase Observar consistiu no levantamento prévio de informações etnográficas relacionadas à história de São Sebastião a fim de pautar o projeto no apoio das relações econômicas, sociais e ambientais positivas do bairro. Nessa fase, junto à comunidade, foi escolhida a praça que sofreria ao final do processo, a intervenção física.

Durante a fase Despertar foram realizadas ações que buscaram instigar algumas percepções acerca dos espaços públicos da cidade por meio de intervenções efêmeras, rodas de diálogo e avaliação colaborativa da praça escolhida para a intervenção.

A fase Ativar consistiu no encorajamento da comunidade a repensar e sonhar com novas oportunidades para o local. Todo o desenrolar desta fase culminou em um evento cultural na praça, pensado e elaborado junto aos coletivos locais envolvidos no projeto.

Por fim, na fase Transformar a comunidade e os coletivos envolvidos desenvolveram diversas propostas de intervenção para o local que culminaram em um único projeto. A partir daí foi realizada a intervenção em caráter de mutirão de transformação do espaço com a comunidade.

mobilize são sebastião



antes



depois



antes



depois



antes



depois



12∞

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12

Consumo e produção responsáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.



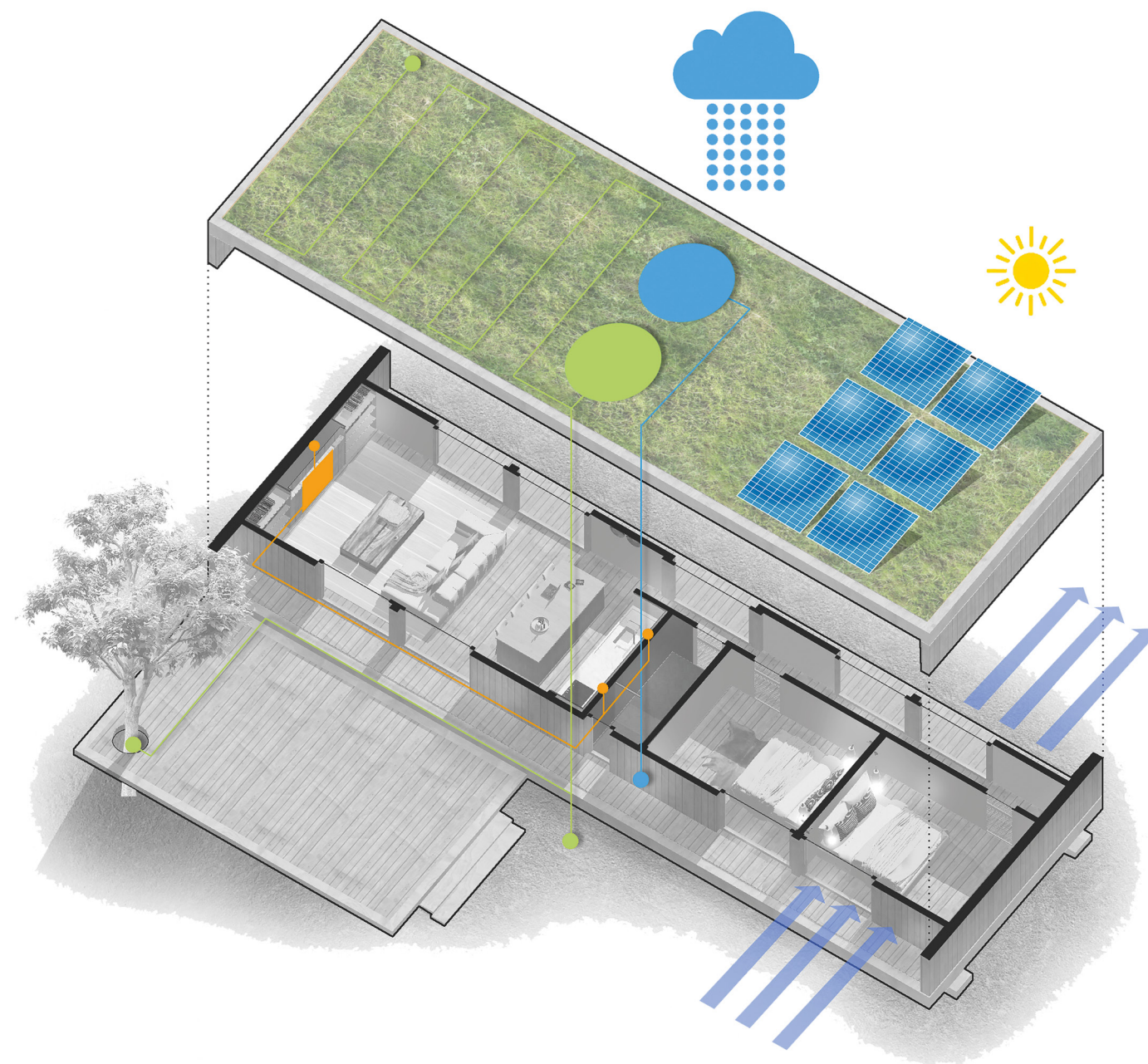
Projeto 10
ModHaus_02

Autora(r): Paula Louzada e Diego Viana.

Data: 2020.
Local: Salvador – BA.
Status: Em Execução.

O Projeto ModHaus_02 é uma solicitação de um cliente que pedia uma casa autossuficiente limpa e de rápida construção, seu processo se dá na junção de módulos pré-definidos da Modhaus em uma casa única, toda gestão de resíduos foi trabalhada para que a casa não de nenhum impacto no ambiente construído. Elevamos a casa em 1 metro do solo para que as peças modulares sejam instaladas sobre pontales de concreto reutilizado de outras obras.

modhaus_02





Projeto 18
Refeitório Tarauacá
Instituto Federal do Acre

Equipe: Autor: André Prevedello,
Colaboradoras(r): Tais Mendes, Sophia Aguiar e
Gustavo Beccari.

Cliente: Instituto Federal do Acre.

Projeto: agosto de 2017.

Início obra: janeiro de 2020.

Área: 778,94 m².

Local: BR-364, Tarauacá – AC - 69970-000.

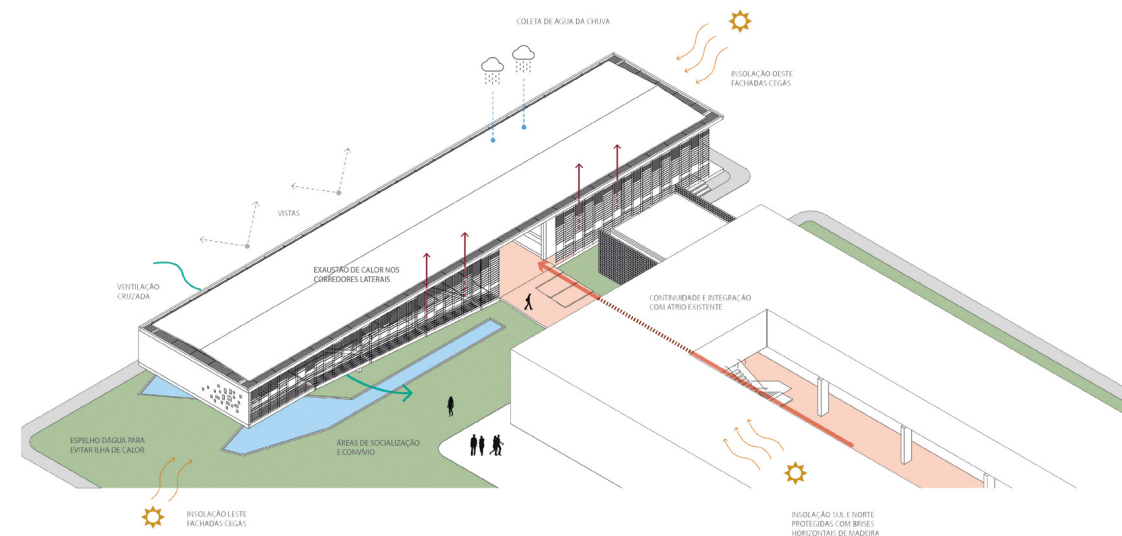
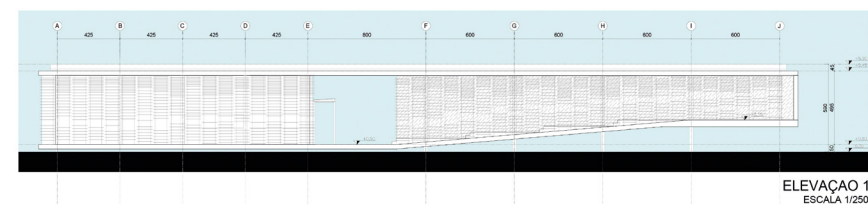
Status: Em Execução.

Tarauacá, localizada no estado do Acre, Brasil, parte da floresta Amazônica, possui população de 40 mil habitantes. Tem economia baseada na agricultura, pecuária, pesca, extrativismo de borracha e madeira, para exportação. Conta com pequenas indústrias de móveis e cerâmicas. O Instituto Federal do Acre é responsável por levar educação técnica ao local. O projeto em construção é o bloco de refeitório que deverá atender 600 alunos e a população local. A arquitetura busca aliar desenvolvimento tecnológico e conhecimento local criando assim um espaço importante e útil localmente.

A arquitetura típica é feita de casas elevadas do chão em função das inundações recorrentes. O novo refeitório busca se conectar à população através de uma imagem construtiva e material identificável localmente. A construção possui estrutura metálica aparente com pilares e vigas em seção duplo C soldados e treliças de cobertura. As chapas metálicas serão montadas em uma indústria local, distante 2 km do sítio e montadas diretamente no terreno com mão de obra local. O refeitório é composto de um grande salão com vistas livres para as belas visuais que o terreno possui. Foram previstas proteções solares com brises em madeira, para redução da insolação direta, produzidos localmente uma vez que a cidade possui tradição no uso da madeira. A cozinha será um bloco fechado com vedações em tijolos prensados no próprio terreno e pintados com tinta branca para redução da carga solar.

A nova infraestrutura funcionará para os estudantes do campus, mas também para a população através do hall aberto, sem vedações ou paredes. Desta forma, não será necessária climatização neste espaço que está localizado no eixo do bloco existente de salas de aula. Esse hall pode funcionar como um pequeno anfiteatro pois foi localizado contínuo aos locais de refeições. Estes locais possuem piso escalonado criando uma plataforma elevada do chão, assim, externamente, teremos a continuidade da vegetação local, ventilação cruzada e ainda espaços de convívio. As plataformas escalonadas podem ser utilizadas como cinema com projeções na parede da cozinha e as circulações em rampa estimulam visuais.

refeitório tarauacá instituto federal do acre





Projeto 64
Bosque do Tatu

Autores: Arq. Fernando Henrique de Azevedo e Arq. Paula Peruchi Cabral.

Cliente: Prefeitura de Limeira.
Data: 2018.
Área: 8.808,00 m².
Local: Horto Florestal de Limeira – Via Prefeito Jurandyr Paixão de Campos Freire, s/n – Bairro do Tatu, Limeira/SP - Brasil / 22°37'00.61"S 47°22'06.43"O.
Status: Concluído.

O Bosque do Tatu é uma intervenção pública de baixo custo promovida pela Prefeitura de Limeira, atendendo a demanda por um espaço de lazer infantil no Horto Florestal, que se configura como um importante complexo ambiental e de lazer regional.

A proposta parte do conceito de reutilização de materiais disponíveis nos depósitos da Prefeitura e Aterro Municipal, indo de encontro ao ODS 12, em especial os itens 12.5 e 12.7. Foram reutilizados brinquedos remanescentes da demolição de um parque desativado; paralelepípedos, que foram removidos de vias que receberam asfaltamento; postes de madeira antigos que estavam guardados em depósitos da Prefeitura; e toras de madeira de mobiliário danificado de outros parques. Para evidenciar que os materiais foram provenientes de reutilização, facilitando a leitura da proposta pelos usuários e mantendo sua memória, foram mantidas suas marcas dos usos anteriores, como as plaquetas de identificação dos postes e marcas de pintura de sinalização nos paralelepípedos.

Reforçando o caráter ecológico do nome escolhido para o local, uma homenagem ao Bairro do Tatu, onde se localiza; foram propostos espaços inspirados em animais com ocorrência no Cerrado do interior do estado de São Paulo, convidando os usuários a aprender sobre os biomas originais de Limeira.

Ao convidar os usuários ao aprendizado ambiental e interação com o espaço natural, alinhado à recuperação e reuso de materiais descartados, o projeto reforça seu caráter pedagógico, buscando que as pessoas se conscientizem para o desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza, em encontro ao ODS 12.8.

bosque do tatu



- | | | | |
|----------------------------------|---------------------|--------------------------|----------------------|
| 1. Pórticos de acesso | 5. Caixa de areia | 9. Brinquedos de madeira | 13. Capela Ecumênica |
| 2. Espinheiro do Ouriço-Cacheiro | 6. Mirante das Aves | 10. Percurso da Jiboia | 14. Lago e ilha |
| 3. Labirinto das Formigas | 7. Pomar | 11. Poleiro das Corujas | 15. Estacionamento |
| 4. Sanitários | 8. Morro do Jabuti | 12. Acesso sul | |





Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13

Ação contra a mudança global do clima

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.



Projeto 06

Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo

Equipe: Elaine Pereira da Silva, Matheus de Vasconcelos Casimiro, Isabella Maria Davenis Armentano, Tamires Carla de Oliveira, Sofia Robbie Bender, Lucas Lavecchia, Fabiana Lodi, Luiz Paulo Meinberg Sacchetto, Gabriela Fuganholi, Leonardo Pequi, Pedro Nigro, Domingos Leôncio Pereira, Anita Correia de Souza Martins, Débora Gomes Assis, Lucas Longo, Helen Evelin de Souza, Edmilson Peres Castilho, Luciana Satiko Takaesu, Robson Maeda Profenzano, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Archdomus Arquitetura, Quadrante Engenharia, Ductbusters Engenharia.

Cliente: Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Data: 2019.

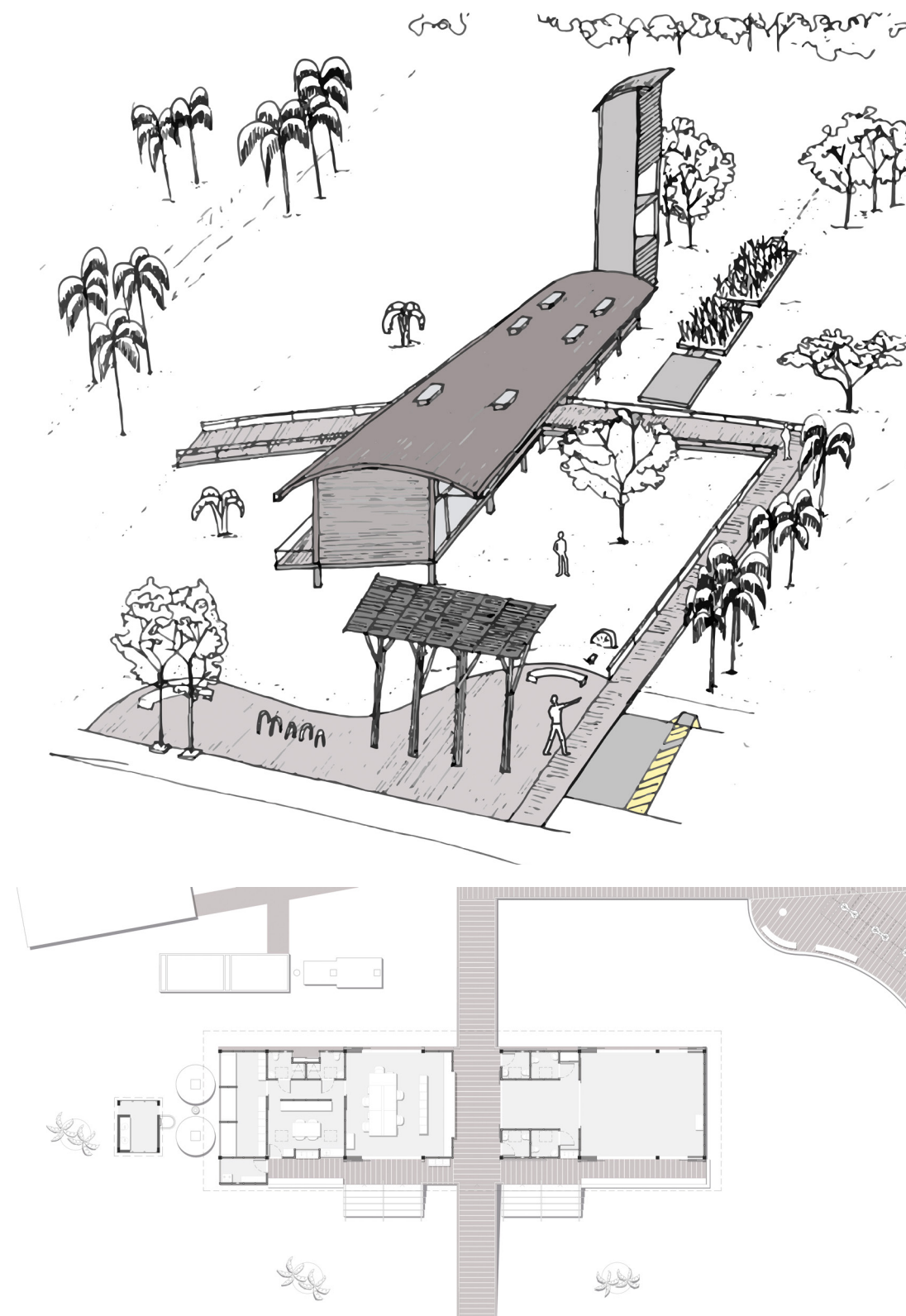
Área: 7.000,00m² de área e 250 m² de edificação.

Local: São Paulo – SP - 23°35'00.80"S 46°28'43.96"O.

Status: Concluído.

A obra da Sede Administrativa do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo tem como premissa assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos, e está vinculada com a ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima. Seus elementos de infraestruturas contribuem para melhorias ambientais e sustentáveis, como esgoto tratado por um sistema conhecido como wetland e círculo de bananeiras. Sistema de captação das águas pluviais captadas pelas calhas e direcionadas para os tanques de armazenamento, podendo ser utilizadas para irrigação, e outros fins similares. A Sede do Parque também possui fonte de energia limpa por meio de painéis solares fotovoltaicos, que possuem a função de converter a energia solar em energia elétrica e aproveitamento da luz natural. O edifício elevado chega ao solo apenas com suas estruturas, e sua implantação em relação ao sol foi devidamente avaliada para melhor desempenho e conforto térmico. A distribuição dos espaços interiores foi disposta para garantir melhor ventilação transversal a todos os espaços e maior aproveitamento de luz natural. O paisagismo utilizou-se vegetação nativa e espécies ameaçadas em extinção, potencializando a flora e fauna local. Além disso, a drenagem do local é feita com um laguinho artificial que direcionam as águas pluviais. A Sede do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo apresenta resultados que vão em direção à meta 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.

sede administrativa do parque natural municipal fazenda do carmo





Projeto 54 Parklets

Equipe: Zoom Urbanismo, Arquitetura e Design, H2C Arquitetura, Superlimão Studio, Grupo Design OK, Instituto Mobilidade Verde e Contain[it]

Data: 2013.

Área: 11m² (parklet 1 vaga) ou 22m² (parklet 2 vagas)

Status: Concluído.

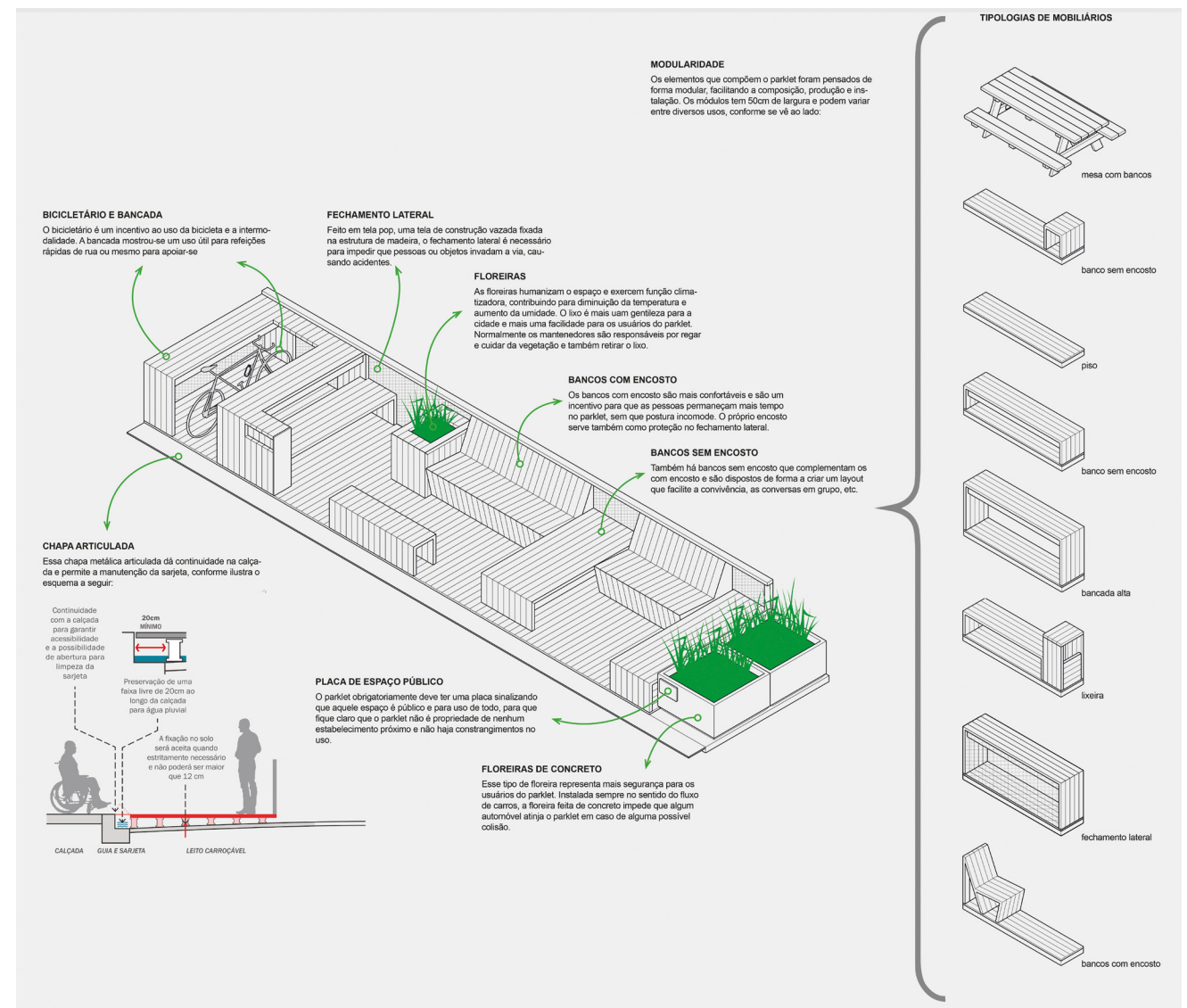
Parklets são pequenas áreas de lazer e convívio em espaços originalmente destinados ao estacionamento de carros.

Pioneiramente implantados em São Francisco (EUA), representam uma grande oportunidade de promoção de espaços públicos qualificados, escassos na cidade de São Paulo. Em 2013, um grupo formado pelo Zoom, H2C, Superlimão, Design Ok e Instituto Mobilidade Verde implementou os primeiros parklets de São Paulo. A ideia era criar um canal de diálogo com a sociedade, a fim de debater questões ligadas à ocupação dos espaços públicos pelas pessoas, buscando transformar a cidade em um lugar melhor para a convivência de todos. A prevalência do automóvel, a velocidade, as poluições sonora e atmosférica fazem a rua virar um “não lugar”, cuja função seria reduzida ao tráfego motorizado. Neste sentido, o Parklet é uma intervenção urbana que discute o espaço público e promove seu uso de forma democrática, oferecendo a quem transita um espaço de descanso e de convivência.

Os automóveis contribuem consideravelmente para a emissão de gases nocivos na atmosfera; além disso, os carros ficam a maior parte do tempo estagnados em um único local. Acreditamos que esse espaço possa ser utilizado de formas mais democráticas e humanizadas, pois 2 vagas de estacionamento podem beneficiar no máximo 40 carros e o mesmo espaço utilizado em um parklet beneficia 300 pessoas por dia.

Em 2014 os parklets foram regulamentados na cidade de São Paulo. A partir desse momento foi possível que a iniciativa se disseminasse a partir de iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil. A Zoom Arquitetura colaborou na elaboração do Manual que orienta os interessados a instalar um parklet, e foi responsável pelo projeto e implantação de diversos parklets na cidade.

parklets





Parque Municipal Nair Bello

Equipe: Estag. Arq Ana Paula Zemantauskas, Estag. Arq Beatriz Sacagni, Arq Celso Sampaio, Educador Ambiental Conrado Vivacqua, Arq Edmilson Peres, Eng Eduardo Krejici, Arq Elaine Pereira, Eng Fabiana Lodi, Educador Ambiental Fernanda Luchiar, Educadora Ambiental Gabriella Sampaio, Arq Isabella Armentano, Estag. Arq Leandro Alexandr, Arq Lucas Lavecchia, Eng Agr Luiz Paulo M. Sacchetto Jr, Educadora Ambiental Michelle de Souza, Educadora Ambiental Pâmela Macedo, Eng Kátia Verdini, Educador Ambiental Rafael Camargo, Arq Rafael Castilho e Arq Tamires Oliveira.

Cliente: Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Data: finalização da obra 2020.

Área: 8.000 m².

Local: São Paulo – SP - Coordenada: 23°34'24.09"S 46°29'30.56"O.

Status: Concluído.

O Parque Nair Belo está inserido em um entorno residencial e comercial, próximo à Área de Proteção Ambiental do Carmo (APA do Carmo). A relação com a ODS 13 vem da proteção de áreas verdes no sentido de preservar elementos naturais a fim de melhorar as alterações climáticas.

A área do Parque Nair Bello possui vegetação remanescente da mata atlântica, nascente do Ribeirão das Pedras, afluente do Córrego Aricanduva, e alta declividade. O projeto implantado considera a preservação do remanescente florestal, enriquecimento arbóreo com vegetação ameaçada de extinção e vegetação nativa, produz espaços de estar, lazer e requalifica os espaços existentes do bairro, privilegiando os visuais existentes da área como um todo.

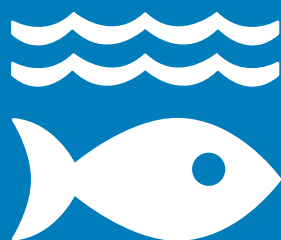
O projeto de plantio foi concebido de maneira a enriquecer as áreas vegetadas, introduzindo novas espécies nativas e ameaçadas de extinção, formando maciços arbóreos. Além disso, foi executado também o projeto paisagístico que acentua a condição estética dos diferentes níveis da área.

Um dos processos da implantação do Parque foi o programa de educação ambiental no sentido da meta 13.3 melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação da mudança do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce.

parque municipal nair bello



14



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14

Vida na água

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

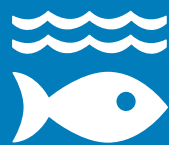
14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.



Projeto 33
International Competition
The Future Park Design Ideas Competition - Melbourne

Equipe: Gesto Arquitetura Ltda – Autoria: Newton Massafumi Yamato e Tânia Regina Parma, Colaboradores: Angelo Buzeli, Carina Giselle Villarreal, Dany Cohen, Natalia de São Justo Brito, Yuri Parma Yamato, Consultores: Geologia – Giulinao de Mio, Arqueologia – Astolfo Gomes de Melo Araújo, Geografia – José Guilherme Schutzer, Paisagismo – Ulrich Zens, Física – Sérgio Oliveira e Astrofísica – Manoel Cardoso.

O conceito de “Ambiente Total” traz a leitura abrangente e ampliada dos diversos estratos verticais (ambiente natural) e horizontais (ambiente socioeconômico e cultural) que compõem um território, possibilitando uma análise das relações atuantes na sua formação.

Tendo por base esse conceito, este projeto propôs os parques como elementos estruturadores para um desenho urbano no sentido de requalificar os impactos gerados pelas cidades no “ambiente total”.

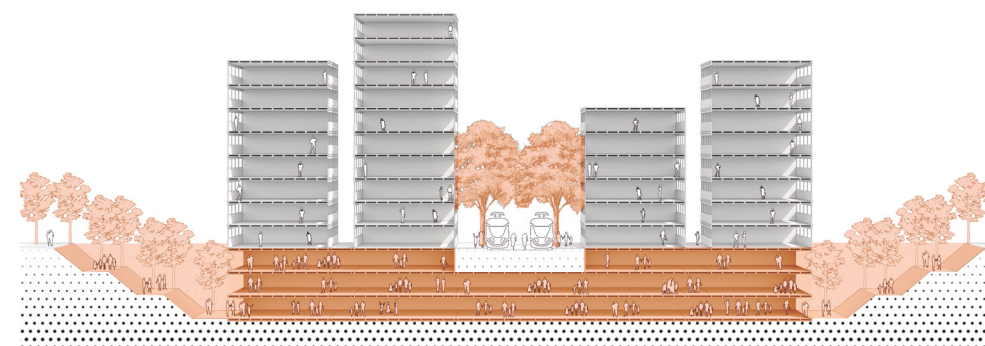
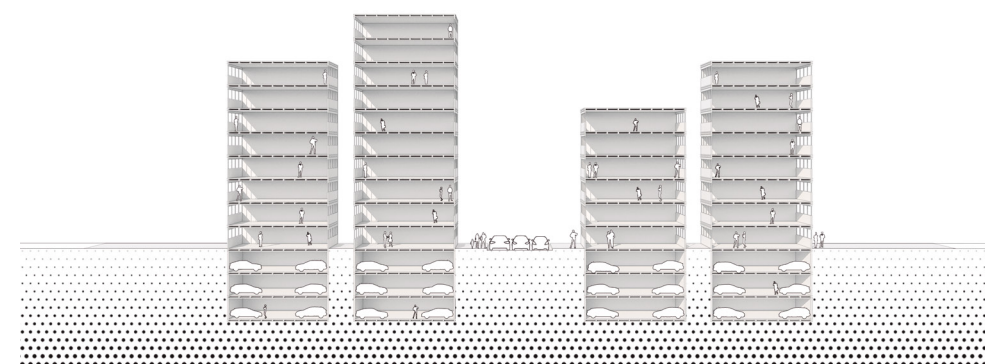
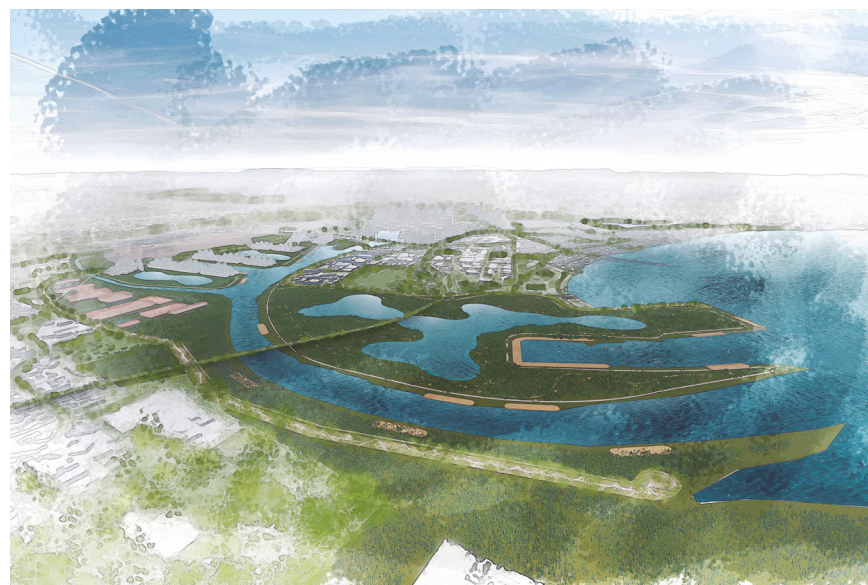
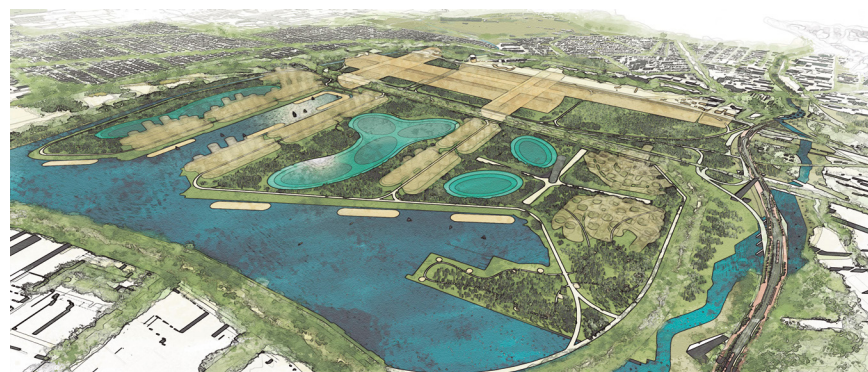
O estudo, na cidade de Melbourne, Austrália, caracterizou os estratos vertical e horizontal que compõem o ambiente total, somando um entorno de 10km, contou com:

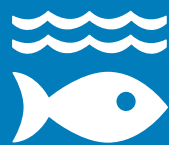
o incremento nos parques existentes estendendo-os para regiões distantes do centro, exercendo impactos positivos regionais tais como irrigação dos territórios secos ou em processo de desertificação, restabelecimento das condições dos sistemas e serviços ambientais e do clima, incremento da vegetação e da produção de alimentos;

A captação e limpeza das águas (chuva e esgotos) através do sistema de fitorremediação ou “wetlands”, distribuídas ao longo dos parques lineares junto aos principais rios que atravessam a cidade, suprimindo a necessidade de abastecimento nos períodos de seca, podendo ser universalizado transferindo a tecnologia no manejo das águas para outras localidades;

A utilização de energia solar e eólica, como indutores de transformação das matrizes de produção e consumo dos recursos energéticos.

A requalificação do espaço urbano trará consequências positivas nas relações dos cidadãos com os ecossistemas possibilitando novos olhares e maior comprometimento nas dinâmicas socioculturais que reduzirão os impactos negativos ao ambiente total. Uma mudança de hábitos com foco na preservação da vida nos diversos “habitats” incluindo os corpos d’água e os oceanos.





Projeto 35 Espaço Caleidoscópio

Equipe: Gesto Arquitetura Ltda, Autoria: Newton Massafumi Yamato e Tânia Regina Parma, Coautoria: Jeong Bok Hwango, Jung Hun Nam, Ryan Kim e Yuri Parma Yamato, Colaboradores: Carina Giselle Villarreal, Carolina Scatolini Pereira, Jéssica Silva Lima, Karyna Georges Kyriazi, Mariana Nogueira Geroldo, Patrícia Ferreira Gomes Machado, Silvana Zhu Chen e Winston Yunan Wu, Consultores: Tradução | Beatriz Lee, Projeto Estrutural | Yopanan Conrado P. Rebello, Contêntes e Fundações | Sérgio Ludemann, Paisagismo Funcional | Ulrich Zens, Certificação LEED | Luiz Henrique Ferreira, Instalações Hidráulicas e Elétricas | Andrea A. de Souza e TI/Automação | Victor Rainer.

International Competition of a New Headquarter Building for Seoul Metropolitan Office of Education - Seoul Education Hub.

Área do Terreno: 13.214,20m².

Área de Projeto: 40.543,00m².

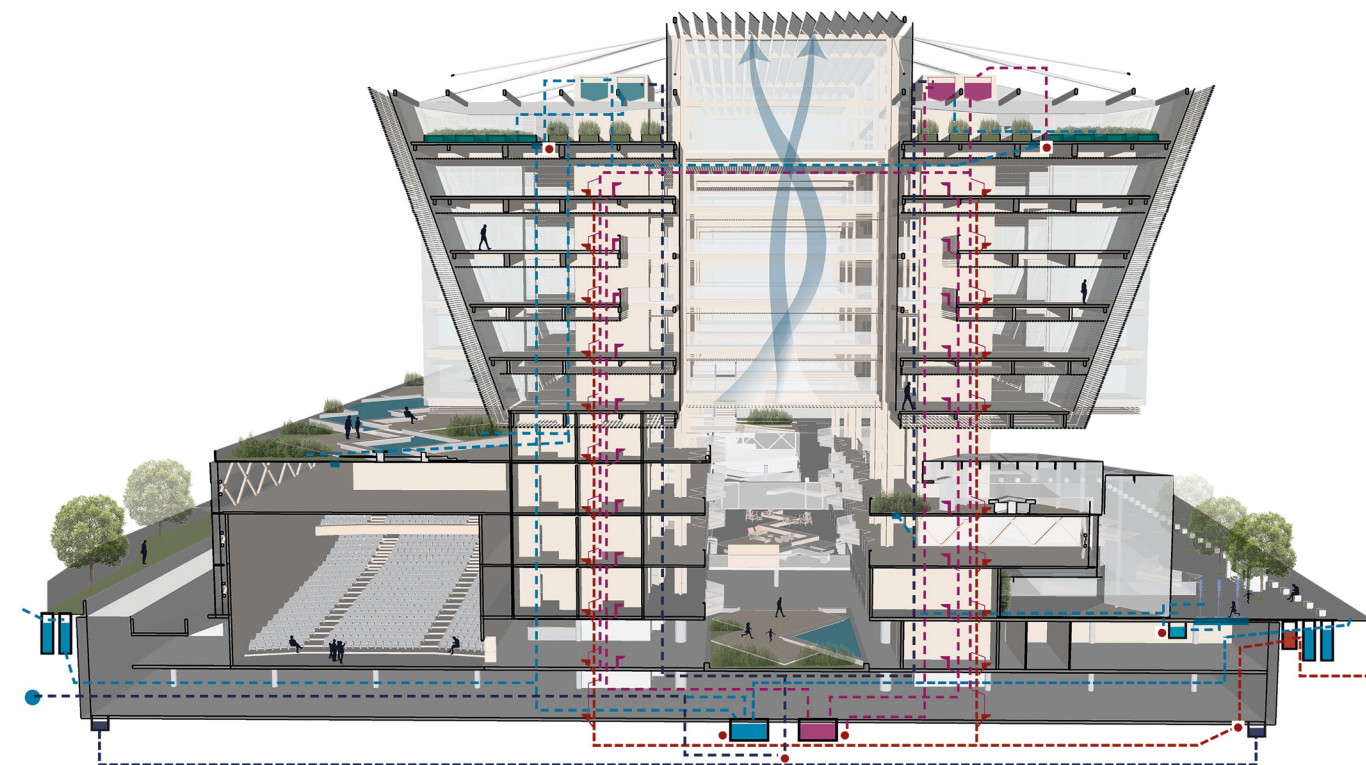
No entendimento de que a EDUCAÇÃO é o cerne da formação do cidadão e de que todos os ODS estão intimamente vinculados, este projeto pretendeu apontar como a educação, poderá ser fundamental nas relações entre os indivíduos e seu ambiente.

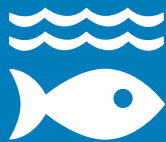
Neste sentido, o edifício, inserido num espaço de reconversão urbana, apresenta soluções técnicas que apontam para mudanças de hábitos e de comportamento ao proporcionar:

Desenvolvimento humano através da inovação tecnológica para a promoção do conhecimento de alta qualidade e de forma horizontal;
Maior permeabilidade, integração e conexões através da proposição de espaços públicos integrados aos privados, potencializando as relações socioculturais;
Preservação da memória relacionada à paisagem, história e cultura local;
Inovação de soluções técnicas e sistemas construtivos visando a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais;
Materiais com maior eficiência térmica sobretudo pela presença de uma camada de proteção externa na edificação - "segunda pele";
Ventilação natural dos ambientes obtida pela diferença de temperatura e pressão - "efeito chaminé";
Coleta e contenção das águas de chuva evitando seu escoamento imediato e prevenindo possíveis pontos de alagamento, através de jardins funcionais para reutilização em parte em sanitários, irrigação e lavagem de pisos;
Jardins interativos e funcionais - agricultura coletiva urbana - e espaços multiuso.

Através destas iniciativas, será possível formar cidadãos cada vez mais conectados e comprometidos com o futuro do planeta e, consequentemente, agentes para um ambiente natural e sociocultural cada vez mais fortalecido, capaz de preservar as estruturas fundamentais para a manutenção da vida na terra, nos corpos hídricos e nos oceanos.

espaço caleidoscópio





ecoparque ver-a-vida parque ecológico industrial

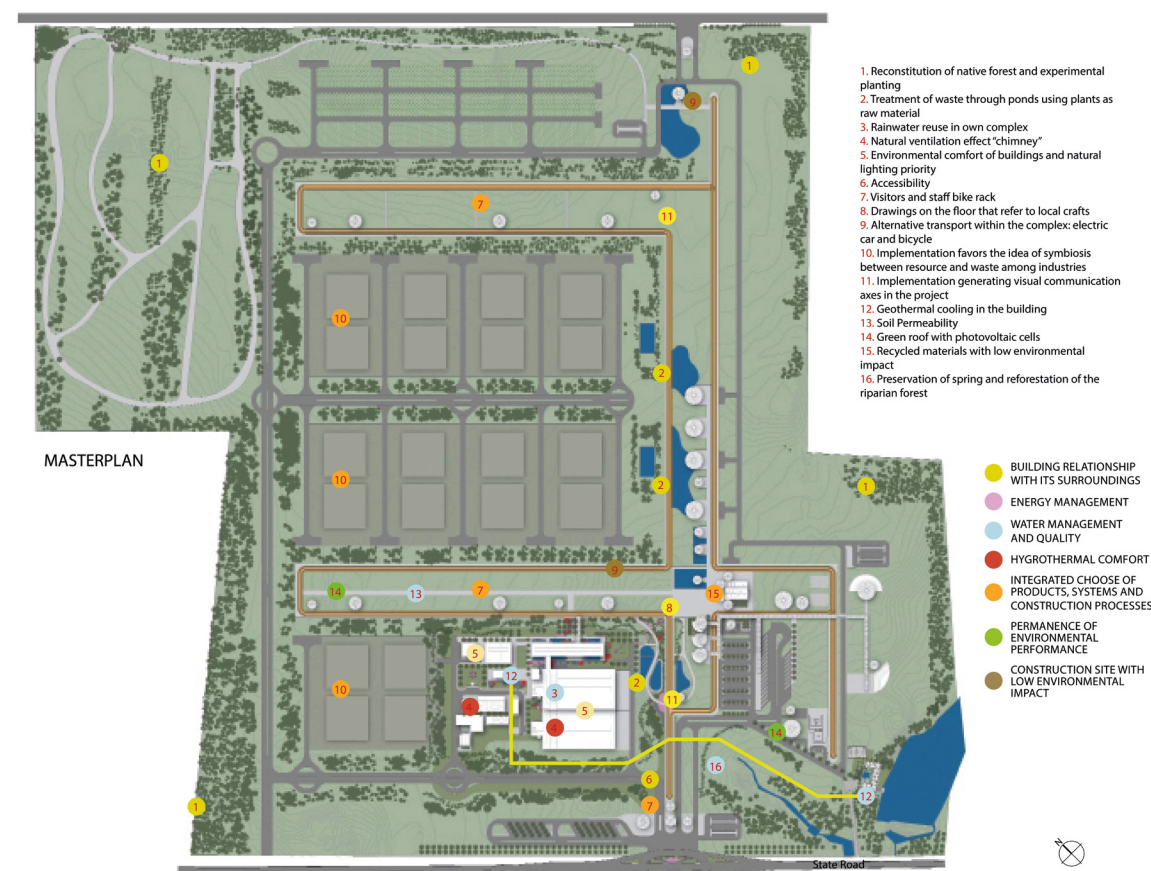
Projeto 36 Ecoparque Ver-a-Vida – Parque Ecológico Industrial

Equipe: Autores: Newton Massafumi Yamato e Tânia Regina Parma - Arquitetura e Urbanismo - Gesto Arquitetura Ltda, Consultoria em edificações industriais e logística - AS2 - Engenharia Consultiva e Tecnologia da Construção, Paisagismo - Koiti Mori & Klara Kaiser, Fundações, Terraplenagem, Drenagem - Ludemann Engenheiros Associados Ltda, Cálculo Estrutural - Ycon Engenharia Ltda, Instalações Hidráulicas - Linear Engenharia e Tecnologia S/S Ltda, Instalações Elétricas - CTPF Projetos e Consultoria Ltda, Ar Condicionado - NSB Climatização Ltda, Orçamentação - DFG Engenharia e Representações Ltda, Conforto Térmico e Acústico - Daltrini & Granado e BDSP Brasil, Geotermia - NSB Climatização Ltda., Daltrini & Granado e BDSP Brasil, Luminotécnica - Foco Luz e Desenho Ltda, Segurança Patrimonial - ICTS Global Ltda, Pisos Industriais - LPE Engenharia e Consultoria Ltda, Jardins Filtrantes - Phyto restore Brasil, Compatibilização Técnica – Gesto Arquitetura Ltda e Gerenciadora - ARC Controle de Investimentos e CONCREMAT Engenharia.

Local: Belém - PA.
Status: Concluído.

No entendimento de que todos os ODS estão intimamente vinculados e, fortemente apoiados no conceito de “Simbiose”, palavra-chave do Ecoparque VER-A-VIDA, este empreendimento ao promover:

A emancipação e o empoderamento das comunidades locais para o fornecimento da matéria-prima a ser utilizada na produção;
A promoção do desenvolvimento sustentável regional através do fortalecimento da economia solidária e familiar;
O incremento e a regeneração da vegetação nativa com a proteção da fauna;
A valorização da cultura local através da promoção de eventos que restabelecerão o sentido de pertencimento;
A utilização de inovação tecnológica no tratamento das águas visando sua reutilização e a devolução aos córregos através do sistema de filtragem com plantas - fitorremediação ou “wetlands”;
A utilização da energia solar tanto para aquecimento como para a alimentação de placas fotovoltaicas a serem utilizadas na iluminação das áreas comuns;
A utilização de um sistema de mobilidade próprio com carros elétricos movidos a energia solar;
A utilização da geotermia para a redução da temperatura do ar no insuflamento do ar condicionado com redução do consumo de energia elétrica no resfriamento dos ambientes;
A utilização de iluminação e ventilação naturais e a otimização do conforto térmico através de soluções técnicas;
A utilização de pavimentos permeáveis;
E a utilização de componentes industrializados reduzindo perdas e geração de resíduos durante as obras;
Terão um impacto positivo direto na conservação da rede hídrica local e consequentemente nos oceanos, promovendo a manutenção da vida nesses “habitats”.



15



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15

Vida terrestre

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável



pavilhão ecológico reserva barba negra

Projeto 16

Pavilhão Ecológico - Reserva Barba Negra

Equipe: Marcus Eduardo de Andrade Weber Equipe: OCTO coletivo: Marcus Eduardo de Andrade Weber (autor - Arquitetura), Michele Pigatto Librelotto (co-autora - Arquitetura), Raquel Beck da Silva (co-autora - Arquitetura), Giulia Massuco e Felipe Nunes da Silva (equipe de Arquitetura); Miguel Cassanta Gavioli (imagens) / Evandro Andrade e Krissie Sodré (E. Arquitetura: Projeto Estrutural de Madeira), Anamélia Adriano e Guilherme Feijó (Projeto Estrutural Online: Projetos Complementares e Estrutural de Concreto).

Data de Elaboração: 2019.

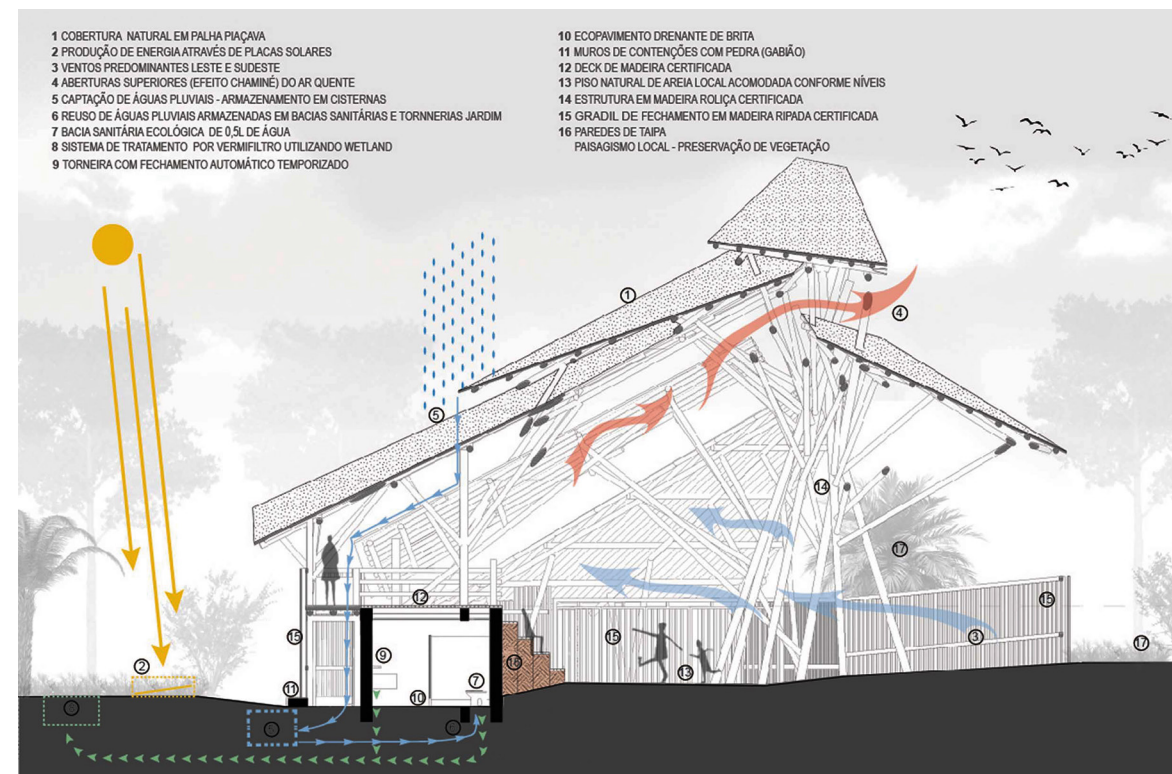
Local: Porto Alegre - RS.

Status: Em Execução;

Projeto de pavilhão de apoio a atividades ambientais na RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Barba Negra, inserida em Horto Florestal na Fazenda de mesmo nome, de propriedade da CMPC.

Situado em uma Reserva Natural junto ao Horto Florestal de uma empresa de celulose, com área de preservação ambiental permanente visando esforço na manutenção do meio ambiente, com intuito de dar suporte às atividades de educação ambiental, visitação pública, ecoturismo e recreação de acordo com a elaboração de um Plano de Manejo além da realização de pesquisas na área da biologia (especialmente botânica, ecologia e diferentes áreas do conhecimento da agronomia e engenharia florestal) a fim de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O pavilhão é uma estrutura de apoio, um marco referencial na paisagem, lugar de chegada, concentração, orientação, explanações, descanso e base de partida para conhecer o ambiente natural circundante, com trilhas educativas visando à conscientização quanto à importância da conservação e recuperação dos recursos naturais e servirá como ferramenta para trabalhos de Educação Ambiental conduzidos pela empresa, privilegiando a observação dos diferentes ecossistemas presentes no local, como Florestas de Restinga, Dunas, Banhados, Praias, Costões Rochosos e outros. As trilhas proporcionarão aos usuários o reconhecimento das principais espécies de animais e vegetais presentes em cada ecossistema.



**Projeto 37**

Projeto Doce_SSA, Rede de Meliponários Polinizadores Urbanos da Cidade de Salvador

Equipe: George Antônio de Almeida Gomes (Arquiteto Urbanista / Estúdio 360arquitetura), colaboradoras(es) Abner Batista, Ludmila Gomes, Matheus Rocha, Marina Novais, Rodrigo Bastos (arquitetos), Kel Konduru (artista plástica), Robson Racaes (eng. Racaes consultoria estrutural), Carola Lima (bióloga), Pedro Viana (meliponicultor).

Data: 2018-2019.

Área: Variável.

Local: Salvador – BA.

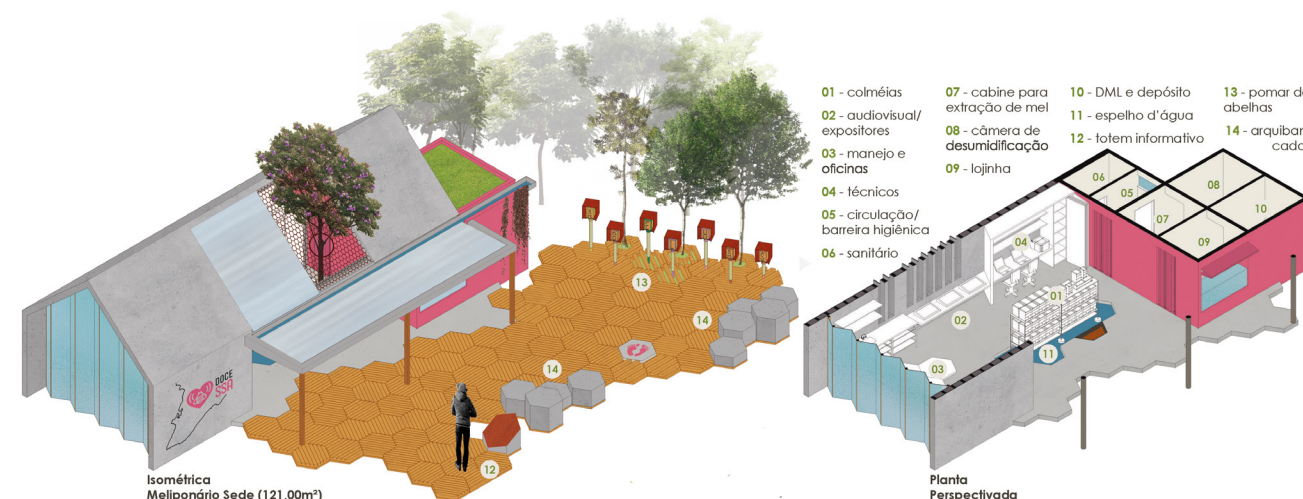
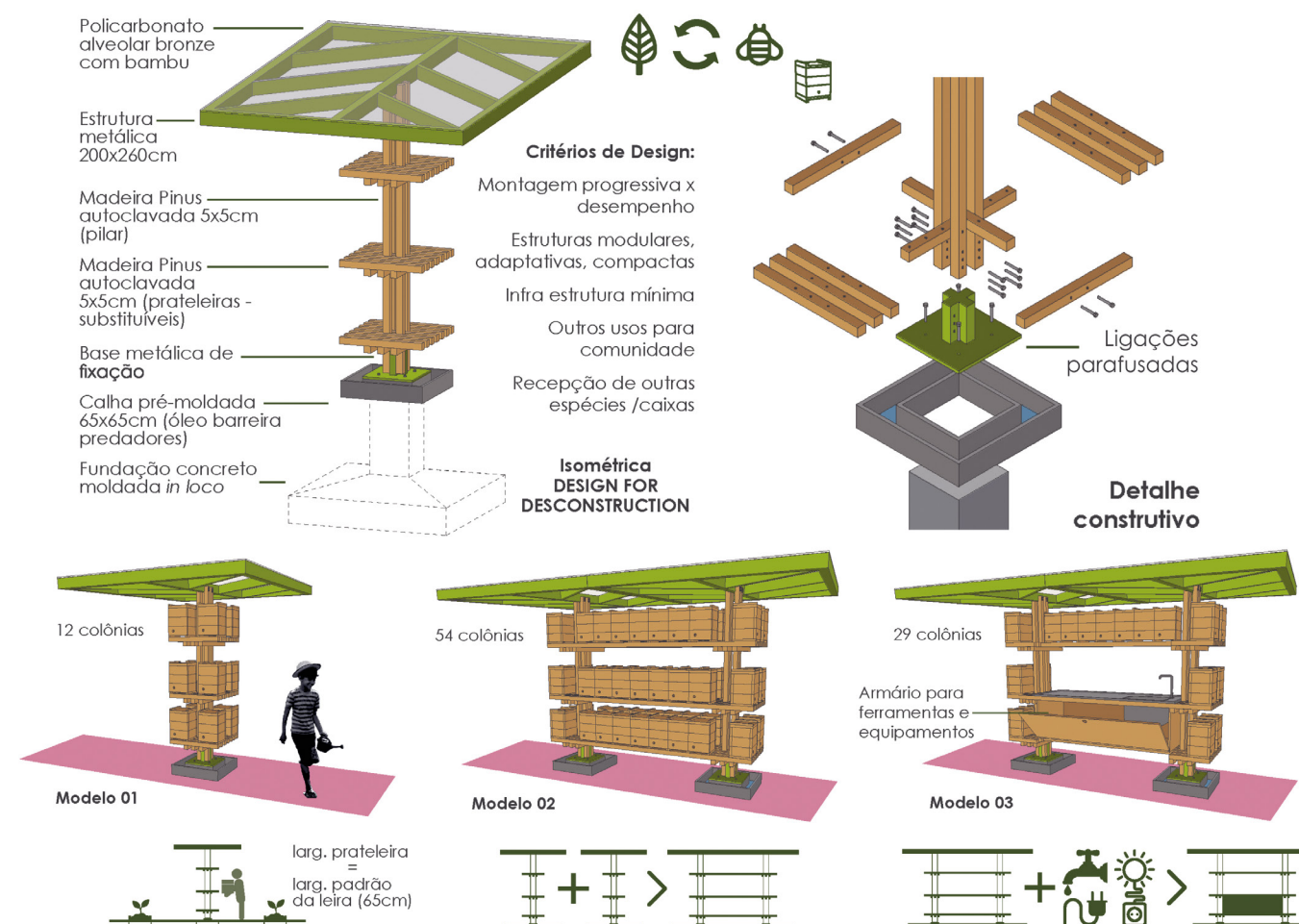
Status: Em Execução.

A ação predatória, contraditória, do homem sobre o planeta urge a tomada de “medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas” (Meta 15.5, ODS 15).

Em resposta, numa perspectiva positiva, o projeto Doce SSA promove a prática sustentável da Meliponicultura Urbana, atividade tradicional de criação racional de Abelhas Nativas “Sem Ferrão”, contribuindo para manutenção do papel vital exercido por esses extraordinários insetos sociais sobre os ecossistemas terrestres. Através da polinização, as ANSF garantem de forma exponencial a reprodução e recomposição da vegetação nativa, hotspot de biodiversidade, potencializando os serviços ecossistêmicos ofertados em cadeia. Por outro lado, a manutenção de exemplares manejados, como em meliponários, garante a salvaguarda de espécies em extinção.

Como ação piloto de design é proposta uma rede de meliponários urbanos polinizadores para cidade de Salvador, a fim de abrigar e promover a multiplicação de colônias de abelhas brasileiras. Envolve arquitetura efêmera, de mobilização, àquelas possíveis de construção da rede, num exercício de diferentes escalas. O plano arquitetônico básico, num princípio de acupuntura urbana, compreende microarquitecturas estrategicamente articuladas a programas locais - parques urbanos, hortas e pomares comunitários urbanos e escolares, e terreiros de matriz africana - convertendo-se em núcleos de polinização e educação ambiental. Articulam-se áreas verdes urbanas e espaços de engajamento social para essa nova missão, em consonância com ações do Município, inspirando uma cidade mais resiliente, sustentável para o homem e para biodiversidade.

projeto doce_ssa, rede de meliponários polinizadores urbanos da cidade de salvador





trilha-escada-parque em mata escura, salvador/ba - ações participativas para implementação do parque theodoro sampaio: acessibilidades e marcos visuais



Projeto 38

Trilha-Escada-Parque em Mata Escura, Salvador/BA - Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais

Autores: LabHabitat – Laboratório de Habitação e Cidade /PPGAU- FAUFBA, ACOPAMEC - Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão. Grupo Gestor e Equipe Técnica: Angela Maria Gordilho Souza, Josélia Duarte Gomes, Angela Ignez da Costa Bacelar, Carolina Correia Queiroz, Cosme Santos Chinellis, Débora Marques da Silva Araújo, Elenaldo Torres do Nascimento, Gisele Paiva Leite, Guilherme Landim Amorin de Menezes, Heliana Faria Mettig Rocha, Isis Pitanga Sousa, Jádri Tosta Iglesias Ventin e Joice Cristina Jesus Santos.

Data: 01/04/2019 a 30/12/19.

Local: Salvador – BA.

Status: 1ª etapa Concluída.

Os parques urbanos trazem impactos socioeconômicos, ambientais e estéticos na produção das cidades, desempenhando um importante papel na sustentabilidade ambiental das cidades e na inclusão social, sobretudo quando localizados em comunidades periféricas. Este projeto de melhoria de uma trilha-escada-parque é uma "ação tática" para implementação do "Parque Theodoro Sampaio", no bairro da Mata Escura, em Salvador, Brasil. Tem-se como objetivo principal a proteção dessa área verde e recursos naturais aí existentes, na conquista da função social da propriedade pública e do ambiente de viver mais sustentável e inclusivo, pelo direito à cidade. Somados aos eventos educativos de oficinas, estudos e propostas participativas, como uma das "ações táticas" mais visível foi implantada em mutirão um projeto de melhoria de uma trilha-escada-parque, que viabiliza a ligação entre o bairro de Mata Escura e a Estação de Metro de Bom Juá/BR-324, em área de grande declividade localizada nas proximidades do acesso principal do futuro Parque. O projeto Trilha-Escada-Parque, já executado na sua 1ª. etapa, foi idealizado pela comunidade na forma de mutirão, por meio da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC), com apoio do Laboratório de Habitação e Cidade da Universidade Federal da Bahia (LabHabitat/PPGAU/FAUFBA) e recursos do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo Meio Ambiente e Urbanismo. Como uma "ação tática", no âmbito de um projeto mais amplo de implantação do Parque Theodoro Sampaio, em Salvador/Ba, buscou melhorar a acessibilidade improvisada de um caminho precário de terra, de grande declividade (25m de desnível) e fluxo diário intenso dos moradores do bairro de Mata Escura, para estação mais próxima de transporte metroviário da cidade, localizada no vale, na BR-324. Para isso foi utilizado material reciclado, durável e baixo custo, que integrado a elementos paisagísticos e estéticos, no intuito de viabilizar um maior conforto e segurança aos usuários, criando também uma ambientação acolhedora e espacialmente didática para uma apropriação coletiva guardiã do espaço público, funcional e sustentável.



16



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.



preservação, conservação e visitação turística do parque da floresta de teresina (pi) e museu de paleontologia de teresina



Projeto 29

Preservação, Conservação e Visitação Turística do Parque da Floresta de Teresina (PI) e Museu de Paleontologia de Teresina

Equipe: Urbanismo/ Arquitetura e Planejamento da Paisagem: Arquiteto José Sales Costa Filho. Colaboradores Arquitetos Yuri Barbosa, Carolina Rodrigues Maia, Joviano Mendes Junior. Paisagismo Arquiteto Temistocles Anastácio e Eng. Agrônomo José Raimundo Machado (In Memoriam). Consultoria Científica Prof. Dr. Geólogo Alexandre Feitosa Sales (In Memoriam) e Prof. Dr. Gero Hillmer Institut und Museum für Paläontologie der Universität Hamburg/ Alemanha. Imagens/ Documentação Fotógrafo Daniel Roman MFA Emerson College Boston. Sistemas Estruturais Engenheiro Almir Amorim Andrade. Luminotécnica Arquiteto Felipe Rodrigues. Sistema Viário Engenheiro Francisco de Assis Bezerra. Consultoria Especial Arquiteto Romeu Duarte Junior.

Data: 2013/2014.

Local: Teresina - PI.

Status: Em Execução.

A Floresta Fóssil de Teresina é um sítio paleontológico localizado às margens do Rio Poti, no coração da zona urbana de Teresina, que se destaca por possuir troncos fósseis do Período Permanente, petrificados em posição de vida.

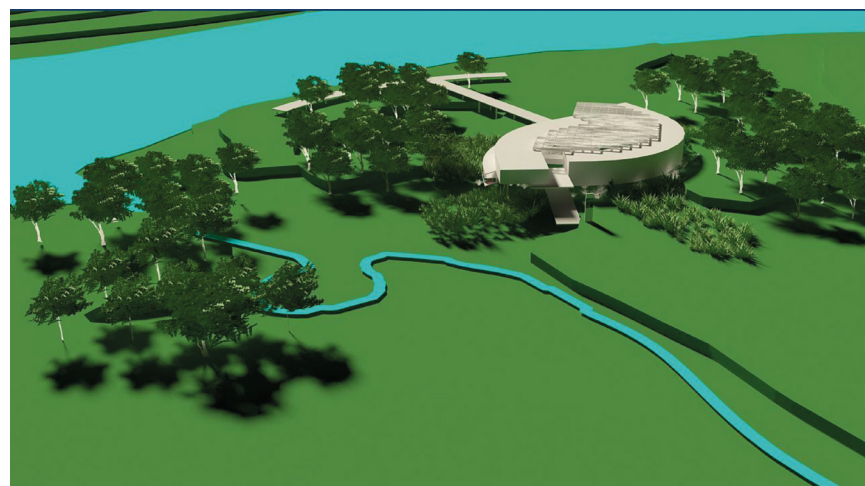
Este local é considerado um espaço de grande importância ambiental para o entendimento desses afloramentos fossilizados datados entre aproximadamente 280 e 270 milhões de anos atrás, na época do continente Pangeano. São sedimentos geológicos da Formação Pedra de Fogo.

A proposta do Parque inclui a recuperação de todas as informações científicas por meio de um guia qualificado para preservação e conservação e visitação pública, além da consolidação do Museu de Paleontologia de Teresina, interativo e virtual como o Guia do Parque.

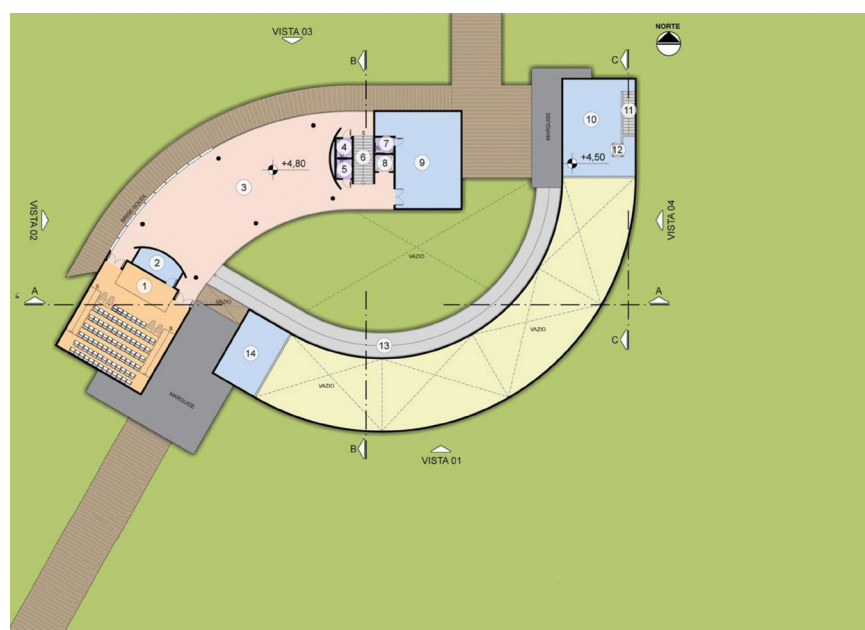
O Programa de Intervenção no Parque foi composto por várias sugestões e indicações que incluem seis abordagens referenciais:

Preservação do Patrimônio Geológico e Paleontológico; Preservação da paisagem e conservação da flora; Qualificação Urbana; Desenho urbano do entorno;

Implantação do Museu de Paleontologia de Teresina e Centro de Apoio ao Visitante.



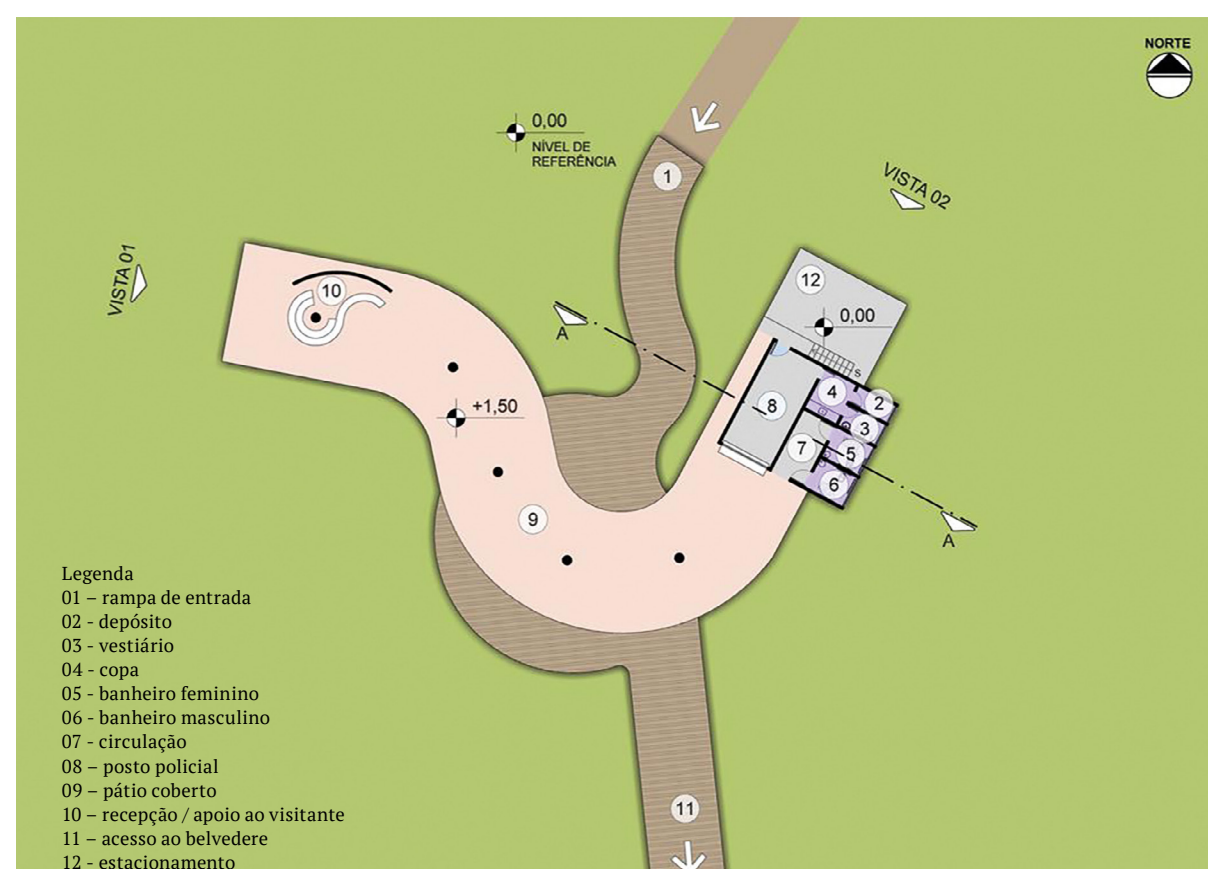
museu de paleontologia de teresina



- | | |
|--|--|
| Legenda | 08 - elevador |
| 01 - auditório / 89 lugares | 09 - administração |
| 02 - depósito | 10 - reserva técnica |
| 03 - vestíbulo do auditório / recepção | 11 - escada / acesso a reserva técnica |
| 04 - banheiro acessível masculino | 12 - monta carga |
| 05 - banheiro acessível feminino | 13 - rampa de acesso ao pavimento superior |
| 06 - escada | 14 - depósito |
| 07 - banheiro / administração | |



centro de apoio ao visitante



- Legenda
- 01 - rampa de entrada
 - 02 - depósito
 - 03 - vestiário
 - 04 - copa
 - 05 - banheiro feminino
 - 06 - banheiro masculino
 - 07 - circulação
 - 08 - posto policial
 - 09 - pátio coberto
 - 10 - recepção / apoio ao visitante
 - 11 - acesso ao bebedere
 - 12 - estacionamento



Projeto 50 Usinas da Paz

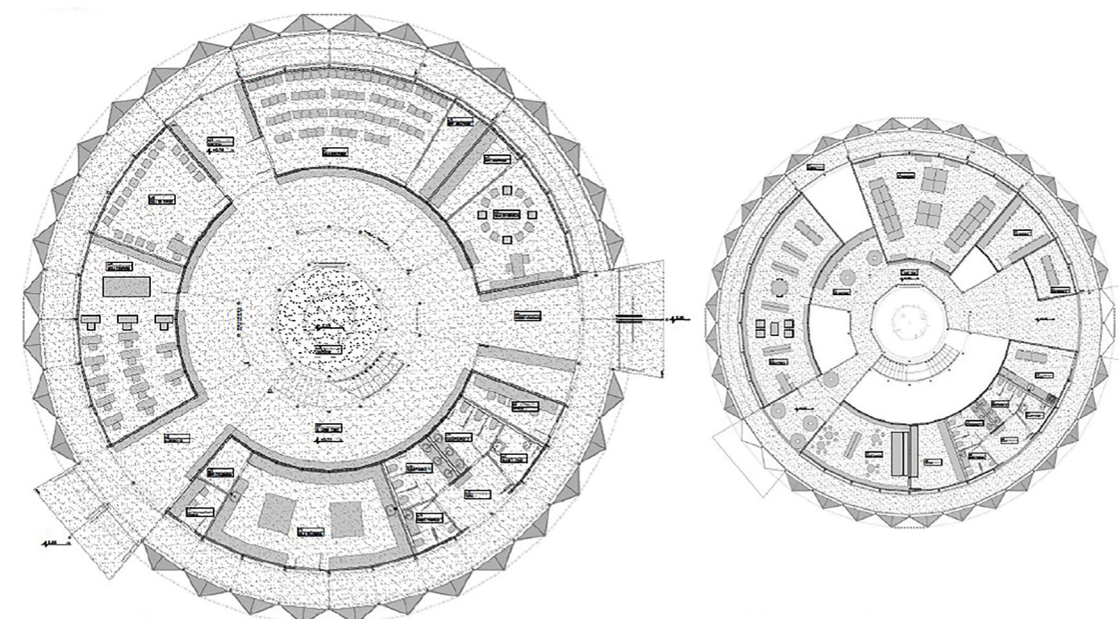
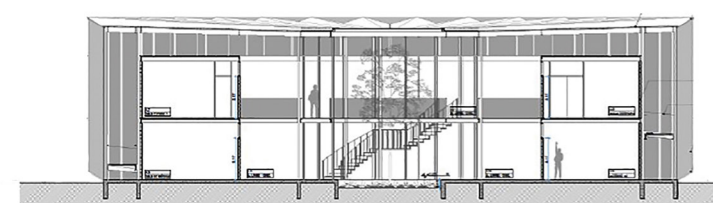
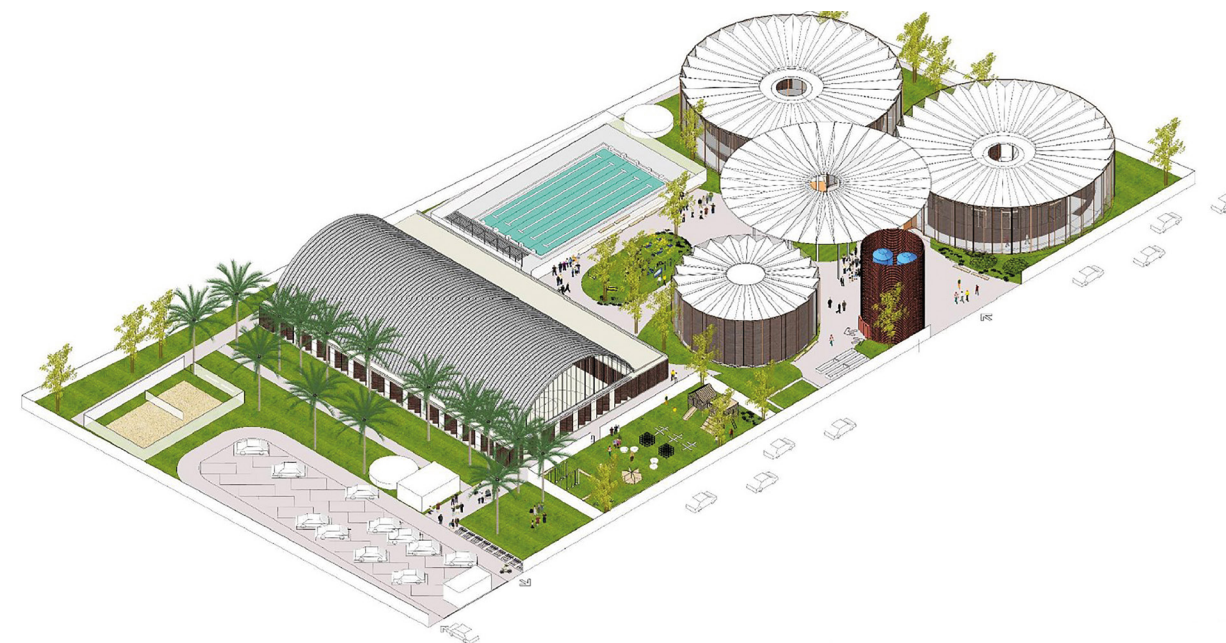
Equipe: Autora: Maria Izabel da Silveira Lobo Magalhães de Oliveira, Colaboradores: André Cavendish, André Nascimento, André Uchino, Ari Tomaz, Caio Carvalho, Fernanda Carvalho, Fernando Bonini, Fernando Minto, Gabriel Kogan, Lola Belchi, Luis Andre Guedes, Marcelo Castilho, Mauro Guaranis, Moysés Zindeluk, Pablo do Vale, Paula Daemon, Rodrigo Affonso, Sérgio Lousada e Vera Saboya.

Cliente: Projeto de iniciativa do Governo do Pará com apoio financeiro da Vale e com característica Multisite para ser implantado em pelo menos 6 terrenos em Belém-PA.

Status: Projeto início em Junho de 2019 e término previsto para Junho de 2020. Obra com início em Abril de 2020 e término de 2 unidades previsto para dezembro de 2020. As demais término previsto para junho de 2021.

Chidren Village, localizado em Formoso do Araguaia, Tocantins. Complexo escolar que oferece educação para crianças de comunidades rurais no estado e acomodação para 540 alunos além de áreas de convivência e refeitório no intuito de melhorar a qualidade de vida e refinar os laços entre alunos e escola. O processo para projeto parte de uma pesquisa com colaboração da comunidade local, professores, administração e usuários. Projeto com resgate cultural, usa técnicas construtivas locais, aliado a construção da noção de pertencimento necessária ao desenvolvimento das crianças da escola. 2. Parques Biblioteca Medellín, Colômbia. Construídos para promover práticas educativas, culturais e sociais dos bairros circundantes, funciona como pontos de transformação e fortalecimento das comunidades e culturas locais. As áreas escolhidas estão diretamente relacionadas a histórias recentes de extrema violência. Hoje são Nove Parques Biblioteca construídos. Esses edifícios são espaços públicos que oferecem programas para inclusão social através de cursos, programas culturais, acesso à internet e computadores.

usinas da paz





Projeto 66

Território CEU Novo Mundo

Equipe: Fernando Dimiranda Boari, Jordana Alca Barbosa Zola e Mariana Alves de Souza (Transversal Escritório de Arquitetura e Urbanismo), Felipe Noto, Maira Rios e Paulo Emílio Ferreira (B Arquitetos).

Cliente: Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Data: 2016.

Área: 87.000m².

Local: São Paulo – SP - 23°31'6.20"S, 46°34'32.29"W.

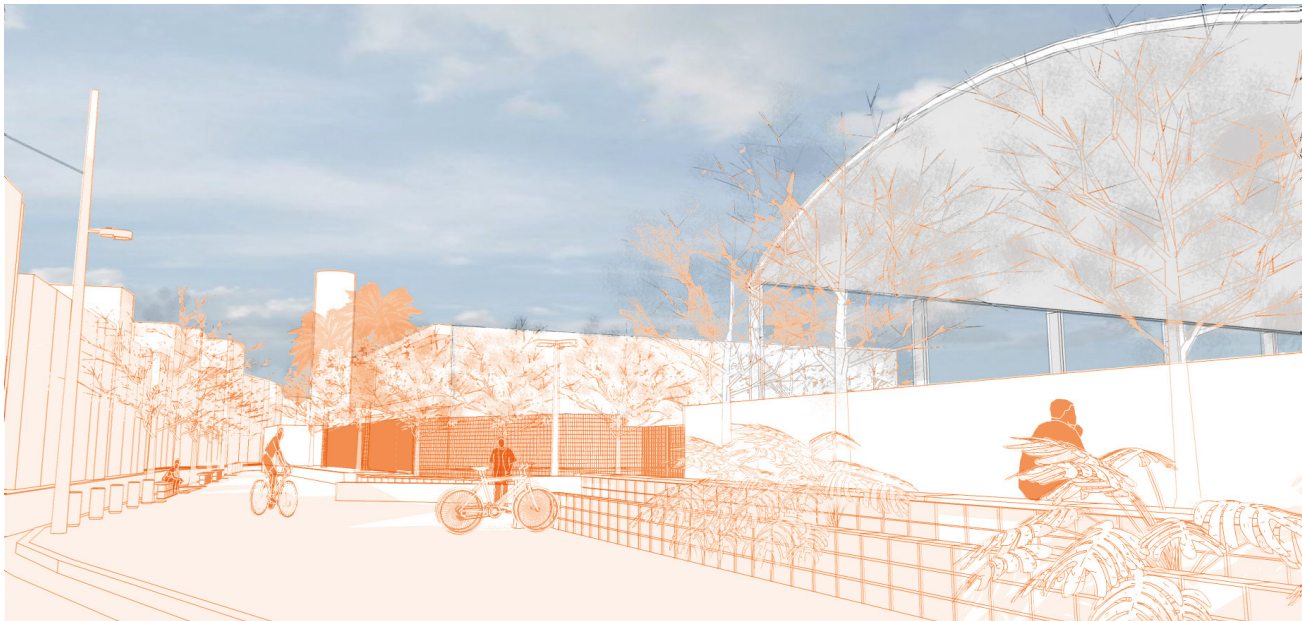
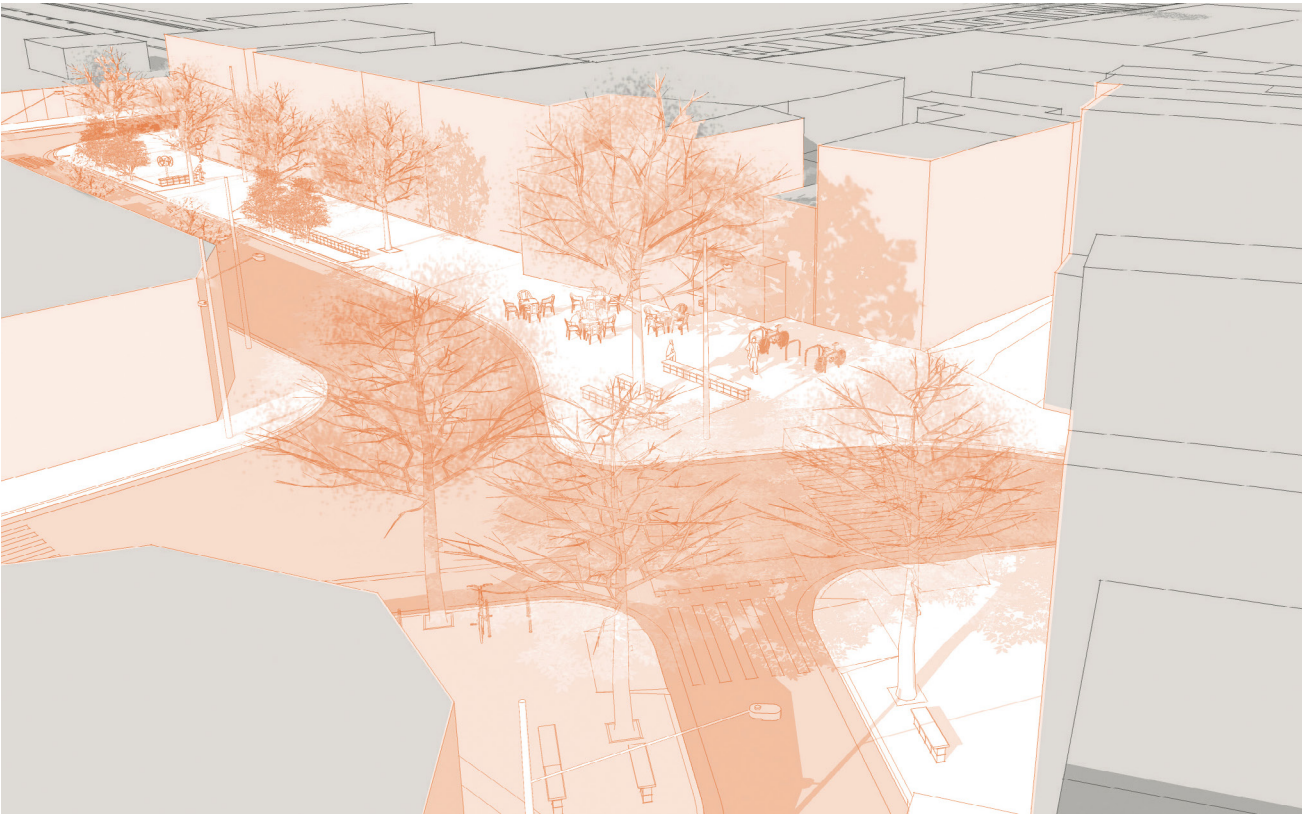
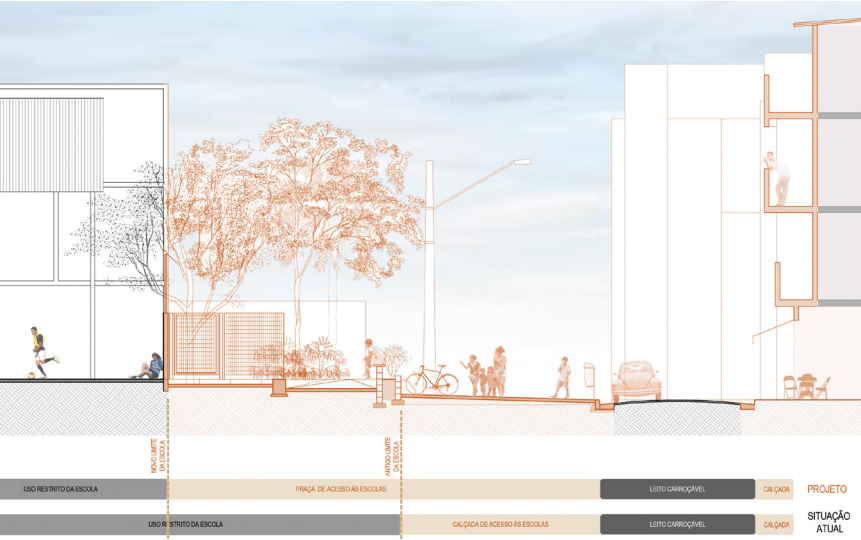
Status: Projeto não Concluído.

Em consonância com o objetivo de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, o Território CEU Novo Mundo foi viabilizado através do diálogo entre algumas instâncias da administração municipal, população local e responsáveis pelos equipamentos educativos existentes.

O escopo inicial da intervenção era a qualificação do espaço público para promover a conexão física e urbana entre os diversos equipamentos sociais do bairro, construindo percursos mais seguros, confortáveis e inclusivos, especialmente para as crianças, com a expectativa de redução do número de acidentes e conflitos entre pedestres, ciclistas e os veículos de carga que atravessam a área. Os equipamentos educativos e culturais do entorno funcionam em contra-turno, o que exige áreas de estar e acolhimento para as crianças, enquanto as atividades regulares não acontecem. Durante o desenvolvimento do projeto, as diversas instituições envolvidas ampliaram seu diálogo, responsabilizando-se coletivamente pela criação de novas praças e áreas públicas adjacentes aos equipamentos educativos, através do recuo de seus muros e acessos, para abrigar as crianças e moradores em uma área com rara ocorrência de espaços de estar.

Ao promover a implantação do Território CEU Novo Mundo, a articulação institucional alcançada assumiu a responsabilidade de trabalhar em conjunto com a população com o objetivo de qualificar os espaços e o cotidiano locais, para além de suas tarefas rotineiras, reforçando o papel dos equipamentos sociais na consolidação das redes comunitárias locais.

território ceu novo mundo



17



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17

Parcerias e meios de implementação

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. As parcerias multissetoriais.

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.



Projeto 03 A Casa Suspensa

Equipe: Barros Assuane Arquitetura - Daniel Assuane e Nadia Barros

Cliente: Rolf Schmitz e Regina Duarte.
Data: 2018.
Área: 135m² de área interna e 257m² total.
Local: Campos Novos Paulista – SP - 22°36'33.7"S 49°59'29.6"W.
Status: Concluído.

A Casa Suspensa foi concebida para encaixar-se entre as árvores nativas do terreno, com a premissa de impacto mínimo tanto no ambiente quanto em relação ao método construtivo. Por isso foi escolhido o método construtivo modular com contêineres marítimos reutilizados e pilotis metálicos para menor impacto no solo nativo.

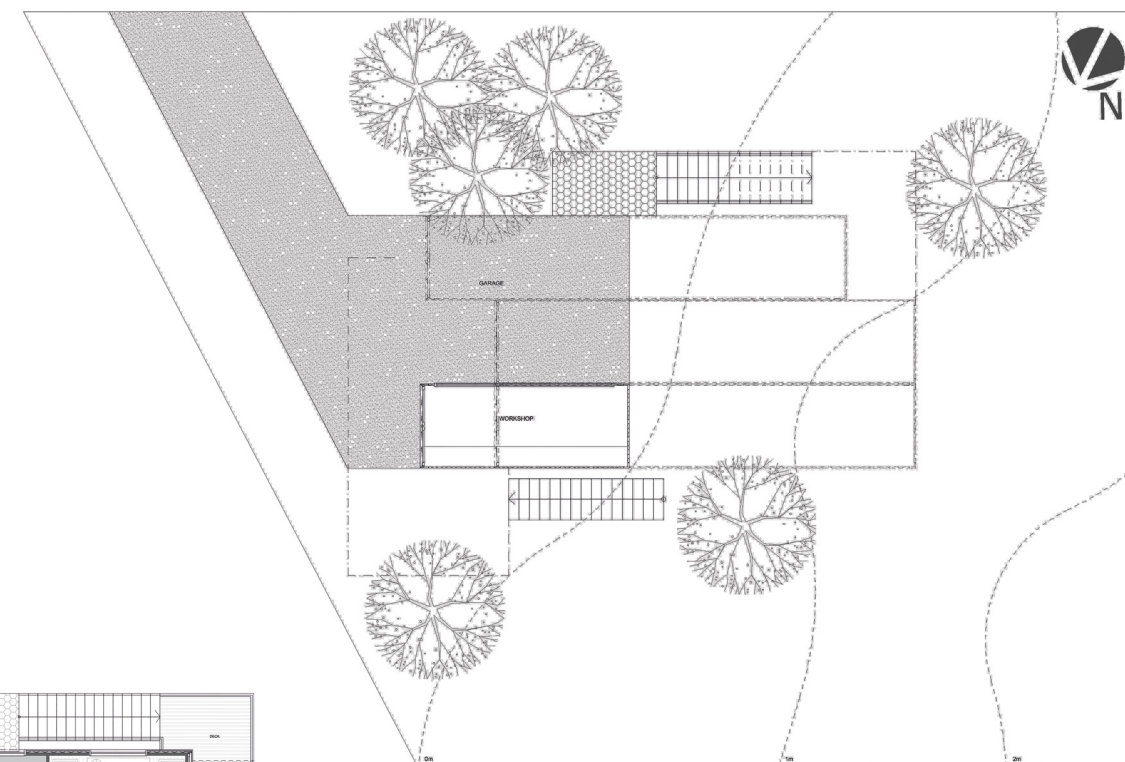
A finalidade de ocupação do imóvel é como casa de campo. Internamente, privilegiou-se as áreas comuns da casa, espaços de convívio, lazer e varandas. No total são dois quartos e dois banheiros. A casa não possui televisão nem sistema de wi-fi. Para habita-la a regra é desconectar-se e curtir o que a natureza e o convívio familiar proporcionam. Duas varandas de deck de madeira proporcionam interação com as árvores nativas e vistas fantásticas da área rural de Campos Novos Paulista/SP.

A implantação da construção sob as árvores proporciona sombreamento durante todo o dia, além disso os ventos da região aliados ao sistema de isolamento das paredes proporcionam um excelente conforto térmico no interior da residência.

Foram realizadas parcerias multidisciplinares para a execução da obra, com participação de várias frentes de trabalho. Os resíduos gerados pela obra (retalhos de madeira e aço) foram reaproveitados em quase sua totalidade para a confecção de móveis e portas internas na própria casa.

No total, aproximadamente 80% do volume de material utilizado na obra foi de origem reciclada.

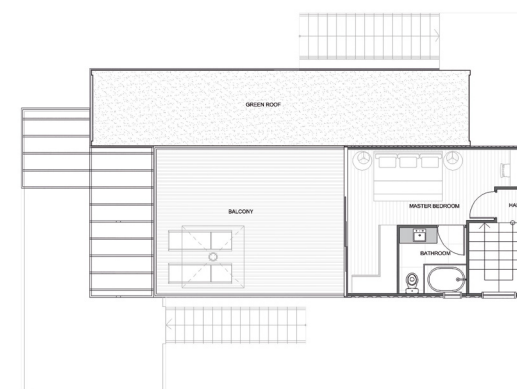
a casa suspensa



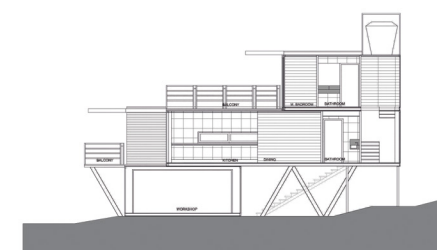
GROUND FLOOR



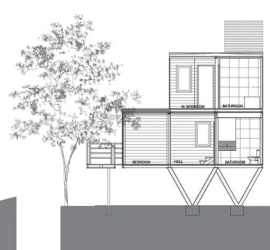
FIRST FLOOR



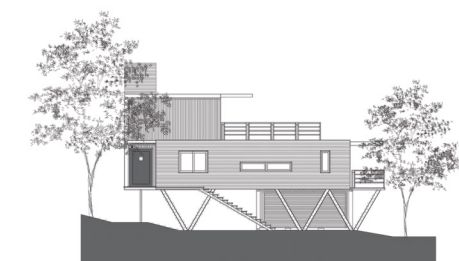
SECOND FLOOR



SECTION CUT



SECTION CUT



ELEVATION



ELEVATION



Projeto 31 Estação Principal de Integração Tamandaré

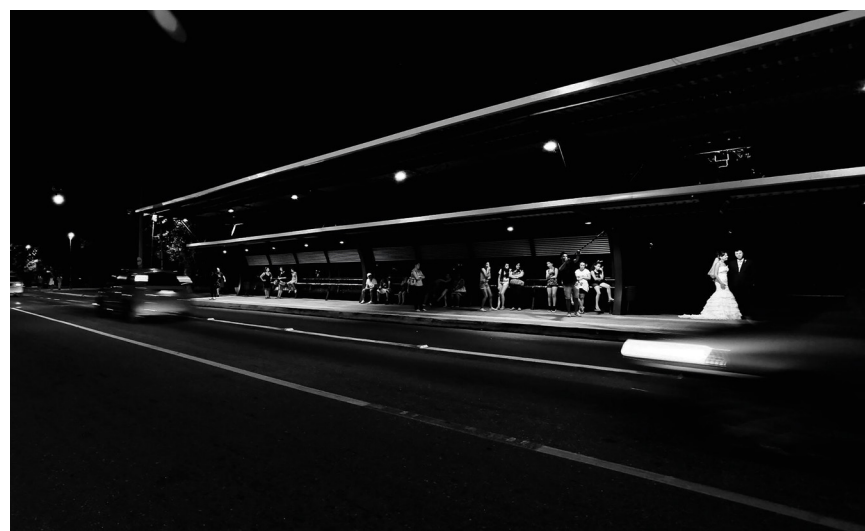
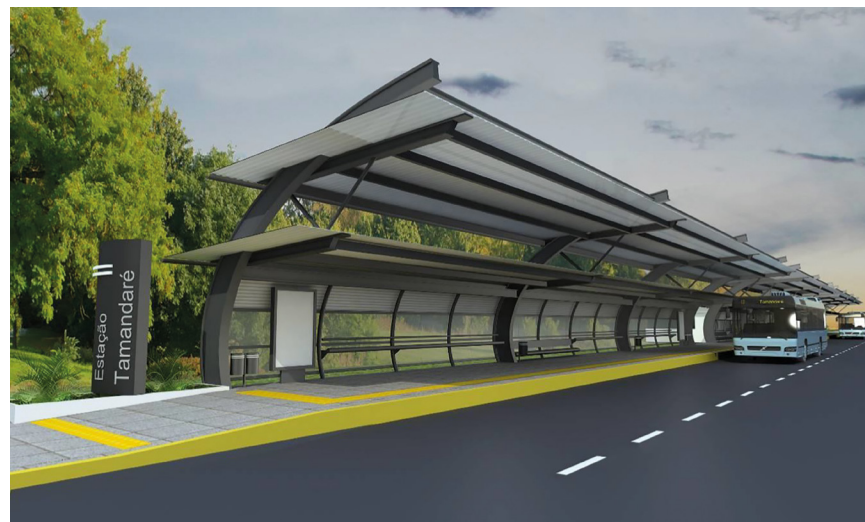
Equipe: Autora: Sílvia Rafaela Scapin Nunes e co-autor: Edson Marchioro.

Local: Rio Grande – RS.
Data do Projeto: abril de 2010.
Status: Concluído.

A elaboração de projetos de infraestruturas de transporte coletivo para a Cidade do Rio Grande (RS) tem proposta conceitual de 06 (seis) Estações Principais de Integração do Transporte Coletivo Municipal para o Plano Diretor de Mobilidade Urbana do Rio Grande. As estações de integração são destinadas ao transbordo de passageiros foram projetadas nos locais das conexões entre as linhas de transporte coletivo urbano, nos seguintes endereços:

- EPI 01 - Estação Cassino, localizada na interseção da Avenida Rio Grande com o binário de vias formado pelas ruas Raulino Modernel e Maria Araújo;
- EPI 02 – Estação Super Porto, localizada na BR 392, na área institucional, entre a “Rua A” e “Rua B”, próximo ao trevo desta rodovia com a Via Portuária;
- EPI 03 – Estação Trevo, localizada na RS 734, Avenida Itália, próximo ao trevo de acesso com a BR 392;
- EPI 04 – Estação Quinta, localizada na Rua Virgínio da Porciúncula, próxima a BR 392;
- EPI 05 – Estação Junção, localizada na Avenida Itália com a Rua Saturnino de Brito;
- EPI 06 – Estação Tamandaré, localizada na Praça Tamandaré, na Avenida 24 de Maio e General Neto.

estação principal de integração tamandaré





Projeto 56 Urbanismo Caminhável

Zoom Urbanismo, Arquitetura e Design + Thaís Fróes + Instituto Mobilidade Verde + Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura de Jundiaí. Equipe: Guilherme Ortenblad, Thaís Fróes, Lincoln Paiva, Rosa Clara Alves, Kathleen Chiang, Mariane Takahashi, Bruno Spinardi, Ana Carolina Lima, Alex Ninomia, Tadeu Omai, Pedro Paulino e Priscila Meireles.

Cliente: Prefeitura Municipal de Jundiaí.
Data: 2015.
Área: aproximadamente 2,5km².
Status: Concluído.

O projeto Urbanismo Caminhável foi desenvolvido no centro da cidade de Jundiaí e tinha como foco principal influenciar na cultura urbana da cidade tornando o centro de Jundiaí mais caminhável e ativo. Um contêiner foi instalado na praça da Igreja Matriz para servir como base e ponto de encontro para as atividades do projeto. Ao longo de quatro meses, foram desenvolvidas diversas oficinas temáticas, com três focos: sensibilização, caminhabilidade e execução.

As oficinas de sensibilização serviram para despertar um novo olhar para a cidade. Nas oficinas de caminhabilidade os participantes apontavam aspectos sensoriais e técnicos, pontos positivos e pontos negativos que percebiam ao longo de trajetos. Essa avaliação resultava no índice de caminhabilidade, que apontava as potencialidades e desafios a serem trabalhados nesses percursos e permitia a elaboração de propostas de curto, médio ou longo prazo. As oficinas de execução foram realizadas em duas partes: primeiro, os participantes eram convidados a observar o local de intervenção e suas dinâmicas, como as pessoas se comportam no local, quais eram os principais desafios e potencialidades, depois as propostas resultantes desse processo eram executadas coletivamente. Além das oficinas os parklets foram regulamentados.

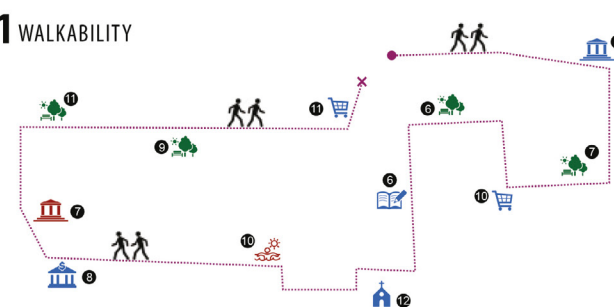
As metodologias e relatos do projeto foram documentados em um manual de intervenções urbanas, disponibilizado para ser replicado e continuado. Todos esses processos colaboraram para criação de novas metodologias e parâmetros a serem utilizados pela prefeitura, além de contribuições para o Plano Diretor da cidade que estava em processo de revisão no mesmo momento.

disso, eram definidas potencialidades que poderiam ser trabalhadas e desafios a serem solucionados para os percursos e eram feitas propostas que poderiam ser de curto, médio ou longo prazo para a melhoria do índice.

urbanismo caminhável

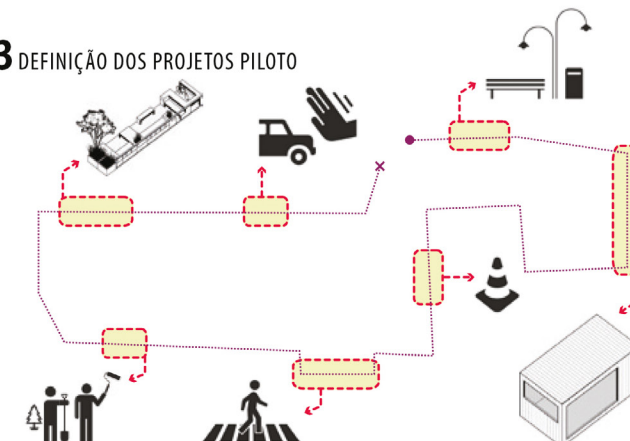


1 WALKABILITY

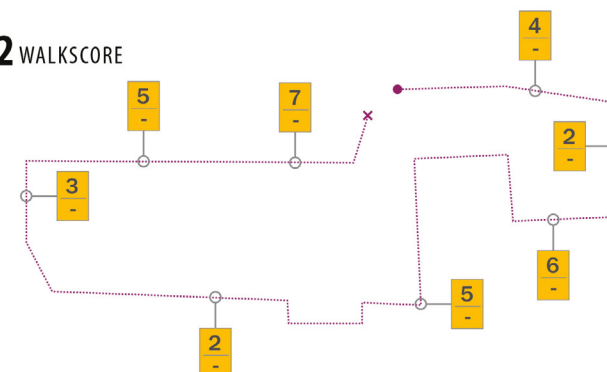


Caminhadas com a comunidade nos percursos definidos

3 DEFINIÇÃO DOS PROJETOS PILOTO

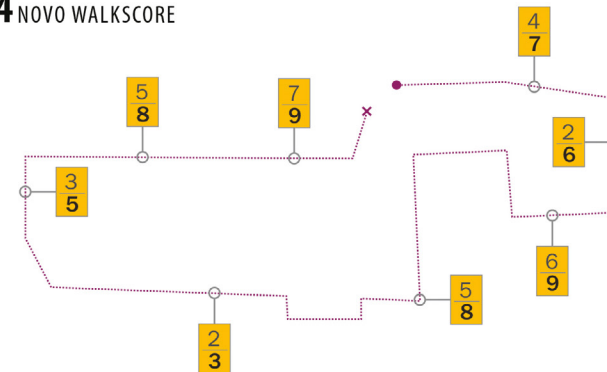


2 WALKSCORE

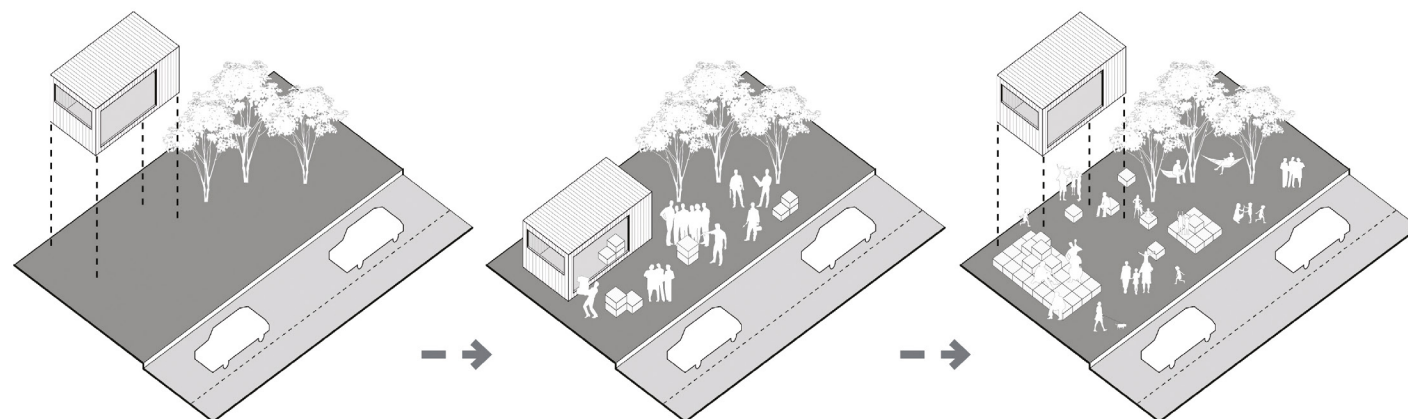


Com base nos critérios definidos com a comunidade será aplicado o índice de caminhabilidade nas ruas do percurso

4 NOVO WALKSCORE



Após implantação dos projetos piloto será realizada uma nova medição do índice de caminhabilidade nos percursos para verificar a eficiência e impacto das intervenções



circuito urbano 2020

BRASIL
20 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 3 E 15
 18h30 Brasília


 POR UM FUTURO URBANO MELHOR




 Ao vivo

Ramiro Levy
 Arquiteto e Urbanista

George Almeida
 Arquiteto

Joana Gonçalves
 Arquiteta e Urbanista (UFRJ),
 Orientadora Pós Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP)

Eduardo Pizarro
 Arquiteto e Urbanista

Camila Amaro
 Arquiteta e Urbanista
 Moderação


 Ao vivo

BRASIL
21 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 4 E 16
 18h30 Brasília | 20h30 Cabo Verde | 21h30 Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe | 22h30 Angola | 23h30 Moçambique


 POR UM FUTURO URBANO MELHOR




 Ao vivo

Ricardo Aguilár
 Arquiteto

Igor Cortinove
 Arquiteto e Urbanista

Keila Costa
 Keila Costa

Jordana Zola
 Arquiteta e Urbanista

Cadu Nunes-Ferreira
 Vice Presidente da ABEA
 Moderação

BRASIL
22 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 5 E 8
 18h30 Brasília


 POR UM FUTURO URBANO MELHOR




 Ao vivo

Flávio Tavares
 Arquiteto e Urbanista

Maria Steck
 Arquiteta e Urbanista

Diego Viana
 Arquiteto e Urbanista

Marcela Abla
 Arquiteta e Urbanista

Camila Sawaia
 Co-fundadora do coletivo
 CoCriança

Beatriz Martinez
 Co-fundadora do coletivo
 CoCriança

Patryck Carvalho
 Arquiteto e Urbanista (FNA)
 Moderação

Eleonora Mesia
 Presidente FNA
 Moderação

BRASIL
23 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 6 E 7
 18h30 Brasília


 POR UM FUTURO URBANO MELHOR




 Ao vivo

Yara Santucci
 Arquiteta e Urbanista

Natalia Gaspar
 Arquiteta e Urbanista

Larissa Mendonça
 Arquiteta e Urbanista (UFRJ),
 Orientadora Pós Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP)

Eron Costin
 Arquiteto e Urbanista

Carla Veras
 Arquiteta e Urbanista
 Moderação

Guilherme Ortenblad
 Arquiteto e Urbanista

circuito urbano 2020

BRASIL
27 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 1 E 11
 18h30 Brasília




 **Guilherme Ortenblad**
Arquiteto e Urbanista
 **Julia Reis**
Arquiteta e Urbanista, Estúdio Lava
 **Lucas Bueno**
Arquiteto e Urbanista, Estúdio Lava
 **Cláudia Melo**
Arquiteta e Urbanista
 **Jeferson Tavares**
Coordenador do Grupo PEURB - IAU-USP
 **Jordana Zola**
Arquiteta e Urbanista

 **Natalia Magaldi**
Coletivo MGB
 **Cid Blanco Jr.**
Apresentador
 **Claudia Pires**
Arquiteta e Urbanista
Moderação




BRASIL
29 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 13 E 14
 18h30 Brasília | 20h30 Cabo Verde | 21h30 Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
 22h30 Angola | 23h30 Moçambique




 **Guilherme Ortenblad**
Arquiteto e Urbanista
 **Lucas Lavechia**
Arquiteto e Urbanista
 **Rossella Rossetto**
Arquiteta e Urbanista
Apresentadora
 **Newton Massafumi Yamato**
Arquiteto e Urbanista
 **Tania Regina Parma**
Arquiteta e Urbanista

 **Patrícia Menezes**
Coordenadora da Rede ODS Brasil
Moderação




BRASIL
30 de Outubro
A AGENDA 2030 NA ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIRO: DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - ODS 17
 18h30 Brasília




 **Guilherme Ortenblad**
Arquiteto, urbanista e escritor
 **Daniel Assuane**
Arquiteto
 **Cid Blanco Jr.**
METRODS - Brasil
Moderação
 **Anaclaudia Rossabach**
Gerente Regional Cities Alliance
Moderação




Organização Eventos GT Agenda 2030/IAB Circuito Urbano 2020

Coordenação: Anaclaudia Rossabach, Carla Veras, Cid Blanco Jr., Cláudia Teresa Pereira Pires, João Antonio de Souza e Silva, Marcela Abila e Rossella Rossetto.

Apoio Institucional: Cities Alliance, METRODS e Aplanet.

Colaboradores: Abel Escovedo, Ana Elisa Araujo Moura, Camila Guimaraes, Daniela de Sá, Diego Magalhaes, Júlia Hilario e Lais Petra.

Assessoria de Imprensa: Interface.

**Direção Nacional do IAB
Triênio 2020-2023**

Presidente Nacional
Maria Elisa Baptista – MG
Vice-Presidente Nacional
Rafael Pavan dos Passos –RS
Secretário Geral
Cláudio Listher Marques Bahia - MG
Diretora Administrativo-financeira
Rosilene Guedes Souza - MG
Diretor Cultural
Luiz Eduardo Sarmento Araújo - DF
Vice Presidente de Relações Institucionais
Fernando Túlio Salva Rocha Franco - SP
Vice Presidente de Ações Afirmativas
Luiza Rego Dias Coelho - DF
Vice Presidente Região Centro-Oeste
Laís Petra Lobato Martins - DF
Vice Presidente Região Nordeste
Carla de Azevedo Veras - MA
Vice Presidente Região Norte
Marcelo Borborema - AM
Vice Presidente Região Sudeste
Marcela Marques Abla - RJ
Vice Presidente Região Sul
Tânia Nunes Galvão Verri – PR
Vice Presidente de Relações UIA 2021 Rio
Nivaldo Andrade – BA

**Direção Nacional do IAB
Triênio 2018-2020**

Presidente Nacional
Nivaldo Andrade (IAB-BA)
Vice-Presidente Nacional
Fabiano Melo (IAB-PB)
Secretário Geral
Luiz Antônio de Souza (IAB-BA)
Diretora Administrativa e Financeira
Solange Araujo (IAB-BA)
Diretor Cultural
Roberto Ghione (IAB-PE)
Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Carlos Lucas Mali (IAB-MS)
Vice-Presidente Região Nordeste
Custodio Santos (IAB-CE)
Vice-Presidente Região Norte
José Augusto Bessa (IAB-AM)
Vice-Presidente Região Sudeste
Fernando Túlio Salva Rocha Franco (IAB-SP)
Vice-Presidente Região Sul
Carlos Alberto Sant’Ana (IAB-RS)
Vice-Presidente Extraordinário Caixa de Fomento e Sustentabilidade
Luiz Reis (IAB-PR)
Vice-Presidente Extraordinário Valorização Profissional
Célio Melis (IAB-DF)
Vice-Presidente Extraordinário Núcleos
Aníbal Verri Junior (IAB-PR)
Vice-Presidente Extraordinário Congresso UIA 2020 RIO
Nadia Somekh (IAB-SP)

**Comissão de Política Urbana do IAB
Coordenação Triênio 2018-2020**

Fernando Túlio Salva Rocha
Carla de Azevedo Veras
Carolina Baima Cavalcanti
Claudia Teresa Pereira Pires
Graciete Guerra da Costa
Rossella Rossetto

Coordenação Triênio 2020-2023

Carla de Azevedo Veras
Claudia Teresa Pereira Pires
Graciete Guerra da Costa
Emilio Merino Dominguez
Luis Fernando Valverde Salandia
Marcela Marques Abla

Integrantes da Comissão de Política Urbana

Adriana Tannus
Anderson Buss
Andreia Fernandes Muniz
Angelo Marcos Vieira de Arruda
Augusto César Chagas Paiva
Bartolomeu George Souza Nascimento
Bruno Leonardo Fonseca do Nascimento
Carl Von Hauenschild
Carlos Lucas Mali
Clarice Misoczky Oliveira
Claudia Cristina Taborda Dudeque
Clovis Igelfritz (in memorian)
Demetre Basile Anastassakis (in memorian)
Eduardo Fajardo Soares
Flávio Tavares Brasileiro
Gilson José Paranhos
Guilherme Santos de Farias
Jeferson Dantas Navolar
José Américo dos Santos
José Queiroz da Costa Filho
Juliette Anna Fanny Lenoir
Juliette Lenoir
Livia Izabel Bezerra de Miranda
Lua Nitsche
Luiz Otávio Alves Rodrigues
Manoela Guedes Ferreira Jordão de Vasconcelos
Marcos Andrei Freire Dias
Mirna Cortopassi Lobo
Monica Bahia Schlee
Natália Mabel Santos de Oliveira
Nestor Dalmina
Pablo Cavalcante de Albuquerque Fernandes
Patrícia Vieira Trinta
Pedro Hees
Rafael Pavan Passos
Renata Dantas Rosário Sachs
Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite
Synara Jane da Silva Holanda
Telmo Magadan
Vera França e Leite
Vitor Araripe Freire Pacheco
Walter Gustavo Linzmeyer
Yuri Vieira Batista Ferraz

Grupo de Trabalho Agenda 2030

Aida Pontes
Alexandre Fernandes
Ana Eliza Moura Araújo
Anderson Buzz
Carla de Azevedo Veras
Carolina Baima Cavalcanti
Cid Blanco Jr
Claudia Teresa Pereira Pires
Daniela Sarmento
Diego Guilherme Gomes Pereira
Edson Catoni
Emannuel Costa
Fernando Barbosa
Marcela Marques Abla
Marcos Cereto
Patrícia Vieira Trinta
Patryck Carvalho
Renata Dantas Rosário Sachs
Rossella Rossetto
Walter Gustavo Linzmayer

Comissão Editorial do Guia IAB Agenda 2030

Cadu Nunes Ferreira - ABEA
Camila Amaro- IAB Centro-Oeste
Carla de Azevedo Veras - COSU-MA
Carolina Baima Cavalcanti – COSU/DF
Cid Blanco Jr. – IAB/Comissão UIA ODS
Claudemir Andrade – IAB Norte
Cláudia Teresa Pereira Pires - COSU-MG
Daniela Sarmento – CAU/BR
Eleonora Mescia – FNA
Graciete Guerra da Costa - COSU-RR
Isabel Valle - Editora Bambual
João Antonio de Sousa e Silva – Aplanet
Juliette Anna Fanny Lenoir – IAB Centro-Oeste
Kaisa Isabel da Silva Santos - IAB Sudeste
Karla França - CNM
Lisandra Krebs – IAB Sul
Luciana Bongiovanni M. Schenk - ABAP
Luciano Guimarães – CAU/BR
Marcela Marques Abla – IAB Sudeste
Margareth Pereira- Comitê Científico UIA 2020/UFRJ
Nivaldo Andrade - IAB-DN
Patricia Menezes - Rede ODS Brasil
Patrícia Vieira Trinta – IAB Nordeste
Patryck Carvalho - FNA
Pedro Paulo Barbosa Cordeiro – IAB Norte
Renata Dantas Rosário Sachs – IAB Nordeste
Rossella Rossetto - COSU-SP
Victor Mihessen - Casa Fluminense
Walter Gustavo Linzmayer – IAB Sul

Coordenação Geral do Guia
Cid Blanco Jr

organização

União Internacional de Arquitetos



Comissão de Política Urbana



Grupo de Trabalho da Agenda 2030



Parceiros



Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo



Projeto Gráfico
Maria Claudia Levy

Projeto Gráfico e Diagramação
Emerson Fioravante

